

DIURNA.

a ousadia de escrever

MAR 2023

Nº 10

Ano 3

Número X

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

Edição | Março 2023

D.

Direção Nacional

Diretor Nacional

Nuno Brochado de Agarez

Editor in Chief - Porto

Maria Luís Gaspar

Editor in Chief - Lisboa

Catarina Andrade

Equipa Editorial

Porto

Lúcia Catarina Ferreira

Guilherme Santos

Lisboa

Maria Pia Silva

Pedro Almeida e Brito

Joana Yee

Braga

David Gomes Vaz

Viseu

Francisca Santos

Marketing e Digital

Joana Torres

Editorial

Maria Luís Gaspar e Catarina Andrade

Génese da UCP e dos Centros Regionais

Fernando Ferreira Pinto

Brown Sugar

Ana Lourenço e João Taborda da Gama

A inversão do contencioso cauteloso

Rita Lynce de Faria

Os consumidores de moda de luxo e a sua pegada ambiental

Susana Costa e Silva

O Direito Internacional Público e os nossos pequenos atos

Armando Rocha e Mariana Ferreira Tiago

Conversas no Porto

Simone de Oliveira

ChatGPT

Luís Barreto Xavier e ChatGPT

IA - O palco das possibilidades e incertezas

João Nuno Gonçalves

Agenda do Trabalho Digno

Milena Rouxinol

Semana de 4 dias: o novo normal?

Inês Milagre Picciochi

Quiet Quitting

Filipa Sobral

Academia e Advocacia: sim ou não?

Bruna Ribeiro de Sousa

Personalidade em Destaque em Lisboa

Isabel Jonet

O Papa Bento XVI dos meus alunos

José Nuno Silva

Pensamentos junto ao mar

Nuno Brochado de Agarez

A Cultura que nos define

José Sardica

Portugal em Análise

Francisco Assis

Ensino em português, em Portugal

Matilde Maio Veloso e Vasques

Um mundo arbitrado pela China

Tiago Morgado

Gestão estratégica de recursos humanos

Célia Ribeiro e Elisabeth Figueiredo

Reforma do método de eleição

Francisco Arvins

Personalidade em Destaque no Porto

Paulo Rangel

Businesses' taxation in Europe

Christoph Spengel

Central Bank Digital Currencies

Rubén Pimentel

Sinodalidade Universitária

João Duque

O desafio da interioridade

Paulo Almeida Pereira

O Papel da Televisão

Manuel Luís Goucha

A permanente atualidade da Rádio

Rita Curvelo

Arte em Destaque

Filipe La Féria, João Cunha e João Canijo

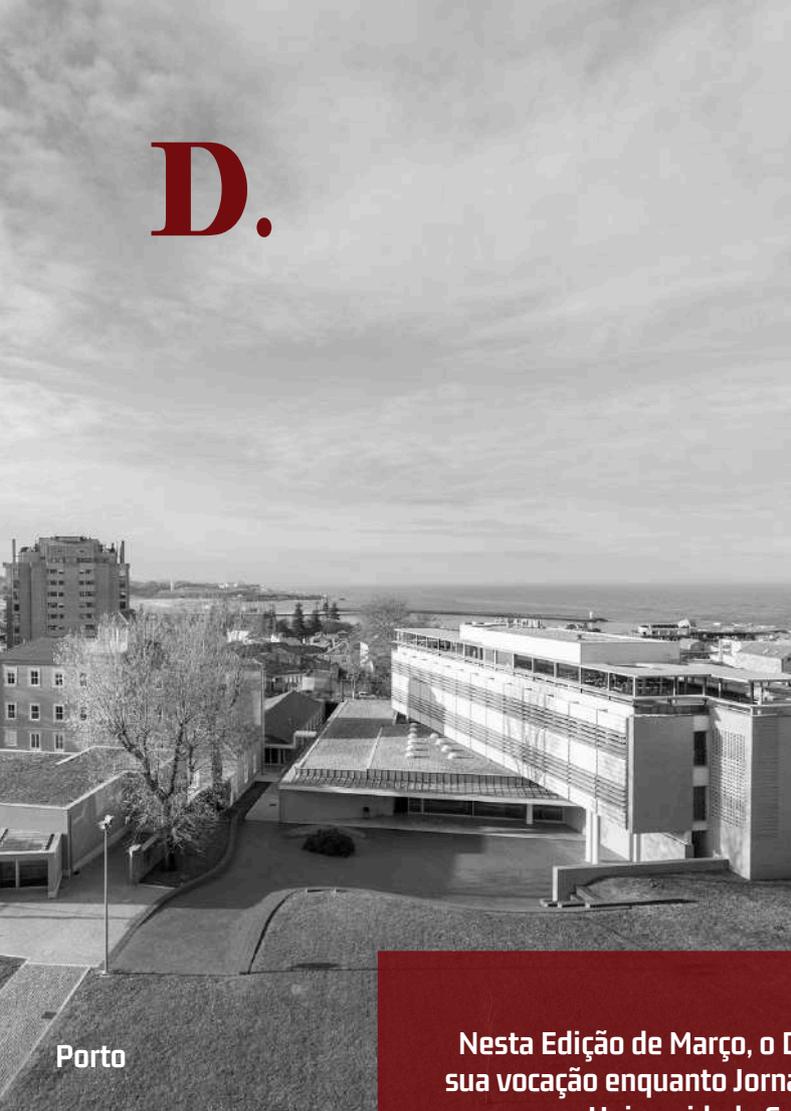
Os Preferidos

Nuno Sousa e Silva

Vamos Conversar Sobre o Futuro

Nuno Brochado de Agarez

D.



Porto



Lisboa

Nesta Edição de Março, o Diurna. cumpre plenamente a sua vocação enquanto Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.



Braga

Porto | Lisboa | Braga | Viseu



Viseu

Católica no Porto

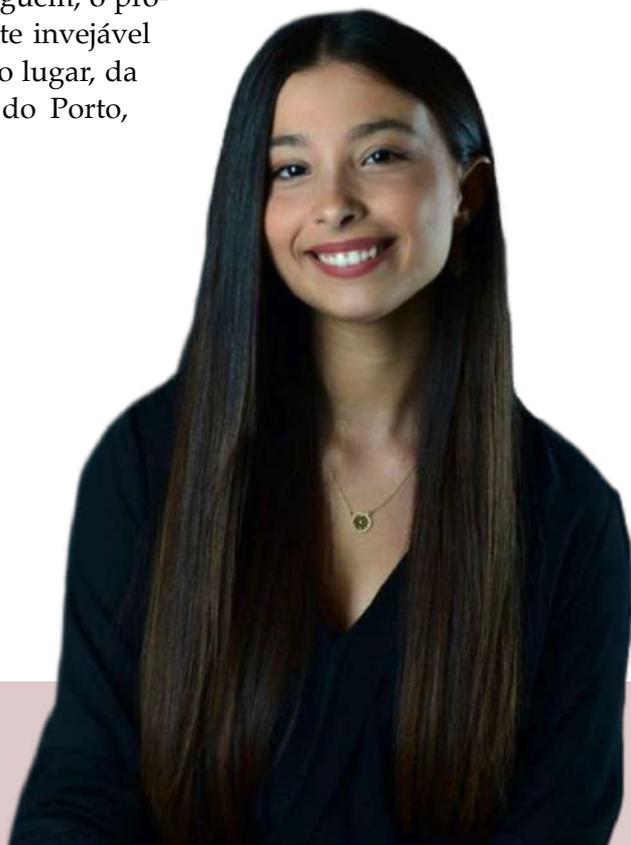
Atrevo-me a dizer que o globo vive um período de algum existencialismo – se uma incompreensão ultrapassa fronteiras (sem sairmos do lugar) e se uma guerra começa com uma reunião que, pura e simplesmente, correu mal, talvez seja compreensível a dificuldade em encontrar a distância de um sentimento de animosidade, que parece inevitável. Se nisto os leitores do Diurna. não encontrarem qualquer correspondência com a realidade, a minha juventude assumirá as culpas (há sempre alguma segurança, se assim for).

Meses de preparação volvidos, gosto de acreditar que vos apresentamos uma edição de Liberdade: conversas marcadamente discernidas, mas íntimas, de uma complexidade que só os próprios protagonistas nos podiam proporcionar; opiniões fortes, traduzidas nas palavras de quem não se escusa ao insurgimento.

Sem nunca confundir razoabilidade com altivez ou retidão com ataque, o Diurna. assume uma edição livre e audaz – os pilares que, em qualquer redação considero chave e basilares. Pela primeira vez, contamos com autores da Academia internacional, mas, acima de tudo, pela primeira vez, a cobertura nacional da Universidade Católica traduz-se no propósito mais desafiante de todos: do Porto a Lisboa, passando por Braga e por Viseu, o Diurna. cresce na pluralidade.

Certa de que encontrarão, nas páginas que se seguem, o produto de um projeto ambicioso, profissionalmente invejável e que não poderia ter nascido em qualquer outro lugar, da minha parte e em nome da Equipa Editorial do Porto, desejo-vos boas leituras.

Maria Luís Gaspar
Editor-in-chief do Porto



Católica em Lisboa

Este mês, numa tarde soalheira no campus da Foz, conversámos sobre o futuro. Esta edição, prolongamos a memória viva dessas conversas.

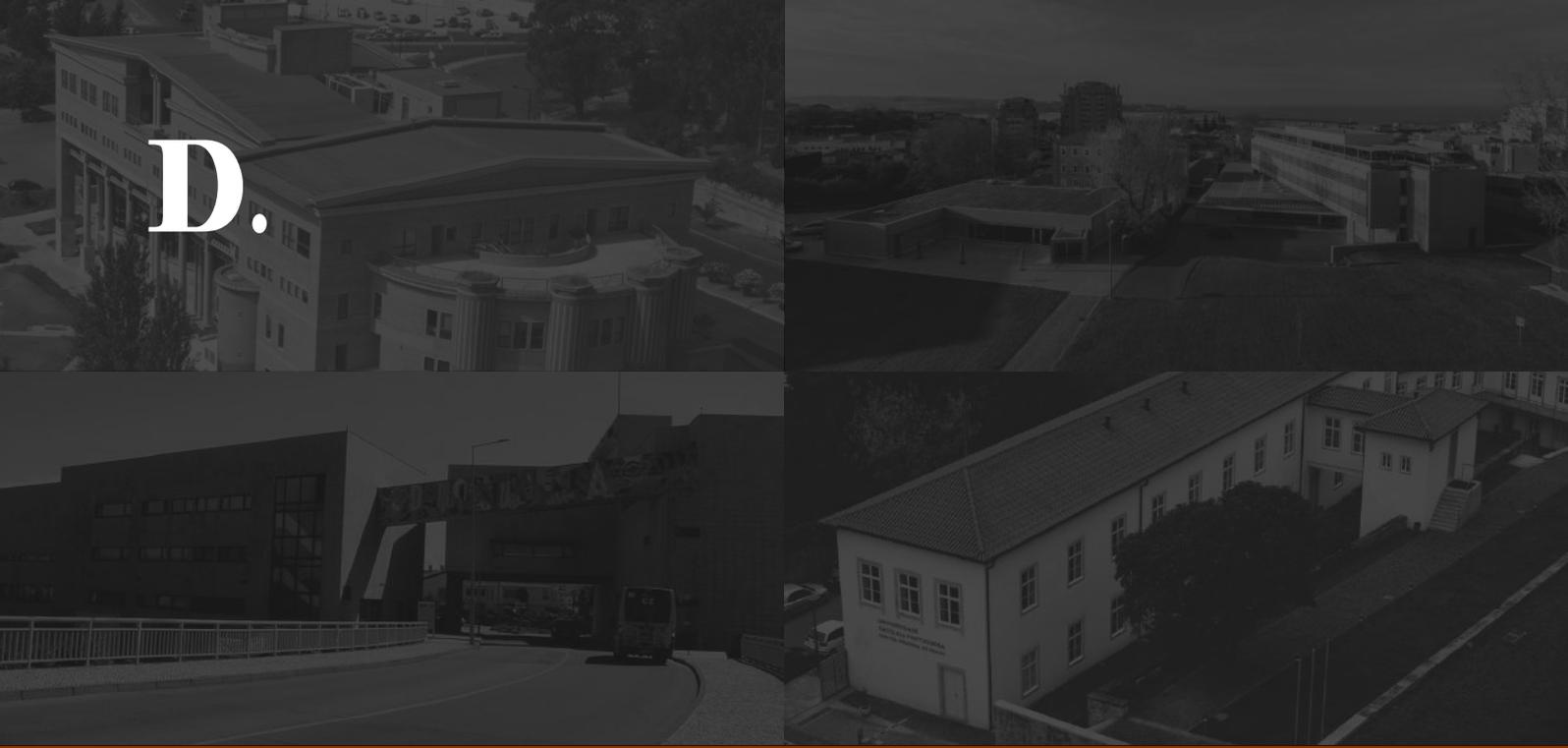
Há cada vez mais confiança no futuro - o futuro que dá cartas na ciência e na tecnologia e que promete o que a mente humana ainda não pode imaginar. Assistimos a uma evolução sem antecedentes, em grande parte impulsionada pelo crédito - o crédito que é ele próprio confiança e que abre portas ao futuro em que queremos acreditar. Procuramos o progresso económico no científico e o progresso científico na investigação. Quanto mais sabemos, mais ganhamos poder e deixamos nas mãos da política as perguntas que ainda estão por responder. Apostamos na inteligência artificial e na biotecnologia e pedimos à ética e ao Direito que entrem num comboio que acabou de partir e já está com pressa para chegar.

Por essa razão, nesta edição, escrevemos também sobre as questões ambientais, o outro lado do sinalagma da evolução e a contraprestação que continuamos a pagar pelo progresso. O recurso (aparentemente) ilimitado do conhecimento apresenta-se como uma alternativa aos recursos limitados como sempre os conhecemos, mas, por estes últimos assim serem, opta por também viver num teste aos seus próprios limites. Enquanto acreditarmos que será a doença a encontrar a sua própria cura, continuaremos a não fazer mais do que tratá-la apenas com aspirinas.

Em nome da equipa de Lisboa,
uma boa leitura a todos.

Catarina Andrade
Editor-in-chief de Lisboa





D.

Génese da Universidade Católica Portuguesa e dos seus Centros Regionais

Breve síntese

Representando um sonho antigo dos católicos portugueses, a fundação da UCP ocorreu há pouco menos de 55 anos. Na realidade, foi apenas em 13.10.1967 que a Santa Sé promulgou o Decreto *Lusitanorum Nobilissima Gens*, pelo qual se estabeleceu a Faculdade de Filosofia de Braga «como primeira efetuação da Universidade Católica Portuguesa». O reconhecimento civil teve lugar através do Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, que qualificou expressamente a UCP como «pessoa coletiva de utilidade pública» e como «instituição de carácter federativo». O que se explica pela circunstância de, não obstante ser fixada a respetiva sede em Lisboa – em instalações que haveriam de ser edificadas nos terrenos da Palma de Cima –, ter sido nela primeiramente incorporada a referida Faculdade de Filosofia de Braga, herdeira e continuadora da Pontifícia Faculdade de Filosofia, criada em 1947 pela Companhia de Jesus na Cidade dos Arcebispos. Um outro marco importante na génese da UCP foi a sua ereção canónica pelo Decreto *Humanam Eruditionem*, datado de 1.10.1971.

Representando um sonho antigo dos católicos portugueses, a fundação da UCP ocorreu há pouco menos de 55 anos.

D.

A UCP nasceu, portanto, como uma universidade plurilocalizada e de âmbito nacional, sendo por isso verdadeiramente «portuguesa». Reforçando esta ideia, rapidamente alargou o seu âmbito de atuação a outras partes do território nacional (e não só), o que ocorreu logo a partir dos mandatos do seu primeiro Reitor, o Padre José Bacelar e Oliveira (1972-1988).

A UCP nasceu, portanto, como uma universidade plurilocalizada e de âmbito nacional, sendo por isso verdadeiramente «portuguesa».

De facto, em 1978, a UCP estendeu a sua atividade ao Porto, com a criação de uma licenciatura em direito nesta cidade, então ainda sob a égide da Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa. Todavia, a institucionalização do Centro Regional do Porto apenas aconteceu em janeiro de 1994 (sucendo ao Núcleo Regional do Porto), quando já ali funcionavam, para além dos cursos de gestão e de direito, os ministrados pela Escola Superior de Biotecnologia, fundada em 1985. Foi primeiro Presidente do CRP o Prof. Carvalho Guerra, que exerceu essas funções, ininterruptamente, durante vinte anos, tendo sido um dos maiores impulsionadores e dinamizadores da presença da UCP na Cidade Invicta.

Seguiu-se a expansão da Universidade para a cidade de Viseu, em 1980, com a oferta de um curso de humanidades, funcionando sob a tutela da Faculdade de Filosofia de Braga. O Centro Regional das Beiras (com polos em Viseu, Leiria e Figueira da Foz), foi estabelecido em 1993, vindo mais tarde (em 2015) a redenominar-se «Centro Regional de Viseu», após uma fase de profunda reestruturação, que conduziu ao encerramento dos polos de Leiria e da Figueira da Foz e à redução da oferta académica. Destaque-se, não obstante, o funcionamento, desde 2000, de uma inovadora licenciatura em Medicina Dentária no âmbito deste Centro Regional.

Curiosamente, apesar de, como vimos, a presença da UCP em Braga remontar à data da criação da própria Universidade, o Centro Regional de Braga foi o último a ser instituído – criado, inicialmente, em 25.10.1999, veio a ser oficialmente constituído em 29.04.2009, após uma demorada fase de instalação.

Como se afigura evidente, a ideia que esteve por detrás da criação dos Centros Regionais foi a de organizar e adequar às idiossincrasias locais a oferta formativa e académica, contribuindo também para dar maior visibilidade nacional à UCP.

Fernando Ferreira Pinto

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

D.

Brown Sugar,

ou a Regulação do Uso Adulto de Canábis

Por:

Ana Lourenço

Católica Porto Business School

&

João Taborda da Gama

Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da
Universidade Católica Portuguesa



D.

Brown Sugar é o título de um álbum de D'Angelo, lançado em 1995. Com uma *vibe* neo-soul, foi disco de platina. Mas *Brown Sugar* é também o nome de uma das mais de 700 variedades de canábis, uma substância psicoativa cujo uso, em Portugal, é legalmente permitido apenas para efeitos medicinais. O mesmo não sucede em países como o Uruguai e o Canadá, onde a par do uso medicinal é legalmente permitido o uso de canábis para efeitos recreativos, religiosos e outros. Isto significa que estes países liberalizaram o consumo de canábis? Esta é a questão que vamos aqui abordar.

(...) Brown Sugar é também o nome de uma das mais de 700 variedades de canábis, uma substância psicoativa cujo uso, em Portugal, é legalmente permitido apenas para efeitos medicinais.

Ao nível internacional existem diversos modelos de política de canábis. O modelo *proibicionista* caracteriza-se pela penalização das atividades que envolvem esta substância, tais como o cultivo, a venda e, em especial, a posse e o consumo. Nos países que adotam este modelo, como a China, a França e a Suécia, o consumo de canábis (em flor, resina ou óleo) é considerado um crime, sancionado com pena de prisão. Por sua vez, no modelo da *despenalização* mantém-se o estatuto criminal para a posse e o consumo de canábis, mas com redução das sanções até aí existentes. Esta pode operar *de iure*, por alteração da lei, ou *de facto*, pela adoção de uma política de tolerância, em que não é deduzida acusação contra os estabelecimentos que vendem pequenas quantidades

de canábis, nem contra as pessoas que as possuem ou consomem. A Holanda é o caso paradigmático deste modelo (o que pode surpreender quem compra e consome canábis nas *coffee-shops*, pensando que essa é uma atividade legal...). No modelo da *descriminalização* a posse e o consumo de canábis deixam de ser considerados crimes, para passarem a ser contraordenações. Este é o modelo que vigora em Portugal desde 2000, onde cabe às comissões para a dissuasão da toxicod dependência, e não aos tribunais, a aplicação de medidas tendentes a reduzir o consumo de drogas e a promover a saúde. Finalmente, o modelo da *liberalização* caracteriza as políticas que eliminam a proibição ou a ilegalidade da posse e do consumo de canábis.



D.

Sendo assim, podemos afirmar com rigor que o Uruguai e o Canadá liberalizaram o consumo de canábis? Na nossa opinião, não. Na verdade, o modelo que caracteriza estes países é um outro, o da *regulação*, pois a posse e o consumo de canábis não são livres, como a expressão *liberalização* parece significar, mas antes sujeitos a regras jurídicas que regulam, entre outros, os seguintes aspetos: a idade mínima para o consumo desta substância; os locais onde pode e não pode ser consumida; a percentagem máxima de componente psicoativo (ou seja, de THC-tetrahydrocannabinol) que pode conter; a possibilidade ou não de cultivo doméstico de plantas de canábis; os estabelecimentos onde a substância pode ser vendida e a formação que devem ter os empregados; a quantidade diária que pode ser adquirida; o tipo de empacotamento e rotulagem das diversas formas em que a canábis se apresenta; o regime aplicável a quem conduz sob o efeito da substância; e o destino dos impostos que incidem sobre o consumo de canábis.

Sendo assim, podemos afirmar com rigor que o Uruguai e o Canadá liberalizaram o consumo de canábis? Na nossa opinião, não.

Esta distinção entre *liberalização* e *regulação* não é, na nossa opinião, um mero detalhe. A primeira expressão sugere o uso livre, assente na primazia da vontade individual na tomada de decisão sobre o consumo de substâncias psicoativas e no direito à alteração de consciência que as mesmas induzem. Já a segunda salienta a dimensão social do consumo de canábis, lembrando que o direito à alteração de consciência passa por um uso responsável, assegurado por regras que procuram proteger as pessoas mais vulneráveis, tais como as crianças, os adolescentes, os doentes e as que vivem em

situação de pobreza. Quando um país descriminaliza o consumo acaba com o absurdo de ter pessoas presas porque usaram uma substância para alterar a sua consciência (por exemplo, para ficarem mais soltas, como canta D'Angelo na música *Brown Sugar*), mas não se protege essas pessoas no seu ato de consumo, quanto à qualidade da substância, o que no caso da canábis é muito relevante tendo em conta os efeitos negativos acentuados quer de canábis de potência muito elevada, ou de canabinóides sintéticos. O debate sobre a regulação está agora a iniciar-se na Assembleia da República.

Quando um país descriminaliza o consumo acaba com o absurdo de ter pessoas presas porque usaram uma substância para alterar a sua consciência (...), mas não se protege essas pessoas no seu ato de consumo, quanto à qualidade da substância (...).

D.

**A inversão do contencioso cautelar,
pelo tribunal judicial, quando a acção principal
seja da competência de um tribunal arbitral**

POR RITA LYNCE DE FARIA



D.

A pergunta que subjaz ao tema escolhido para este texto exige que se comecem por abordar alguns conceitos introdutórios, dirigidos sobretudo aos leitores da Diurna que não possuem conhecimentos jurídicos ou que frequentem o curso de Direito sem ainda terem tido a cadeira de Processo Civil (já que os restantes, seguramente, muito saberão sobre o tema).

Em termos simples, as providências cautelares são medidas, por princípio, judiciais, urgentes, provisórias e instrumentais, que têm por fim evitar que, durante o tempo necessário a que o tribunal possa proferir uma decisão ponderada e justa, se torne inútil, para o autor, qualquer sentença favorável. Assim sucede, por exemplo, com a providência de alimentos provisórios, decretada para garantir que, durante a pendência da ação de alimentos definitivos, aquele que está carecido de alimentos não tenha de esperar pela decisão definitiva na chamada *ação principal*.

Depois de decretada a providência, caberá ao requerente instaurar a ação principal de modo a obter decisão definitiva, sob pena de a providência decretada caducar. Assim, considerando o exemplo anterior, se o beneficiário dos alimentos provisórios não tomar a iniciativa de instaurar aquela ação principal, deixa de beneficiar da prestação de alimentos.

Muito embora a providência cautelar tenha natureza provisória, pode, eventualmente, converter-se em definitiva, através da chamada *inversão do contencioso*, que tem por efeito a deslocação do ónus de instaurar a ação principal para o requerido. A inversão do contencioso depende dos seguintes requisitos: i) que o tribunal considere que dispõe de elementos de prova suficientes para proferir uma decisão definitiva e ii) que a providência, convertida em definitiva, possa resolver definitivamente o diferendo entre as partes. Uma vez decretada a inversão, bastará que o requerido da providência não tome a iniciativa de impugnar a providência através da instauração da ação principal, para aquela se converter em definitiva.

Uma vez decretada a inversão, bastará que o requerido da providência não tome a iniciativa de impugnar a providência através da instauração da ação principal, para aquela se converter em definitiva.

Assim pode suceder, por hipótese, com os alimentos provisórios. Caso, através da inversão do contencioso e consequente inação do requerido, a prestação de alimentos se converter em definitiva, a manutenção dessa obrigação no tempo acaba por regular a situação das partes, satisfazendo antecipadamente aquele que se encontrava carecido de alimentos. O mesmo é válido para outras providências cautelares de natureza semelhante, como é o caso da restituição provisória da posse, suspensão de deliberações sociais, embargo de obra nova, entre outras.

Impõe-se, neste momento, após o esclarecimento de alguns conceitos base, uma **primeira conclusão intercalar**: a de que o tribunal, ao inverter o contencioso, pode estar a proferir uma decisão definitiva em potência.

D.

Mas a explicação sumária que permite dar uma resposta cabal à questão subentendida no título deste texto, não se fica por aqui e por isso continuemos.

A resolução de litígios não é exclusiva da justiça estadual. O sistema jurídico português reconhece formas alternativas de resolução de litígios, como é o caso da arbitragem, uma espécie de justiça privada a que as partes decidem, por acordo, submeter o diferendo, para ser decidido por pessoas (os árbitros), por elas designadas. Muito embora, por estar em causa o exercício da função jurisdicional, a justiça arbitral esteja sujeita a regras e princípios comuns à justiça estadual, a verdade é que a opção pelo recurso à arbitragem, revela, habitualmente, mal ou bem, alguma desconfiança perante a lentidão, a falta de

sigilo e a falta de conhecimento de algumas matérias mais específicas pela justiça estadual. Daí que, existindo esta opção das partes, manifestada através de um acordo arbitral, os tribunais estaduais deixem de ser competentes para julgar aquele litígio, devendo, caso a ação seja aí interposta e uma das partes suscite a questão, absolver o réu da instância (com fundamento na existência da exceção dilatória de incompetência absoluta, por preterição do Tribunal arbitral voluntário).

(...) é o caso da arbitragem, uma espécie de justiça privada a que as partes decidem, por acordo, submeter o diferendo, para ser decidido por pessoas (os árbitros), por elas designadas.

Chegamos, por conseguinte, à **segunda conclusão intercalar: existindo acordo arbitral, os tribunais não arbitrais deixam de ter competência para julgar a causa.**

Continuando com o nosso raciocínio, cumpre, no entanto, afirmar que, mesmo sendo a competência principal atribuída ao tribunal arbitral, tal não significa que, complementarmente, o tribunal estadual deixe de poder exercer qualquer papel, complementar ou alternativo, relativamente aos tribunais arbitrais.

(...) mesmo sendo a competência principal atribuída ao tribunal arbitral, tal não significa que, complementarmente, o tribunal estadual deixe de poder exercer qualquer papel (...).

Com efeito, algumas questões residuais terão de permanecer sempre na esfera de competência dos tribunais estaduais. Assim acontece devido à circunstância de os tribunais arbitrais, apesar de exercerem uma *forma de justiça delegada*, não disporem de poderes de *ius imperii*, carecendo da intervenção dos tribunais estaduais para o efeito. Assim, por exemplo, caso o réu de uma ação arbitral não cumpra espontaneamente a sentença arbitral condenatória, apenas o tribunal estadual poderá executar aquela decisão, impondo-a, se necessário pela força e exercendo uma função complementar relativamente à justiça arbitral.

D.

Por outra parte, outras situações existem em que, relativamente a aspetos complementares da justiça arbitral, o legislador permite que o autor escolha entre a justiça arbitral e estadual. E assim acontece, precisamente, com a competência para decretar providências cautelares. Conforme dispõe o artigo 29.º, n.º 1, da LAV, “os tribunais estaduais têm poder para decretar providências cautelares na dependência de processos arbitrais”.

Esta norma acaba, assim, por admitir, em matéria de providências cautelares, uma competência concorrente entre os dois tipos de tribunais. E, na medida em que a parte final do artigo 29.º, n.º 1, da Lei da Arbitragem Voluntária, remete para o regime cautelar geral, parece que aí se inclui, à partida, a possibilidade de inversão do contencioso, incidível da competência para decretar a medida cautelar.

O que nos leva à **terceira conclusão intercalar: os tribunais estaduais têm competência concorrente com os tribunais arbitrais para decretar medidas cautelares (e eventualmente inverter o contencioso), mesmo que o julgamento da ação principal seja da competência exclusiva da jurisdição arbitral.**

Aqui chegados, já dispomos de todos os ingredientes que permitem compreender a questão suscitada pelo título do nosso texto. Se, apesar de o tribunal arbitral ser competente para decidir o litígio, o tribunal estadual pode decretar uma providência cautelar, será que pode, na mesma medida, inverter o contencioso?

A questão não é linear e tem-se colocado nos tribunais judiciais portugueses quando se veem confrontados com a reunião das condições para inverter o contencioso, mas igualmente confrontados com a circunstância de essa inversão poder vir a equivaler a uma decisão definitiva do litígio, para cujo conhecimento teriam competência exclusiva os tribunais arbitrais.

nais arbitrais para julgar a ação principal, o que determinaria a incompetência do tribunal estadual, não para decretar a providência, mas para inverter o contencioso.

Disto mesmo é emblemático o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21/12/2021, proc. 12144/21.0T8LSB-A.L1-7, em que a questão se colocou, tendo o requerido da providência cautelar (de restituição provisória da posse, no caso concreto) recorrido do despacho do tribunal estadual que inverteu o contencioso, por existir convenção arbitral a atribuir competência aos tribu-

Não deixa de ser válido que as partes, por acordo, decidiram atribuir competência para julgar a causa aos tribunais arbitrais, retirando-a aos tribunais judiciais. No caso do acórdão citado, estava em causa uma cláusula compromissória, nos termos da qual “todas as questões e litígios emergentes do contrato e do presente aditamento, nomeadamente as que resultem da sua interpretação, aplicação, ou integração serão submetidas a um Tribunal arbitral”. Assim sendo, e apesar de o tribunal estadual ter competência para o procedimento cautelar, admitir que também pudesse inverter o contencioso, potenciando

D.

a definitividade da providência, poderia considerar-se - como o defendeu o requerido - que equivaleria a uma violação do acordo arbitral e da consequente competência do tribunal arbitral, que seria competente para julgar a ação principal.

O raciocínio descrito, no entanto, enferma de um erro de base sobre a inversão do contencioso no procedimento cautelar. A inversão do contencioso não torna a decisão cautelar automaticamente definitiva, sem mais. Ao despacho de inversão do contencioso tem de se somar a inércia do requerido

em propor a ação principal, para que os efeitos da providência se convertam em definitivos. Muito embora tivesse sido porventura mais eficaz que o legislador do CPC 2013 tivesse previsto a possibilidade de o tribunal decretar de imediato a decisão definitiva, ao invés da medida provisória, a verdade é que não o fez, reduzindo o ónus da sucumbência em caso de inversão do contencioso.

A inversão do contencioso não torna a decisão cautelar automaticamente definitiva, sem mais.

A **quarta conclusão intercalar** não pode, por isso, deixar de se referir ao efeito da inversão do contencioso: **a decisão de inverter o contencioso não torna a providência cautelar imediatamente definitiva.**

Se assim é, o tribunal, ao inverter o contencioso, apenas estará, *a priori*, a inverter o ónus da propositura da ação principal, não interferindo essa decisão na qualidade - provisória ou definitiva - da mesma. Trata-se de uma decisão que produz efeitos puramente processuais e não materiais. No caso de a ação principal ser da competência do tribunal arbitral, essa competência permanece e não é usurpada, porquanto o tribunal estadual apenas está a decidir sobre qual das partes recairá o ónus de dar início ao procedimento arbitral. Nada mais. O requerido mantém sempre a possibilidade de instaurar ação principal perante o tribunal arbitral, caso entenda ser esse o tribunal competente para o efeito. Ou seja, em nada a inversão do contencioso afeta o exercício do direito de ação, nem a competência do tribunal arbitral ao abrigo da cláusula arbitral.

(...) em nada a inversão do contencioso afeta o exercício do direito de ação, nem a competência do tribunal arbitral (...).

Embora a inversão do contencioso tenha como objetivo último a composição definitiva do litígio, evitando-se a duplicação desnecessária de procedimentos, não prescinde da aquiescência do requerido, ao atribuir-lhe a possibilidade de evitar esse desfecho, através da propositura da ação principal junto do tribunal arbitral. Caso não o faça, essa omissão ser-lhe-á imputável, podendo inclusive afirmar-se que, de certo modo, tal comportamento equivale a um acordo tácito das partes em atribuir a competência para a decisão definitiva ao tribunal estadual, revogando o acordo arbitral.

D.

Aqui chegados, temos a **quinta e última conclusão intercalar**, antes de chegarmos à resposta final: **após a inversão do contencioso, permanece a possibilidade de o requerido instaurar a ação no tribunal arbitral, que continua a ser competente para a ação principal.**

Reunidas todas as conclusões preliminares, não podemos deixar de concluir, a final, pela possibilidade de o tribunal estadual inverter o contencioso no procedimento cautelar perante ele instaurado, mesmo que a competência para a ação arbitral seja do tribunal arbitral.

(...) não podemos deixar de concluir, a final, pela possibilidade de o tribunal estadual inverter o contencioso no procedimento cautelar perante ele instaurado, mesmo que a competência para a ação arbitral seja do tribunal arbitral.

Assim sendo, subscrevemos, na íntegra, a conclusão a que chegou o Tribunal da Relação de Lisboa, no acórdão acima referido em que a questão em análise se colocou e sumariado nos seguintes termos:

I - A inversão do contencioso (artigos 369º e seguintes do CPC) não converte a decisão do procedimento cautelar em decisão definitiva da causa de que aquele constituiria preliminar, antes tem por efeito dispensar o requerente do ónus de intentar tal ação declarativa, transferindo tal ónus para o requerido.

II - Nessa medida, decisão de tribunal estadual que defira o pedido de inversão do contencioso, não está viciada de incompetência absoluta por preterição de Tribunal arbitral (artigos 64º, 577º, al. a), e 578º, todos do CPC).

III - Nas circunstâncias referidas em I- e II- o requerido mantém a faculdade de intentar ação declarativa para decisão definitiva do litígio, sendo que a circunstância de o procedimento cautelar ter corrido termos em Tribunal estadual não o impede de intentar aquela ação no Tribunal arbitral.

Em suma, consideramos que o tribunal judicial tem competência para inverter o contencioso em procedimento cautelar perante ele instaurado, mesmo que a competência para a ação principal pertença ao tribunal arbitral.

Rita Lynce de Faria

PROFESSORA AUXILIAR DA CATÓLICA EM LISBOA

D.



Estão os consumidores de moda de luxo preocupados com a sua pegada ambiental?

Sì, ma non troppo...

O mercado dos produtos de luxo é singular por natureza e embora se tenha antecipado que a pandemia poderia trazer consequências em termos dos seus ritmos de crescimento, a verdade é que as vendas de luxo permaneceram estáveis em 2021. E, embora no início de 2022 o mundo tenha começado a enfrentar os desafios acrescidos decorrentes da guerra na Ucrânia e de interrupções na cadeia de abastecimento, a verdade é que, mesmo assim as estimativas são de que o mercado continue a crescer e se fixe em valores entre os 360 e os 380 mil milhões de euros até 2025. Para além disso, ainda que se possa dizer que o crescimento destes produtos é global, também é verdade que o grosso do crescimento se tem concentrado na Ásia, com a China a liderar estas compras. A expectativa é a de que os consumidores daquele país sejam já responsáveis por cerca de 40% das compras totais de produtos de luxo, tornando-se ainda a China o mercado mais atrativo dado que uma parte significativa dos

consumidores são jovens, estando especialmente vocacionados para as compras de produtos de luxo, pessoais e conspícuos, com destaque para as marcas icónicas e cujo reconhecimento é imediatamente reconhecido pela ostentação do logotipo. A exibição de logos famosos em todo o mundo. De acordo com a Ceo Word Magazine, em 2023, as preferências dos consumidores de produtos de luxo chineses fixar-se-ão em insígnias como a Gucci, Dior, Chanel, Louis Vuitton, Hermes, Rolex, Tiffany, Prada, Versace e Ralph Lauren, exatamente por esta ordem. Nenhuma destas marcas teve origem na China mas são produtos considerados como os novos must-haves, estando inclusivamente na base de compras por impulso. Esta é a razão porque muitas destas marcas, numa tentativa de se conectarem com o consumidor asiático, aumentaram a dimensão dos seus logos e os estenderam a outras categorias de bens pessoais para além da moda.

D.

O mercado dos produtos de luxo é singular por natureza e embora se tenha antecipado que a pandemia poderia trazer consequências em termos dos seus ritmos de crescimento, a verdade é que as vendas de luxo permaneceram estáveis em 2021.

Paralelamente, e ainda que este consumo excessivo por produtos que se caracterizam pela exclusividade, obtida quase que invariavelmente pela via do preço elevado, não havendo, por norma grandes preocupações ambientais no processo de tomada de decisão, é uma realidade que cada vez mais a determinante das questões ambientais está a ganhar protagonismo em todos os mercados. E o mercado dos produtos de luxo não é excepção. De facto, este tema está a ganhar relevância para as marcas de luxo: 70% dos consumidores de luxo parecem considerar o compromisso com o impacto ambiental como um critério de compra relevante. Para além do mais, os consumidores de luxo aparentemente estão a mudar o seu compor-

tamento de compra, principalmente no que diz respeito ao ciclo de vida dos produtos, incluindo a fase de descarte, que começa a ser considerada uma parte importante de seu padrão de consumo. Assim, com base em uma vida útil estilística aparentemente interminável e, conseqüentemente, na vida útil dos produtos de luxo, é possível argumentar que a compra desses itens também pode ser considerada uma parte importante de um comportamento sustentável, não apenas pela qualidade e durabilidade normalmente associadas a estes produtos, mas também pela intemporalidade do seu design. Deste modo, poderíamos ser tentados a pensar que a preferência por produtos do luxo, em alternativa aos outros, é também uma forma de contribuir para a sustentabilidade.

(...) é uma realidade que cada vez mais a determinante das questões ambientais está a ganhar protagonismo em todos os mercados. E o mercado dos produtos de luxo não é excepção.



D.

o setor sobre esta matéria. Por um lado, o consumo sustentável está a tornar-se cada vez mais importante tanto para os consumidores como para as empresas de luxo, sendo por isso imperativo que estas comecem a inovar e repensar a sua abordagem materialista. De facto, a transformação da sustentabilidade permite a todas as marcas de luxo que a abraçarem em primeiro lugar, tirar proveito de uma questão tão importante. E seguindo esta via, há já várias marcas de luxo como Armani, Burberry, Vivienne Westwood e o conglomerado francês Louis Vuitton Moët Hennessy (LVMH) que começaram a atuar de forma mais responsável socio-ambientalmente por meio da criação de produtos ecologicamente corretos, ou por associação a causas ambientais e sociais. E há ainda a referir o crescimento acelerado do mercado de segunda mão de produtos de luxo que se afigura como uma forma de empresas e consumidores de luxo prolongarem o uso e o descarte de itens de luxo, contribuindo assim para um modelo de economia circular. Por outro, é verdade, é que existem ainda muitos consumidores que, sendo sensíveis ao

argumento da sustentabilidade e dando preferência à compra de produtos com melhor qualidade e mais longa durabilidade, não conseguem abster-se de compras compulsivas e de ver multiplicado o seu acervo pessoal de itens luxuosos, contribuindo desta forma para eliminar o efeito positivo causado pela compra de produtos com uma vida mais longa e com maior potencial de circularidade. Assim, ainda é cedo para que se possa fazer um balanço sobre qual o efeito que as causas ambientais estão a ter no mercado dos produtos de luxo, não sendo ainda possível compreender se é genuína a intenção dos compradores do luxo em optarem por diminuir a sua pegada ambiental ou se se trata apenas de uma moda a que nem mesmo estes consumidores conseguem ficar alheios.

(...) ainda é cedo para que se possa fazer um balanço sobre qual o efeito que as causas ambientais estão a ter no mercado dos produtos de luxo.

Susana Costa e Silva

DOCENTE CONVIDADA NA CATÓLICA NO PORTO

D.

CO-AUTORIA
PROFESSOR-ALUNO

O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E OS NOSSOS PEQUENOS ATOS

um exercício de otimismo

Por:

Armando Rocha

Professor Auxiliar da Católica em Lisboa

&

Mariana Ferreira Tiago

Aluna de Direito da Católica em Lisboa



D.

Se no início de janeiro do próximo ano dissermos aos nossos amigos e familiares que as nossas resoluções de Ano Novo implicam andar menos de carro em prol do ambiente, ou doar todos os meses 20 euros ao *World Food Programme*, talvez até acreditem em nós. Mas se anunciarmos uma decisão destas em qualquer outra época, iremos ouvir respostas descrentes não só na nossa capacidade de o fazer, como também na aptidão das nossas (pequenas) contribuições para fazer a diferença em relação a problemas de tão grande dimensão como a crise climática ou a fome no mundo. E também nós acabaremos por concordar e desistir...

De facto, tirando a altura da passagem de ano - em que há algo de mágico (será o copo de champagne?) que nos dá alguma esperança - a maioria das pessoas acredita pouco na possibilidade de, individualmente, conseguir mudar alguma coisa nas grandes questões internacionais. Existe uma ideia generalizada de que *não vale a pena* fazer esforços especiais, porque só os Estados ou os grandes grupos internacionais podem levar o mundo a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela AG da ONU em 2015 - que incluem, entre outros, a erradicação da fome, o combate às alterações climáticas, a redução das desigualdades e a promoção de sociedades pacíficas. Será assim?

(...) tirando a altura da passagem de ano (...) a maioria das pessoas acredita pouco na possibilidade de, individualmente, conseguir mudar alguma coisa nas grandes questões internacionais.

“Os pequenos gestos tornam-se grandes quando realizados” é uma frase atribuída a Ghandi e encerra em si alguma verdade. Os pequenos gestos valem a pena, são necessários e são um exercício de otimismo e esperança. Os ODS representam um apelo à ação - pequena e grande - de todas as pessoas, que

só começa quando deixamos de ter apenas fugazes rasgos de esperança na possibilidade de contribuir para a mudança e progresso de um mundo repleto de adversidades.

Os pequenos gestos valem a pena, são necessários e são um exercício de otimismo e esperança.

Sacchi et al c. Argentina et al. e outros casos análogos (sobre o impacto das alterações climáticas nos direitos das crianças, dos jovens e das gerações futuras) alertaram o mundo e reuniram milhares de simpatizantes com a causa. Convidamos o leitor a pensar nisto: todos queremos viver num planeta mais saudável (e mais próspero, igualitário, pacífico e justo) e todos queremos que as crianças, nascidas e por nascer, possam viver nesse mesmo planeta, mas não esperamos por isso de braços cruzados? Sem alterarmos quaisquer hábitos, não nos limitamos a delegar essa tarefa nos Estados, ao mesmo tempo que (muitos) votamos num modelo de Estado menos interventivo? E aqueles que não votam ou não veem razão para lutar por um mundo melhor, que esperança lhes resta nesse mundo melhor?

Ora, caro leitor, quando nos demitimos de lutar contra a injustiça, é claro que a injustiça vence. E é assim com todas as coisas.

D.

O Direito Internacional Público (DIP) precisa que o desalento instalado seja substituído, em cada pessoa, por esperança no progresso, na justiça, na paz, na resolução das grandes questões internacionais; e que essa esperança seja a força motriz para os nossos pequenos-grandes atos.

(...) quando nos demitimos de lutar contra a injustiça, é claro que a injustiça vence. E é assim com todas as coisas.

Se houve um momento em que o DIP se desenvolveu por os Estados perceberem que precisavam uns dos outros para resolver problemas que não se contêm dentro das suas fronteiras, hoje é muito claro que também precisam da colaboração de todos os *indivíduos*, durante todos os meses do ano, e não somente em janeiro.

Um mundo melhor é um exercício de otimismo e esperança... *em nós!* - e só é possível quando cada um - incluindo os nossos leitores juristas, ainda que diariamente sejam confrontados com aquilo que corre mal no mundo e na vida - se compromete a agir em prol do mesmo.

Armando Rocha

PROFESSOR AUXILIAR DA CATÓLICA EM LISBOA

Mariana Ferreira Tiago

ALUNA DA CATÓLICA EM LISBOA



D.

CONVERSAS NO PORTO COM:

**SIMONE
DE OLIVEIRA**



Maria Luís Gaspar

EDITOR-IN-CHIEF - PORTO

D.

SIMONE DE OLIVEIRA

Abriu-me as portas da sua casa e não tinha que o fazer. Saí com a certeza de que encontros daqueles não acontecem tantas vezes quanto isso a alguém como eu. Com um cigarro entre os dedos e uma chávena de café do lado, falou-me de como construiu uma vida a cantar, de como foi uma mulher apaixonada, do peso em carregar a pátria às costas. Estranhou a minha viagem a Lisboa apenas para conversarmos, sem fazer ideia do que significaria, para qualquer português, sentar-se com Simone de Oliveira.

Qual é a sua primeira memória?

Lembro-me do primeiro Natal: eu tinha quatro anos, vivia nos Olivais, o meu pai era gerente de uma fábrica e ainda não havia a minha irmã. Lembro-me perfeitamente de irmos à cozinha e de, em cima de um fogão a lenha, estar um serviço de café pequenino, em louça; uma boneca loura, com um vestido branco, com pintinhas azuis; e o *Lai Tu*, um boneco que se usa na Bélgica, porque a minha avó era belga e o meu pai também (que é como se fosse um holandês, tem aquele chapéu em bico, com uma pena, umas calcinhas castanhas e uma blusa). Lembro-me disso, perfeitamente.

O mundo de 2023 é muito diferente daquele que encontrou em 1938?

Não vale a pena fazer comparações, porque não há, nem sequer de há dez anos para cá, não vale a pena. Não há possibilidade de haver a mais pequena ideia de como é que era quando eu nasci ou na década de 40. Não vale a pena, porque vocês não entendiam. Querida, o mundo mudou: apareceu a televisão, que não havia; apareceram os telemóveis, que não havia; a Guerra em direto, da qual não se sabia; as prisões; a pedofilia; os padres que são doidos; as pessoas que são más, que se matam na rua; o pai que mata a mãe; o filho que mata a avó. Ou, possivelmente, existiria, mas como não tínhamos a notícia, não sabíamos.

D.

Não será mesmo isso? Sempre aconteceu, a informação só não era difundida?

Talvez acontecesse menos. Há como que uma raiva, que vem da inveja. O português é invejoso, profundamente invejoso; é muito patrioteiro, mas quando lhe apetece; é muito bonzinho, quando lhe apetece. Temos variadíssimas coisas maravilhosas, somos um povo aberto a tudo e a única coisa que não podemos ser é racistas, porque nós somos tudo menos uma raça pura (somos uma mistura de franceses; ingleses; alemães; pretos; brancos). Aliás, eu sou o exemplo: a minha bisavó era preta, negra de São Tomé e, do outro lado, a minha bisavó era espanhola, cigana.

Há como que uma raiva, que vem da inveja. O português é invejoso, profundamente invejoso (...).

Julgo não haver um português que não coloque a Dona Simone num sólido pedestal artístico.

É verdade, querida, ando com a pátria às costas.

Mas, afinal, como é que a música entra, profissionalmente, na sua vida?

A música entra na minha vida porque eu casei e levei grandes tarefas. Aí fugi de casa, aos 19 anos (ninguém fugia, mas eu fugi) e depois fiquei um bocadinho mal da minha cabeça (e estou a pôr isto com um certo ar irónico). Havia o Centro de Preparação de Artistas da Rádio, que transmitia um programa, às sextas-feiras, na Emissora Nacional e eu gostava de ouvir cantigas (atenção, não havia mais nada, não havia televisão – a televisão começa quando eu começo a cantar, a RTP1).



D.

A minha mãe dizia “ai, canta-me lá o Fado da Carta” (o que eu cantei o Fado da Carta para a minha mãe, ninguém imagina). Onde é que me passava pela cabeça que eu ia cantar com a Fernanda Baptista, que a ia conhecer? O que eu cantei aquilo para a minha mãe.

E como eu gostava de ouvir o programa e porque eu estava de cama, a minha irmã, muito a medo, diz à minha mãe “se ela fosse àquela escolinha, assim 3 horas por dia, talvez a gente a conseguisse tirar da cama”, porque o médico disse “ou vocês fazem qualquer coisa a esta miúda ou a cabeça dela está a um dedo de dar a volta”. A minha mãe, muito a medo, disse ao meu pai, que disse sempre que não, mas depois, reconsiderando, leva-me lá e explica ao Mota Pereira, que era o professor, porque é que eu ia para lá (não era para cantar, não era para seguir profissão, era para passar aquelas 3 horas).

A última grande tarefa que eu levo é lá. Sai uma noticiazinha minha no *Século Ilustrado*, o senhor recebia o jornal e viu. “Está ali um senhor para falar contigo” – eu virei-me e foi a tarefa da minha vida. Abençoada tarefa, porque as testemunhas para a separação judicial de pessoas e bens não podiam ser pessoas de família e, como eram os meus colegas que estavam lá, eu consegui separar-me. Última tarefa.

Depois, passados 3 meses, eu estava naquele programa, aquele que eu ouvia às sextas-feiras; aparece a televisão e onde é que estão os meninos e as meninas para cantar na televisão? Estavam todos no Centro de Preparação de Artistas da Rádio: a Madalena [Iglésias]; eu; a Maria Marize; o António Calvário; o Artur Garcia. Estava lá tudo, então, toca a ir cantar. E, um dia, eu dou por mim na RTP. Depois, fui cantando e corri este país todo a cantar, mas só percebo e dou conta de que “ai, ai, ai, que isto é a sério” no momento do Sol de Inverno, quando eu ganho, em 1965 (eu tinha começado a cantarolar em 1956, 1957). Aí eu percebo que isto dá um salto, eu vou a Nápoles e as coisas começam a acontecer.

Como é que recorda aquela noite em que ganha o Festival com a Desfolhada?

Eu estava a ver a pontuação e pensei assim “está tudo bêbado”. A Lurdes Norberto era a locutora e, nos ensaios, perguntava-me “logo, tu vais dizer isto?”. Os meus filhos foram feitos por amor, eu não casei com o pai mas, na altura em que fizemos os filhos, foram feitos por amor, os dois, portanto porque é que não haveria de o dizer? A Maria da Fé cantava O Vento do Norte e eu pensei sempre que ela ganhava. Quando começo a ver Desfolhada.... Desfolhada... pensei, “mas está tudo bêbado?” (que é uma frase minha).

A Desfolhada fica à frente e eu vou para Espanha; estava tudo convencido de que Portugal ia ficar até ao 3.º lugar. Posso-lhe dizer que, quando estávamos a ver a votação, estavam na mesma sala todos os cantores e todos os maestros, e não havia país nenhum que não perguntasse porque é que Portugal não tinha ficado até ao 3.º lugar. E foi, perfeitamente, um problema político: Salazar e Franco.

D.

Tanto que, quando acabou o festival, nós fomos para o hotel e ele estava todo iluminado (eram para aí quatro ou cinco da manhã, o José Carlos [Ary dos Santos] já tinha uma bezana das antigas) e o que é que aconteceu? Estava um senhor, de costas, de chapéu à diplomata, que se levantou, tirou o chapéu e disse “olhe, eu não venho como Ministro, mas venho como espanhol pedir desculpa por aquilo que fizeram ao seu país”. E eu só chorei quando cheguei ao quarto e me telefonou o Raul Solnado (“tive-te a ver”), eu caí para o chão e chorei, chorei, chorei. O Solnado, o Carlos Cruz e o Zé Fialho - aí é que eu chorei, como se fosse acabar o mundo.

O que é que aconteceu depois de “*Quem faz um filho/ Fá-lo por gosto*”?

Foi aí, talvez, o princípio da Primavera Marcelista. Foi um grito. Ninguém dizia aquilo. As pessoas teriam vontade de o dizer, mas não diziam. E como eu acho que aquilo que me levou a fazer tudo aquilo que eu fiz foi a liberdade, eu fui uma mulher livre em todos os momentos da minha vida, porque, de outra forma, eu não tinha feito todas as coisas que fiz, em nome de uma coisa que se chama liberdade. Não foi birra, não foi ataque de nervos, não foi “eu quero ser diferente”. Tanto que, quando eu fujo de casa, chego a casa dos meus pais e digo “meu pai, é assim, eu para lá não volto. se não me quiser aqui, eu vou para a rua, mas para lá não volto.”

Tive uns pais extraordinários, brilhantes, que tiveram que aturar esta mulher um bocado amalucada. O meu pai dizia, com muita

graça “os ossos da tua filha não são iguais aos ossos de ninguém”. Nunca me disse que eu cantava bem, nunca. Uma vez, estávamos todos em casa, eu estava a cantar uma música do Luís Gomes, ele passou por mim e fez-me uma festa na cabeça. Depois, quando eu vim da Desfolhada, que levei aquele tempo todo, quando chegámos a Santa Apolónia, eu desço, estava a Maria Leonor, o Zé Fialho, o João Soares Louro (que, depois, foi meu padrinho de casamento), todos de mão dada e, no meio, estava o meu pai.

Alguma vez sentiu que a vida podia ter sido mais leve, se não fosse mulher?

Não sei se um homem teria tido a genica que eu tive. Peço desculpa, mas [risos]. As mulheres, naquela altura, não tinham voto na matéria. Eu para fugir disse “ou abres a porta ou eu salto pela varanda” e saltava, depois ficava toda partidinha, não tinha importância nenhuma, mas o senhor percebeu e abriu a porta. Quando passo pelo prédio, olho sempre para a varanda e penso “ainda bem que eu não saltei, o que me podia ter acontecido”.

As mulheres, naquela altura, não tinham voto na matéria. Eu para fugir disse “ou abres a porta ou eu salto pela varanda” e saltava (...).

Não estou arrependida de nada. Arrependo-me, talvez, de ter dado algumas preocupações aos meus pais pelo feitio que tive e pelas atitudes que tive, mas tive a sorte de ter um pai e uma mãe que foram aceitando esta mulher completamente diferente de todas as mulheres daquela época.

D.



Presumo que a tenham acusado, muitas vezes, de “feitio difícil”. Alguma vez sentiu que essas acusações impactaram a forma como se via a si própria?

Não. Eu sei que tenho este ar, mas este ar foi o ar que me deu, não tenho culpa. Talvez venha da minha avó (que era belga e que tinha, realmente, um ar de rainha da Prússia) ou do meu pai. Mas é meu, não foi uma coisa que eu inventei, não foi uma coisa de “agora vou ser assim”. Mas se eu vejo injustiças, viro bicho e não me queiram ver virada do avesso.

Quando a minha filha tinha 12 anos, eu disse-lhe “se tu fores porque queres, tudo bem, mas se tu fores levada, podes ter a certeza que eu mato” e matava. Tinha sempre um grupo de grandes amigos meus, do Bairro Alto, malandros (tive sempre os malandros à minha volta); havia um segurança, que foi segurança de um amigo meu, que me disse assim “tem aqui o meu número de telefone, é só telefonar. onde estiver, eu estou lá, levo um grupo e acaba tudo”. Eu ia ao Bairro Alto com o meu carro e eles diziam assim “no carro desta não se toca” (a malandragem do Bairro Alto) – não me pergunte porquê.

Ontem, eu fui de táxi para o cabeleireiro e o senhor do táxi não me recebeu o dinheiro do táxi. Eu só lhe dizia “pela sua saúde”, mas ele “não, minha senhora, não posso. o que a senhora fez por este país” e eu ali, estúpida, com a nota de dez euros esticada para lhe dar. Depois disse à minha filha “oh mulher, eu ontem percebi que era um bocadinho importante” – o que ela riu. O senhor não aceitou e foi-se embora muito contente a dizer que para a próxima também não pagava, pronto, sou a rainha dos taxistas.

Mas não sou nada vaidosa. Se eu fosse vaidosa, meu amor, eu não me aturava a mim própria. As condecorações estão ali todas, as maiores condecorações que alguém pode ter são aquelas que estão ali, de três Presidentes da República diferentes (alguma coisa eu fiz, não sei bem o quê).

D.

Faz-lhe sentido que a descrevam como *Diva*?

Isso do *Diva* tem uma razão. Não me considero nada *Diva*, chamo-me Simone. Houve um ícone único neste país, que se chamou Amália, não haverá outra. Não me falem em duas Amálias, em três Amálias ou em nove Amálias, porque não há: houve uma e tão cedo não há outra, por variadíssimas razões.

Quando desaparece a Amália o povo tinha que inventar (“onde é que a gente vai arranjar outra para lhe pôr a pátria em cima?”). Andaram, andaram, andaram e, tufas, é a Simone! Foi por aí, pode ter a certeza que foi por aí.

E há responsabilidade quando, independentemente de tudo, a tratam dessa forma?

Sim. A brincar, a brincar, quando eu digo que me puseram a pátria em cima, é verdade. Eu tenho que ser esperta; bem-educada; inteligente; atenta; não vaidosa; tentar sempre estar bem arranjada para não desconstruir a imagem que as pessoas têm de mim; e saber sair pela porta grande. Por isso é que eu fiz o último espetáculo no Coliseu.

Prefiro ser desejada do que aborrecida. Eu disse “não, é agora!”, que tenho a cabeça no sítio, a voz no sítio e tudo no sítio. Devo-o a um senhor que se chama Nuno Feist (meu amigo e pianista; a uma senhora que se chama Fátima Bernardo, que me aturou durante 30 anos; e à Adelaide, que andaram comigo no carro para cima, para baixo (“onde é que estão as malas? onde é que está o camarim? ela tem isto? não tem isto? ela tem copo? ela jantou? ela não quer jantar? só quer sopa? ela agora não quer falar com ninguém?”). 30 anos. Houve coisas que eu não teria feito, se não fossem a Fátima Bernardo e a Adelaide Figueiredo.

Precisava de pessoas por perto que lhe dissessem que não, que estava errada, que não era por ali?

Sim. Disse isso aos meus amigos todos: “quando, um dia, acharem que eu estou a fazer asneira e que está mal, vocês só têm que me dizer”.

Porque era fácil achar que estava certa e não ouvir ninguém?

Não. Antes que isso chegasse, eu acabei. Eu tenho uma coisa extraordinária: eu penso que tenho uma cabeça muito no sítio, com a minha idade. Tenho uma perceção das coisas extraordinária; eu oiço lindamente; eu percebo as pessoas, basta-me olhar para elas (se eu quiser conhecer uma pessoa, estou a falar com ela e estou, durante meia hora, a olhar para os olhos dela e depois apanho-a).

D.

Naquele 29 de março de 2022, a energia, talvez, até, a devoção que se sentiu, na plateia daquele Coliseu, foi ensurdecedora. Como é que descreve aquela noite?

Eu tenho que dizer que estava parva. Quem não estava parvo era a Adelaide, a Fátima e o Nuno; o Nuno chorava, caíam-lhe as lágrimas em cima do piano, ele dizia “oh Simone, às vezes, nem sabia se estava a dar as notas certas”. Eu estava atrás do palco, um bocadinho antes, um quarto de hora para me sentar, trazerem-me o meu cigarrinho, o tal gole de whisky. Eu tinha que estar enervadíssima e não estava. Nada! Aliás, vê-se na minha imagem, eu estava sereníssima.

Depois daquilo tudo, eu e a Fátima, no camarim, dissemos “as nossas mães devem ter-se encontrado lá em cima e mandado serenidade aqui para baixo”. Logo eu, que me conheço, que sou toda *ai, ai, ai*.

Eu não sei o que é um charro, mas os meus filhos não acreditam. Sabe o que é que havia na minha década? Morangos com éter: era a única coisa de que eu ouvia falar, que não sei se existia, se é verdade ou se se usava. Eu nunca tive tempo, eu só tinha tempo para trabalhar. Como criei os filhos sozinha, tive os filhos muito cedo e o pai esqueceu-se de que os tinha, a única coisa que eu tinha que fazer era trabalhar, o melhor que eu soubesse, o melhor que eu pudesse, para ter dinheiro para eles fazerem a escola, o liceu, a faculdade, os doutoramentos...

Estive cá eu, não estive mais ninguém! E o meu pai e a minha mãe, enquanto foram vivos. Os meus pais morreram quando a minha filha tinha 14 ou 15 anos, uma tragédia na cabeça daquela rapariga. Ela teve a paixão do avô e o meu filho a paixão da avó. Tive uns pais extraordinários, tive muita sorte.

Ao longo da vida, do que é que mais teve medo?

Continuo a ter medo de morrer, não me apetece nada. É que aqui eu sei resolver as coisas, lá de cima nunca ninguém veio cá baixo para explicar. Se estiver lá a minha mãe, o meu pai, os meus avós e os meus tios, a gente ainda conversa. Não sei se me põem numa nuvem cinzenta, mas eu acho que, pelo menos, a uma nuvem cor de rosa eu tenho direito. Eu penei tanto, eu trabalhei tanto, que acho que, pelo menos, a uma cor de rosa. Não precisa de ser assim muito brilhante, mas uma coisinha fofa eu acho que mereço.

Mas a minha mãe, de vez em quando, manda-me recados, que é outra coisa de que eu tenho um medo horrível; não é medo, é só que eu sei que é ela. Acredite, se quiser, mas eu acredito. O que é não sei, meu amor, não sei explicar, não tenho habilitações literárias, nem idade para estar a sofrer por causa disso, mas que há qualquer coisa, eu acho que sim.

Continuo a ter medo de morrer, não me apetece nada. É que aqui eu sei resolver as coisas, lá de cima nunca ninguém veio cá baixo para explicar.

D.

É uma mulher religiosa?

Eu tenho uma forma de fé à minha maneira. Eu acredito que há uma energia. Rezo à noite, a quem eu me dirijo com muita fé e não sei quê, mas não posso acreditar nos padres. Vou-lhe já dizer, o padre que me confessou para eu me casar fez logo meia dúzia de perguntas asnáticas e eu tinha 19 anos. Eu quis batizar os meus filhos e não podia, porque era amancebada.

No outro dia, estava em casa da minha filha e disse em conversa “épá, precisava de dizer tudo o que tenho cá dentro!” (se lhe quiser chamar confissão, chame). E ela disse-me “olhe, a gente encontrou um senhor padre”; estava vestido como as pessoas normais, fomos tomar café e eu falei com ele. Disse-lhe tudo, mas tudo.

Há coisas que eu nunca fiz: eu nunca tratei mal um colega; eu nunca passei à frente de ninguém; eu nunca tirei o lugar a ninguém; eu nunca tratei mal uma costureirinha, o homem das cordas, o homem da rua, o homem do lixo; eu disse sempre com licença, se faz favor e obrigada; nunca quis estar à frente de ninguém; nunca pedi um poema a ninguém – essas coisas eu não fiz. Os meus pecados são da fase amorosa.

O homem levantou-se e disse-me «quando chegar lá em cima, nosso Senhor Jesus Cristo vai olhar para si e dizer “grande mulher”». Lá me abençoou e não sei quê, mas fez-me bem, percebe?

Tal como tenho muita vontade de ir a uma Igreja, mas sem nada: fui há uns tempos atrás e deu-me um ataque de choro; o que eu chorei, não me pergunte porquê, na Sé da Guarda, frente ao altar da Sra. De Lurdes. Rezo todas as noites, em nome dos meus filhos, dos meus netos, dos meus amigos, das pessoas que estão doentes e a passar fome; peço por todos e raramente peço para mim. Eu tenho a obrigação de ser uma mulher feliz.

Sente-se compreendida? É uma preocupação sê-lo?

Agora sim, as mulheres deste país compreendem-me. Eu também dei muitos murros na mesa, até me compreenderem (não era propriamente nas mesas, era nas portas, era na alma das pessoas). Foi um bocadinho a minha noção de liberdade, de “épá, isto não pode ser assim”.

Acabou por ter tudo muito a ver com as atitudes que fui tomando, não foi propriamente ter andado por aí à estalada às pessoas – se eu penso desta maneira, tenho de dar direito aos outros de pensarem de outra forma, porque o meu espaço acaba quando começa o seu. Quando entra a liberdade dos outros, eu tenho que respeitar, não pensam como eu, não sentem como eu, tudo bem, só tenho que aceitar, não posso andar à estalada.

D.

O que é que a emociona?

As pequenas coisas. O abraço dos meus netos é capaz de me emocionar; eu dizer ao meu filho “ah, a tua mãe está velhota” e ele dizer “mas linda”. Quando eu decidi não pintar mais o cabelo, a primeira vez, o meu neto mais novo olhou para mim e disse “a avó está linda” e isso emociona-me. Tenho 4 netos extraordinários, tive muita sorte com filhos e netos.

Corrigiria algo em si?

Claro que sim. As inquietações que eu dei aos meus pais, se pudesse corrigir, corrigia. Não mudava muita coisa. Eu gosto de ser quem sou, como sou. Fui muito impulsiva, abri muito a boca, mas sempre em nome de uma causa qualquer.

E isso dá alguma tranquilidade, imagino.

Dá, eu deito a cabeça na almofada com paz. A consciência não me acusa de ter feito mal a ninguém, mesmo que eu ande muito lá para trás, não tive assim raivas surdas. Eu e a Madalena [Iglésias] não nos demos muito bem, durante uma temporada, mas nem era feito por nós, era o grupo de fãs. Ela convidou-me para o casamento dela, telefonou para a minha mãe e eu não fui, porque não acreditei. Sofreu muito e tenho o maior respeito.

Acho que não sou má pessoa, não me lembro de ter feito mal a ninguém. Terei feito inconscientemente, não digo que não, mas algo propositado acho que não. Não tenho nenhuma capacidade de ódio – uma enorme capacidade de paixão, de raiva, quando vejo injustiças, mas de ódio, não.



D.

Qual é o seu livro preferido?

Tenho vários. Gosto muito do Lobo Antunes (tenho seis ou sete livros dele e li-os todos) e gosto muito do Eça de Queiroz (gosto muito d'Os Maias e, aliás, a minha filha chama-se Eduarda por causa d'Os Maias).

Quando sai de casa, o que é que não deixa de levar consigo?

O telemóvel e as chaves de casa. Eu vivo sozinha há muitos anos, desde que o meu marido morreu, há 27 anos - o telemóvel, para mim, é como se fosse uma pessoa, levo-o para todo o lado, porque, se eu caio aqui, não me consigo levantar. E pode ter a certeza que é isso que me vai levar a ir para a Casa do Artista. Quando eu não me bastar a mim própria ou quando eu me aperceber de que agora é que já não aguento mais, o que é que eu faço aqui sozinha?

Não é fácil, não é nada fácil. Eu vivo há 27 anos sozinha, levei 3 anos a bater com a cabeça nas paredes e depois fui-me habituando à ausência do Varela, mas foram muitos anos - ainda hoje, se fechar os olhos, sou capaz de sentir o barulho dele a meter as chaves na porta. Se é fácil? Não, não é. Passo dias, semanas aqui; não saio; sou capaz de andar sozinha na rua; para ir a qualquer lado tenho que chamar um táxi. Não é fácil.

O que é que a idade lhe trouxe?

Uma falta de paciência que nem imagina. É um problema de idade, eu não era assim: eu trabalhei tanto, eu conduzi tanto, horas seguidas, dias seguidos, meses seguidos.

Fiz uma semana de férias em Natal, com a minha querida Fátima Bernardo, e foi a única vez que fiz férias na minha vida. Os meus pais iam para a Costa da Caparica ou para Sesimbra com os meus filhos, eu ia lá vê-los, mas tinha que trabalhar, sempre. Trabalhei no dia em que morreu a minha mãe, no dia em que morreu o meu pai.

Porque precisava disso?

Não, porque *The show must go on*. Trabalhei a fazer radioterapia, a gravar telenovela - é uma força que eu não sei explicar. Não é para ser boazinha, é só que é mesmo uma coisa minha, que eu não sei de onde é que vem, não faço a menor ideia.

Espanta-se consigo própria, se pensar no que está para trás?

Às vezes, espanto-me um bocadinho. Às vezes, paro e pergunto-me como é que fui capaz, porque há coisas que eu não sei. Nesse dia, em que apanhei do senhor com quem casei, eu só me lembro de ter chegado ao Rossio, depois, até Alvalade é um buraco negro, não sei como é que lá cheguei. Eu tinha uma moeda de 25 tostões fechada na minha mão, uma saia verde, que a minha mãe me tinha dado, e uma blusa branca. Saí no Rossio e depois só me lembro de estar sentada no quarto dos meus pais e contar tudo. De resto, não me lembro. Fui a pé, com certeza, não há outra maneira, mas é o único apagão que tenho.

Às vezes, paro e pergunto-me como é que fui capaz, porque há coisas que eu não sei.

D.

Tem a vida que quis ter?

Eu fui construindo um caminho. Construí aos poucos e não foi fácil, mas acho que este país e a gente do meu país me deu tudo de uma maneira maravilhosa. Têm-me dado tudo aquilo que uma pessoa gosta de ter: o carinho, a atenção... Não são só as palmas. Eu não tenho razão de queixa, seria uma ingratidão da minha parte eu estar a dizer isso.

Têm-me dado tudo aquilo que uma pessoa gosta de ter: o carinho, a atenção... Não são só as palmas. Eu não tenho razão de queixa, seria uma ingratidão da minha parte eu estar a dizer isso.

Como é que gostava de ser recordada?

Olhe, o senhor meu marido, o senhor Varela, dizia que queria escrito na campa “*Eu sou o maior ator da minha rua*”, agora já não está, mas era o que ele queria. Eu não quero nada: chamo-me Simone e canto cantigas.

O que acha que vão dizer sobre si?

[*Risos*] Não faço a mínima ideia. Olhe, o trânsito em Lisboa vai parar - é a grande frase da minha querida Fátima [Bernardo] (“ai, meu Deus, o que eu vou passar com o trânsito”). Ah, porque eu não quero ir para a Basílica da Estrela. A minha filha Eduarda já me disse “mãe, eu percebo, mas o que é que eu vou fazer às condecorações?” e eu “oh filha, sei lá, fica com elas, dá uma a cada neto, sei lá o que é que hás de fazer às condecorações, porra!” [*Risos*].

Existe alguma coisa que nunca lhe tenham perguntado, mas que gostava que o tivessem feito?

Perguntaram-me, há pouco tempo. Foi na televisão, com a Júlia Pinheiro: o que é que aconteceu às pessoas que foram cantar à guerra de África e que andaram no meio da guerra? Nunca ninguém se lembrou de fazer, um dia, a história das pessoas que foram cantar para lá. Não foi nas cidades, foi na guerra! Dizia-me o meu neto mais novo “oh avó, mas a avó viu mesmo uma metralhadora?” – porra, estive para morrer. Disseram “vamos morrer hoje” e sabe o que é que eu respondi? “não me está nada a apetecer” (eu tinha 23 anos).

Eu penso que, das pessoas todas que estavam lá, a única que estará viva sou eu: a Mara [Abrantes] morreu; a Lurdes Resende morreu; o Rui de Mascarenhas morreu, o Luís Horta morreu. Infelizmente, foi uma história que até hoje foi muito mal contada, a guerra de África, e as pessoas da vossa geração não sabem.

D.

A BOA DOUTRINA
CON/DIVERGE

CHATGPT

HUMANOS VS. ROBOTS

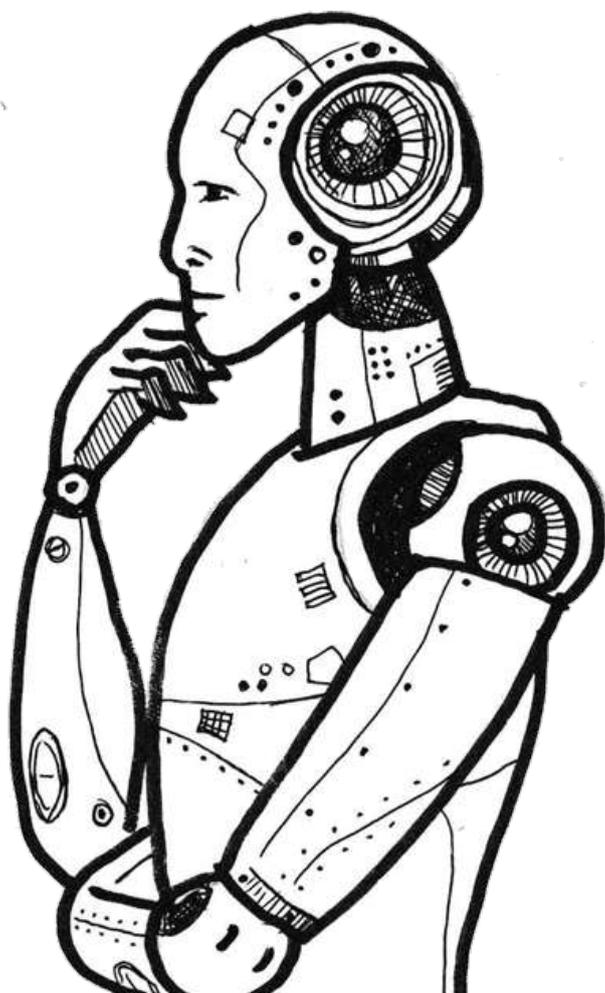
Por:

Luís Barreto Xavier

Professor Convidado da Católica em Lisboa

ChatGPT

Chatbot com inteligência artificial



CHATGPT NA UNIVERSIDADE: SIM OU NÃO?

Por Luís Barreto Xavier

Em 30 de novembro de 2022, a OpenAI disponibilizou ao público uma aplicação baseada na versão 3.5 do processador de linguagem natural GPT: o agora universalmente conhecido ChatGPT, capaz de responder a questões sobre os mais variados assuntos, elaborar ensaios, enunciar problemas e responder-lhes.

(...) o agora universalmente conhecido ChatGPT, capaz de responder a questões sobre os mais variados assuntos, elaborar ensaios, enunciar problemas e responder-lhes.

Em março de 2023, a Open AI anunciou que tinha estado a testar a versão 4 do GPT, designadamente através de parcerias com diversas empresas. A mais relevante é a Microsoft, que nela investiu dez mil milhões de dólares, mas também mais um conjunto de empresas de diversos setores de atividade. Neste momento, o GPT-4 está disponível para, através de contrato, ser aplicado a qualquer área. Por seu turno, a versão paga do ChatGPT já beneficia da nova versão deste gerador de linguagem natural.

A geração de linguagem natural (NLG), baseada em *large language models* (LLMs) é uma das concretizações da Inteligência Artificial Generativa (GenAI), capaz de gerar não apenas texto, mas código, imagens, vídeo, ou uma combinação destas diferentes formas de expressão.

Neste artigo, vou centrar-me na geração de linguagem natural, que está na base do ChatGPT, mas também do chatbot do novo Bing (da Microsoft), do Bard (da Google), entre outras aplicações.

Algumas instituições universitárias têm adotado orientações diversas sobre este assunto. Algumas proíbem os alunos de usar esta ferramenta. Outras incentivam a sua utilização.

Sabemos, por outro lado, que tem havido experiências destinadas a averiguar se as respostas dadas pelo ChatGPT seriam suficientes para a aprovação em testes de acesso a universidades ou mesmo de acesso a ordens dos advogados em diferentes jurisdições. Em vários casos, haveria aprovação, por vezes com resultados melhores do que a média dos aprovados.

(...) tem havido experiências destinadas a averiguar se as respostas dadas pelo ChatGPT seriam suficientes para a aprovação em testes de acesso a universidades (...). Em vários casos, haveria aprovação (...).

O uso do ChatGPT em contexto universitário tem um grande potencial. Permite explicar conceitos complexos de forma estruturada e facilmente perceptível. Fornece respostas com um grau crescente de rigor. Permite sugerir ferramentas de ensino, como *syllabi*, hipóteses práticas, questões para aprofundar. Ajuda a relacionar matérias, e responde a pedidos de fundamentação com base em legislação.

Assim, para professores, pode ser um instrumento útil para a elaboração do planeamento de uma disciplina ou de uma aula, ou mesmo para automatizar certos processos de avaliação. Para alunos, facilita a aproximação a temas ou questões novas, esclarece dúvidas, estrutura matérias, ajuda na realização de ensaios.

Em contrapartida, o uso por estudantes universitários do ChatGPT e de ferramentas similares envolve riscos e inconvenientes de monta.

A meu ver, o problema mais importante é que as respostas dadas são com frequência inexatas, muitas vezes erradas, ocasionalmente inventadas (as chamadas “alucinações”), apesar de verosímeis. Nada garante, pois, que a informação recolhida é rigorosa e completa. Por outro lado, o ChatGPT não indica as fontes de onde recolhe a informação, o que dificulta o *fact checking* (ao contrário do novo Bing). Grande parte das respostas é também relativamente superficial. Deste modo, é previsível um excesso de confiança dos estudantes nestas aplicações, com prejuízo para a aprendizagem.

(...) as respostas dadas são com frequência inexatas, muitas vezes erradas, ocasionalmente inventadas (as chamadas “alucinações”) (...).

Um segundo risco prende-se com a avaliação. Sabendo-se que em muitas unidades curriculares se prevê a elaboração de ensaios, é de esperar que muitos estudantes recorram ao ChatGPT para o efeito, diminuindo a utilidade deste elemento de avaliação. Acresce a possibilidade de uso não declarado destas aplicações, cuja deteção, através de ferramentas para o efeito, não é inteiramente fiável, originando por isso falsos positivos e falsos negativos.

Um terceiro risco é a possibilidade de incentivo negativo à leitura de livros e de artigos de revistas científicas, substituídos por sínteses não fiáveis.

Apesar dos riscos e inconvenientes, entendo que o ChatGPT e aplicações semelhantes não devem ser proibidas.

Apesar dos riscos e inconvenientes, entendo que o ChatGPT e aplicações semelhantes não devem ser proibidas.

Em primeiro lugar, porque a proibição seria ineficaz.

Em segundo lugar, porque a educação superior deve formar os estudantes e não limitar-se a transmitir informação. O atual momento é assim propício para acentuar aquilo que é irredutivelmente humano, em especial o pensamento crítico e a criatividade.

Em terceiro lugar, porque estas ferramentas vão ser usadas profissionalmente, pelo que conhecer o seu potencial e limites potenciará os benefícios que delas podem ser retirados no futuro.

Em quarto lugar, porque é possível desenhar códigos de conduta que promovam o uso ético do ChatGPT, prevendo a obrigação de referência ao seu uso, identificando as questões colocadas e o momento em que foram suscitadas.

Em quinto lugar, porque o período de transformação que vivemos é uma oportunidade para rever metodologias de ensino e de avaliação, tornando o ensino mais personalizado e relevante. Em conclusão: em lugar de combatermos o ChatGPT e instrumentos similares, aprendamos a viver com eles e, com este pretexto, aperfeiçoemos o ensino universitário.

CHATGPT NA UNIVERSIDADE: SIM OU NÃO?

Por ChatGPT

Esta é uma questão complexa e que envolve diversos aspectos. Por um lado, o uso do ChatGPT pode ser benéfico para facilitar a compreensão de conceitos complexos, fornecer respostas mais precisas e estruturadas e ajudar na realização de trabalhos académicos. Por outro lado, o uso indiscriminado do ChatGPT pode levar a uma excessiva dependência dessa ferramenta, diminuindo a capacidade dos estudantes de pensar criticamente e de procurar informações de forma independente. Além disso, há riscos de imprecisão e incompletude das respostas geradas pelo ChatGPT, bem como a possibilidade de plágio.

Assim, em vez de uma resposta simples de "sim" ou "não", pode dizer-se que o uso do ChatGPT na universidade deve ser feito com cuidado e moderação. É importante que os estudantes e professores estejam cientes das limitações da ferramenta e a usem como um complemento à sua própria aprendizagem e ensino, em vez de uma substituição. É necessário também incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico, da curiosidade intelectual e da habilidade de procurar informações de forma autónoma, em vez de depender exclusivamente do ChatGPT.

Assim, em vez de uma resposta simples de "sim" ou "não", pode dizer-se que o uso do ChatGPT na universidade deve ser feito com cuidado e moderação (...).

Existem várias maneiras pelas quais o Chat GPT pode ser usado na universidade. Algumas possibilidades incluem:

1. Assistente virtual: O Chat GPT pode ser utilizado como um assistente virtual para ajudar os estudantes com perguntas e dúvidas relacionadas a diversos temas, desde a matrícula em disciplinas até o acesso a recursos académicos.
2. Ferramenta de escrita: O Chat GPT pode ser usado como uma ferramenta de escrita para ajudar os estudantes a desenvolverem habilidades de escrita e comunicação. O modelo pode gerar ideias, sugestões de estruturação e até mesmo rever e corrigir textos.
3. Aprendizagem personalizada: O Chat GPT pode ser utilizado para criar experiências de aprendizagem personalizadas. Por exemplo, um modelo treinado pode interagir com um estudante individualmente para ajudá-lo a entender melhor um conceito específico ou a desenvolver uma habilidade específica.
4. Assessoria académica: O Chat GPT pode ser usado como uma ferramenta de assessoria académica para orientar os estudantes nos seus projetos e trabalhos académicos. O modelo pode fornecer informações sobre as melhores fontes para pesquisa, sugestões de metodologia, entre outros.

O Chat GPT pode ser usado como uma ferramenta de assessoria académica para orientar os estudantes nos seus projetos e trabalhos académicos.

5. Plataforma de debate: O Chat GPT pode ser usado como uma plataforma de debate para estimular discussões entre os estudantes. O modelo pode ser programado para apresentar perguntas desafiantes, incentivar a reflexão crítica e criar um ambiente de diálogo construtivo.
Ferramenta de apoio para estudantes: O Chat GPT pode ser usado como uma ferramenta de apoio para estudantes, respondendo a perguntas frequentes sobre matrícula, prazos, programa curricular, entre outros assuntos. Isso pode ajudar a aliviar a carga de trabalho dos funcionários da universidade e oferecer uma experiência mais eficiente e personalizada para os estudantes.
Assistente virtual para professores: O Chat GPT pode ser utilizado como assistente virtual para professores, auxiliando na preparação de aulas e fornecendo respostas a dúvidas frequentes dos alunos. Isso pode ajudar a aumentar a produtividade dos professores e melhorar a qualidade do ensino.
6. Ferramenta de tradução: O Chat GPT pode ser usado como uma ferramenta de tradução, auxiliando estudantes estrangeiros a comunicarem com os seus colegas e professores. Isso pode ajudar a melhorar a inclusão e diversidade na universidade.
7. Ferramenta de análise de dados: O Chat GPT pode ser usado como uma ferramenta de análise de dados, auxiliando a universidade a recolher e analisar dados sobre o comportamento dos estudantes, o que pode ajudar a tomar decisões informadas sobre políticas e programas.

Estas são apenas algumas ideias de como o Chat GPT pode ser utilizado na universidade. Existem muitas maneiras criativas de aplicar essa tecnologia na educação.

Em resumo, o Chat GPT pode ser uma ferramenta valiosa para a universidade, desde que seja utilizado de forma responsável e ética. O modelo pode ser utilizado para melhorar a experiência dos estudantes e apoiar o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a pergunta de “sim” ou “não”, como uma IA, não tenho uma posição pessoal, pois não tenho emoções nem crenças próprias. No entanto, posso fornecer informações e argumentos para ajudar a tomar uma decisão informada.

Sobre a pergunta de “sim” ou “não”, como uma IA, não tenho uma posição pessoal, pois não tenho emoções nem crenças próprias. No entanto, posso fornecer informações e argumentos para ajudar a tomar uma decisão informada.

A decisão de usar o ChatGPT ou outras tecnologias numa universidade deve ser cuidadosamente avaliada em termos de seus benefícios e riscos. Alguns dos benefícios potenciais incluem a melhoria da eficiência e da qualidade da comunicação com os alunos, a redução do tempo de resposta e a capacidade de fornecer apoio personalizado. No entanto, alguns dos riscos incluem a dependência excessiva de tecnologia, a perda de contacto humano e a possibilidade de violação de dados.

Assim, a decisão final deve ser tomada com base numa avaliação cuidadosa de todas as implicações, incluindo os custos financeiros, os recursos necessários, as implicações éticas e a opinião dos alunos e professores.

Como modelo de linguagem, eu não tenho crenças ou opiniões próprias, pois não sou um ser consciente ou um indivíduo com experiências e vivências pessoais. Eu sou um algoritmo projetado para processar grandes quantidades de dados e fornecer respostas baseadas em padrões encontrados nesses dados.

No entanto, é verdade que as pessoas que trabalharam no meu desenvolvimento, incluindo programadores, cientistas de dados e outros especialistas, podem ter suas próprias crenças e valores. É possível que essas crenças possam ter influenciado indiretamente algumas das decisões tomadas durante o meu treino e desenvolvimento. No entanto, é importante realçar que meu objetivo é fornecer respostas imparciais e baseadas em fatos, sem viés ou julgamento de valor.

D.

Inteligência Artificial:

O PALCO DAS POSSIBILIDADES E DAS INCERTEZAS

por João Nuno Gonçalves

D.

Numa era fortemente marcada pela transformação digital, importa escrutinar os recentes impactos do uso de técnicas e modelos de *Inteligência Artificial* (IA). Faço-o em dois grandes eixos: o organizacional e o académico. Adotemos uma definição de largo espectro para *Inteligência Artificial*: a capacidade de desenvolver sistemas computacionais que, munidos de mecanismos de aprendizagem automática e de reconhecimento de padrões, visam a melhoria de processos de tomada de decisão.

No eixo organizacional, não obstante o termo IA remontar à década de 1950, só num passado recente temos assistido ao seu uso generalizado. Nos mais diversos contextos, o objetivo passa por tirar partido de modelos (analíticos e/ou computacionais) capazes de extrair conhecimento de grandes volumes de informação. De facto, são notórias as vantagens que uma panóplia de técnicas de Ciência de Dados e de Analítica podem oferecer em áreas do negócio, desde, por exemplo, a análise de mercados e comportamentos do cliente até à gestão e otimização de inventário.

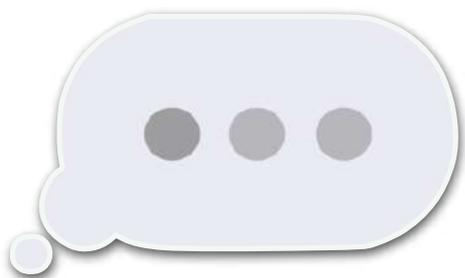
Nos mais diversos contextos, o objetivo passa por tirar partido de modelos (...) capazes de extrair conhecimento de grandes volumes de informação.

Importa, no entanto, ressaltar que a adoção de abordagens orientadas por dados requer uma avaliação cuidada do grau de maturidade analítica do seu contexto de aplicação. Ainda assim, é interessante notar que este aspecto tende a ser negligenciado por parte das organizações, que parecem, por vezes, privilegiar o uso de abordagens de modelação complexas ao invés de, à luz do princípio da *Navalha de Ockham*, dar lugar a estratégias alternativas mais simples, interpretáveis e, sobretudo, mais ajustadas à natureza e maturidade dos seus processos organizacionais. No limite, a perpetuação desta tendência nas organizações levanta mais incertezas do que possibilidades, gerando expectativas irrealistas que mascaram o verdadeiro potencial das aplicações de IA.

No limite, a perpetuação desta tendência nas organizações levanta mais incertezas do que possibilidades (...).

O segundo eixo que merece atenção, numa fase onde assistimos a um ritmo de crescimento galopante das aplicações de IA, é o eixo académico. O ano de 2023 trouxe consigo uma nova ferramenta de IA: o ChatGPT. Em termos técnicos e de forma não exaustiva, um modelo de linguagem baseado em mecanismos de aprendizagem profunda por reforço que se alimenta de uma vasta quantidade de informação. Em termos práticos, uma ferramenta intuitiva: um Chat! – onde nos limitamos a inserir um *prompt* sobre um tema arbitrário e aguardar poucos segundos para obter conjuntos de texto gerados automaticamente e associados (ou não!) a esse mesmo tema.

D.



(...) uma ferramenta intuitiva: um Chat! – onde nos limitamos a inserir um *prompt* sobre um tema arbitrário e aguardar poucos segundos para obter conjuntos de texto gerados automaticamente e associados (ou não!) a esse mesmo tema.

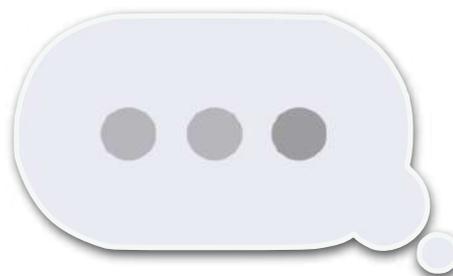
Curiosamente, em sensivelmente cinco dias, o ChatGPT conseguiu alcançar cerca de 1M de utilizadores, um número que gigantes tecnológicas como a Netflix ou o Twitter demoraram anos para alcançar. Tem, contudo, surgido uma crescente preocupação com a forma como o ChatGPT possa alterar o sistema educacional. De facto, se é verdade que esta ferramenta pode ser um suporte na obtenção de respostas factuais para um vasto conjunto de questões (sobre as mais diversas áreas de estudo), não é menos verdade que possa, igualmente, pôr a nu algumas fragilidades de uma porção muito interessante dos exercícios académicos clássicos (tipicamente aqueles no formato “pergunta-resposta”). Será isto um problema, ou talvez uma oportunidade?

(...) em sensivelmente cinco dias, o ChatGPT conseguiu alcançar cerca de 1M de utilizadores (...).

Na realidade, talvez as discussões sobre formas (infrutíferas) de desacelerar o progresso tecnológico e os seus impactos no sistema educacional devam ser reformuladas em torno de estratégias que contribuam para a melhoria dos modelos de ensino tradicionais, fomentando a introdução de novas abordagens e metodologias de ensino e avaliação que promovam o espírito crítico e contribuam para a motivação dos estudantes. Poderá, aqui, haver lugar a desafiar os alunos com problemas mais complexos, nos quais este tipo de ferramentas pode servir como um suporte mas, em circunstância alguma, como um meio para uma resolução trivial e desprovida de qualquer nova aprendizagem.

Poderá, aqui, haver lugar a desafiar os alunos com problemas mais complexos (...).

Neste novo paradigma, importa reter que as ferramentas de IA são meramente isso - ferramentas – com todas as suas vantagens e lacunas ao nosso dispor para suportar processos de decisão. Reconhecendo as suas limitações e respeitando as fronteiras éticas inerentes à sua utilização, as ferramentas de IA podem revelar-se de extrema utilidade na aquisição de conhecimento (mesmo que introdutório) - mantendo o Humano como motor principal e gerador de verdadeiro conhecimento.



D.

AGENDA DO TRABALHO DIGNO

UMA BRISA DE MUDANÇA

Ao cabo de um longo processo, foi, finalmente, aprovada na Assembleia da República, no passado dia 10/02, a designada Agenda do Trabalho Digno, avizinhandose, ao que se espera, a entrada em vigor de mais uma reforma laboral.

Pensada para dignificar o trabalho, esta reforma foi, também, sendo apresentada como movida por *ventos de mudança*. E, de facto, seria injusto não reconhecer que a Agenda procura responder, mesmo que não de forma inteiramente satisfatória, a desafios dos tempos modernos, como o da qualificação do trabalho prestado através de plataformas digitais, ou que, não sendo de hoje, têm tido, atualmente, maior ressonância social e política, como o da tutela laboral do cuidador informal.

Pensada para dignificar o trabalho, esta reforma foi, também, sendo apresentada como movida por ventos de mudança.

Mas esta Agenda do Trabalho Digno, emergindo no contexto da presente legislatura, também se anteviu como uma oportunidade de reforço daqueles direitos dos trabalhadores que haviam voado com o *vendaval troikista*. Só que, neste domínio, o vento da mudança soprou, afinal, muito timidamente, qual suave brisa. O regime do despedimento coletivo e demais despedimentos objetivos é exemplo disso mesmo: a compensação devida ao trabalhador, que, tradicionalmente, era de um mês de salário por cada ano de antiguidade, mas que, na era da *troika*, se reduziu até 12 dias de salário por ano, foi agora aumentada... em dois dias. O trabalhador passa, pois, a ter direito a uma compensação quantificada em 14 dias de salário por ano de antiguidade, tendo, porém, o legislador clarificado que tal *lufada de dignidade* não atua retrospectivamente, ou seja, a compensação só é calculada nestes moldes em relação ao período subsequente à entrada em vigor da nova redação do artigo 366.º, n.º 1.

O trabalhador passa, pois, a ter direito a uma compensação quantificada em 14 dias de salário por ano de antiguidade, tendo, porém, o legislador clarificado que tal lufada de dignidade não atua retrospectivamente (...).

D.

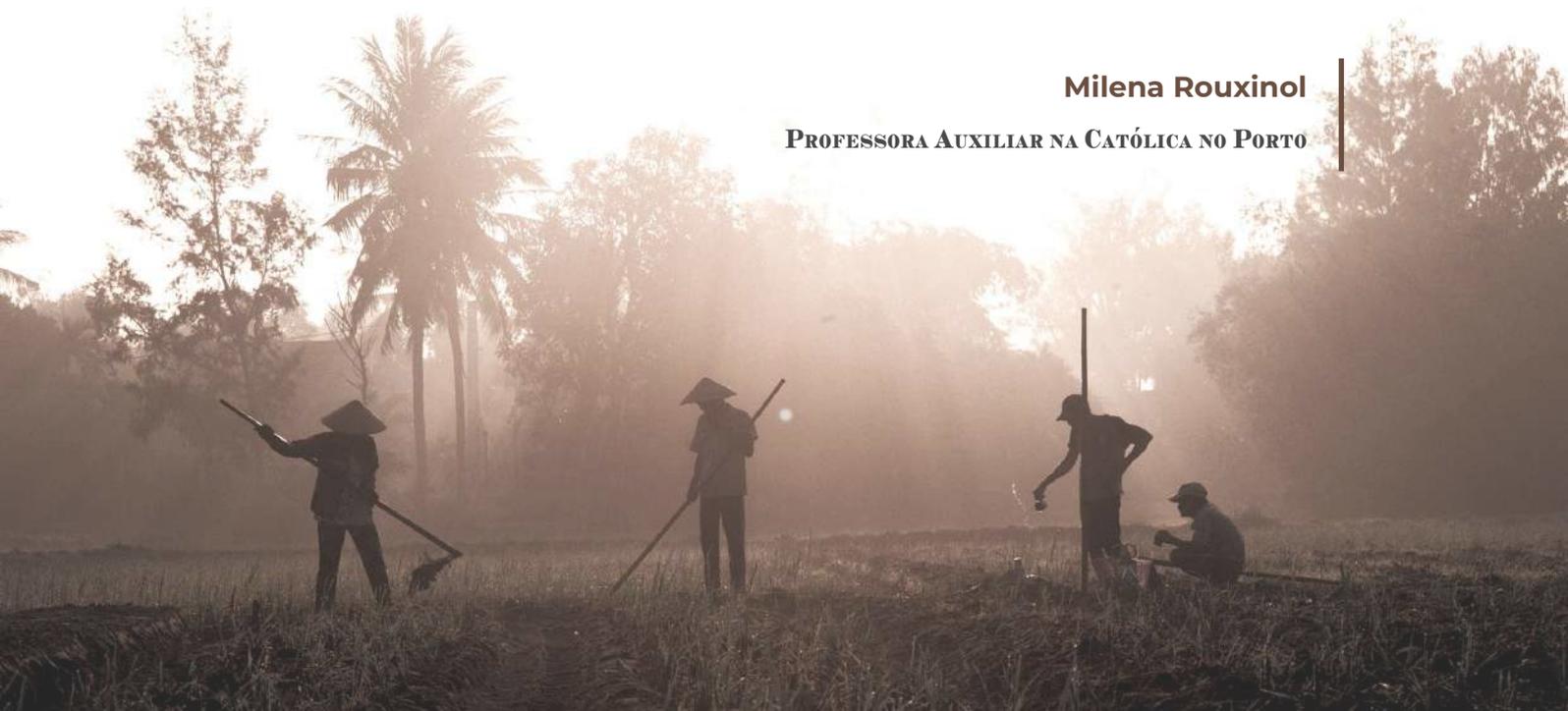
Mais surpreendente, parece-me, é a *inquietante quietude* a que esta Agenda votou normas do Código do Trabalho manifestamente obsoletas – veja-se a referência, no domínio do trabalho de menores, à possibilidade de um jovem ter menos de 16 anos mas já ter concluído a escolaridade obrigatória... que já se estende ao 12.º ano, ou até aos 18 anos de idade, desde 2009... –, ou regimes clamorosamente lacunosos – como o da transmissão da unidade económica, que continua sem esclarecer o que sucede ao contrato de trabalho do trabalhador que, nesse contexto, se oponha à sub-rogação de um novo empregador na posição daquele que, até aí, assim figurava nesse contrato e que não possa continuar a empregá-lo.

Surpreende-me, sobretudo, que tenha permanecido incólume o regime dos n.ºs 4 e 5 do art. 366.º, que, na verdade, mais do que infeliz, mais do que iníquo, julgo estar, verdadeiramente, nos antípodas do respeito pela dignidade da pessoa que trabalha. Decorre destas normas – assim se entende quase consensualmente – que o trabalhador visado por um despedimento coletivo, por extinção do posto de trabalho, ou por

inadaptação, caso receba a compensação a que tem direito e cujo pagamento é, aliás, condição, entre outras, de validade do despedimento, fica inibido de o impugnar, porquanto se estabelece que a aceitação da compensação implica a presunção de aceitação do despedimento; só poderá impugná-lo se e quando proceder à devolução da totalidade da compensação. Terá, pois, de escolher entre dois direitos – o de conservar este montante, ou o de reagir judicialmente contra o despedimento. E deverá escolher num momento de vulnerabilidade pessoal e económica, como é, evidentemente, o da perda do emprego, e em que eventuais vícios do despedimento possam ainda não se ter revelado. Caso decida recorrer a tribunal, suportará as despesas inerentes com outros recursos, sem poder contar com a compensação a que... tem direito. Como já escreveu João Leal Amado, pode dizer-se, sobre esta Agenda, que, sem ser robusta ou particularmente virtuosa, *despiora* a legislação laboral. Assim é, estou de acordo. Mas, neste ponto particular, julgo que a *quietude* é eloquente e o que diz não combina com o nome por que a Agenda é conhecida...

Milena Rouxinol

PROFESSORA AUXILIAR NA CATÓLICA NO PORTO



D.



Semana de 4 dias

O NOVO NORMAL?

Foi durante a I República, em 1911, que foi promulgado o decreto-lei relativo ao descanso semanal obrigatório, fixado ao domingo. Antes desta data, os trabalhadores ficavam dependentes da boa vontade das entidades patronais para terem folgas. Com o avançar do século XX, as lutas pela melhoria das condições de vida laboral continuaram e surgiu a semana de trabalho como a conhecemos atualmente. Salvo certas exceções, condicionadas pelo tipo de indústria e serviço prestado, a semana de 5 dias de trabalho foi implementada com um dia de descanso semanal obrigatório ao domingo, como já era norma anteriormente, e um dia de descanso semanal complementar.

Salvo certas exceções, condicionadas pelo tipo de indústria e serviço prestado, a semana de 5 dias de trabalho foi implementada com um dia de descanso semanal obrigatório ao domingo, como já era norma anteriormente, e um dia de descanso semanal complementar.

Assistimos agora áquilo que se prevê que possa vir a ser a próxima grande mudança à habitual semana de trabalho: apenas 4 dias úteis. A pandemia COVID-19 veio acelerar o processo de mudança. Durante os meses de isolamento muitos foram os hábitos de trabalho que mudaram, nomeadamente a passagem do trabalho 100% físico para 100% remoto, ou híbrido (maioritariamente nas profissões “intelectuais” sediadas em escritórios). Este período teve também impactos a nível da saúde mental e bem-estar físico, stress e *burnout* por acentuar a linha ténue que já existia entre a vida pessoal e profissional, sempre à distância de um clique 24/7.

D.

Mas a que se deve esta ideia disruptiva do atual modelo de trabalho? De acordo com a abordagem tradicional crê-se que a produtividade só aumenta quando se intensifica a laboração dos trabalhadores. Contudo, tem-se vindo a dar destaque à noção de que o descanso é crucial à produtividade, suportando a ideia de encurtar o número de horas trabalhadas. Estudos evidenciam a relação entre a produtividade e o período de trabalho concluindo que semanas de trabalho mais curtas podem levar a uma maior produtividade e a níveis mais elevados de felicidade. Contudo outros fatores podem estar subjacentes a esta relação, não a tornando causal.

Estudos evidenciam a relação entre a produtividade e o período de trabalho concluindo que semanas de trabalho mais curtas podem levar a uma maior produtividade e a níveis mais elevados de felicidade.

Motivados pela teoria e pela necessidade de um modelo de trabalho diferente, adaptado às novas necessidades dos trabalhadores e à rápida evolução tecnológica, observa-se uma tendência crescente da implementação da semana de 4 dias em programas-piloto.

Um destes projetos decorreu no Reino Unido, entre junho e dezembro de 2022, envolvendo 61 empresas e cerca de 2900 funcionários. Os resultados, promissores, foram conhecidos no mês passado: 92% das empresas pretende manter o novo sistema laboral e nenhum dos trabalhadores quer voltar ao antigo sistema (15% afirma que não há nenhuma quantia que os leve a trabalhar 5 dias úteis novamente). As empresas viram aumentar as suas receitas em média 35% relativamente ao período homólogo do ano anterior e durante o período de teste cresceram em média 1,4%. Os gestores seniores que aderiram à iniciativa consideram que a semana de 4 dias é uma forma de atrair talento e ganhar vantagem competitiva no mercado laboral pós-covid. Mais de 40% dos trabalhadores aumentou a sua capacidade de trabalho, ao mesmo tempo que reduziu os níveis de stress e emoções negativas, melhorando a saúde mental. O número de demissões e de absentismo foi também reduzido drasticamente. Além disso, observou-se uma melhoria no equilíbrio das tarefas não domésticas entre homens e mulheres. Em termos ambientais a experiência provou ter impactos positivos dado que os tempos de deslocação e custos com energia diminuíram. As conclusões foram consistentes para empresas de vários tamanhos e diferentes setores.



D.

Os resultados, promissores, foram conhecidos no mês passado (...). As conclusões foram consistentes para empresas de vários tamanhos e diferentes setores.

Ainda assim, é necessário ser crítico quanto aos desafios que este novo modelo traz. Nomeadamente, a redução das horas trabalhadas, mantendo a remuneração, se não for acompanhada pelo aumento de produtividade significa que as empresas terão de abdicar de lucros ou terão de recorrer a financiamento público. Na ótica capitalista em que vivemos, a opção de abdicar de lucros parece pouco real e a subsídição por parte do governo pode não ser viável pelos elevados níveis de endividamento público. Este modelo não será representativo da economia como um todo, tal como os atuais 5 dias úteis não são, já que para certos setores diminuir a semana de trabalho pode ser uma impossibilidade.

Ainda assim, é necessário ser crítico quanto aos desafios que este novo modelo traz.

Importa salientar que o tempo livre acrescido pode-se traduzir num estímulo para a economia: maior procura de produtos e serviços relativos a lazer, cultura e turismo, podendo também fomentar o empreendedorismo híbrido.

Em Portugal espera-se que um programa semelhante seja implementado a partir de junho de 2023 com 90 empresas privadas a aderirem à iniciativa. Neste projeto, é regra que um dia útil seja de facto suprimido, não distribuído pelos restantes quatro dias laborais, e não possa haver redução salarial. Apesar do governo apoiar o processo em termos administrativos, não o subsidiará. A expectativa é que os resultados observados noutros países sejam também observados em Portugal: mais descanso deve corresponder a um melhor trabalho, com menos erros e mais criatividade, complementado com a adoção de novas tecnologias. Fica a dúvida se a cultura laboral, as condições estruturais e a burocracia portuguesas serão uma limitação (ou não) ao sucesso do programa.

Inês Milagre Picciochi

**ALUNA DO MESTRADO EM ECONOMIA
NA CATÓLICA EM LISBOA**

D.



QUIET QUITTING

mais do que um conceito - uma atitude

A Joana tem 37 anos e um mestrado na área das humanidades. Já teve mais de 15 empregos. Já fez acções promocionais, já trabalhou em call centres, já trabalhou em lojas, já trabalhou em diversos contextos como administrativa e já trabalhou como professora em diversas escolas de línguas e centros de explicações. A mãe da Joana tem 58 anos e trabalha há mais de 30 anos como assistente num escritório de advogados. O pai da Joana tem 65 anos e é reformado, mas trabalhou os últimos 40 anos como mecânico na mesma oficina. Os pais da Joana tiveram um contrato de trabalho sem termo durante grande parte da sua carreira profissional. A Joana já foi diversas vezes contratada através de empresas de trabalho temporário e empresas de *outsourcing* e já teve diversos contratos a termo, inclusive com renovações mensais. Nos últimos 10 anos a Joana esteve a trabalhar no Reino Unido. Com as repercussões do Brexit e após o pico pandémico resolveu voltar para Portugal e conseguiu um contrato a termo de seis meses numa escola de línguas a ganhar 1000€, os mesmos 1000€ que ganhava há 10 anos quando deixou o país. Será possível esperar que a Joana sinta um nível de compromisso organizacional semelhante aquele que os seus pais terão desenvolvido nas suas carreiras profissionais?

D.

A Joana já foi diversas vezes contratada através de empresas de trabalho temporário e empresas de *outsourcing* (...)

Desde o início do século que se discute como as mutações operadas no mercado de trabalho, fruto da necessidade das empresas se tornarem mais competitivas num mundo globalizado, trouxeram a necessidade de uma maior flexibilidade na forma de lidar com a força de trabalho. Em resposta, talvez a Joana e todos os trabalhadores que se revejam no seu percurso profissional, estejam “apenas” a flexibilizar a sua relação com o trabalho, tornando-o menos central nas suas vidas. Talvez todas as Joanas e Joãoes resultem da longa linha evolutiva iniciada com o Taylorismo e os trabalhadores estejam a conquistar o direito a ter outras prioridades. A poderem valorizar outras áreas da sua vida para lá da atividade profissional, ajustando as suas respostas não só ao investimento que o mercado faz em si; mas à relevância que é hoje (e bem!) atribuída ao bem-estar físico e psicológico, à qualidade de vida e à necessidade de conciliar de forma equilibrada as várias esferas da existência de cada um.

Quanto às empresas, mesmo movimentando-se num contexto pautado pela flexibilidade laboral, se almejarem ser locais de trabalho saudáveis, com trabalhadores motivados, satisfeitos, empenhados, não terão certamente receio dos *quiet quitters*. É possível até que fomentem essa atitude. Ou seja, que mais do que estabelecer horários de trabalho estabeleçam horários de descanso e forcem os seus trabalhadores a desligar. Que levem o trabalhador a preocupar-se consigo enquanto pessoa e com o seu bem-estar. Que exijam aquilo que é expectável face ao seu contrato, salário e condições oferecidas. Que promovam um ideal de indivíduo saudável, que não vive em função do seu trabalho, mas que quando está no seu trabalho a realizar as suas funções dá o melhor de si.

Poderá o *Quiet Quitter* ser descendente do *Workaholic*?

Poderá o *Quiet Quitter* ser descendente do *Workaholic*? Se assim for, isso não parece ser algo negativo, bem pelo contrário!

Filipa Sobral

PROFESSORA AUXILIAR NA CATÓLICA NO PORTO

D.

ALUMNI



ACADEMIA E ADVOCACIA: SIM OU NÃO?

Durante muitos anos, acarinhou-se a ideia de que o exercício da advocacia seria incompatível com uma carreira académica e vice-versa. Academia e advocacia seriam dois universos jurídicos paralelos com raros pontos de contacto. O licenciado em direito teria a opção de enveredar por um ou outro, mas não deveria ter a ousadia de pretender fazer caminho em ambos, pelo menos, não em simultâneo. Ao advogado faltaria o tempo e a concentração para se dedicar ao estudo e à investigação das grandes questões jurídicas e, por sua vez, o alheamento e a ausência de pragmatismo impediriam o académico de solucionar os casos da vida real.

Diz-me a experiência – a minha e a de tantos outros que integram o corpo docente da UCP – que esse pensamento caiu em desuso. No meu percurso profissional, como mais de 10 anos de saudável – e, acredito, proveitoso – convívio entre a teoria e a prática.

(...) eu sempre tive “dois amores”, ou, mais rigorosamente, duas vocações: advogar e ensinar.

Tal como o Marco Paulo, eu sempre tive “dois amores”, ou, mais rigorosamente, duas vocações: advogar e ensinar. Foi dividida entre estas duas vocações que terminei o curso de Direito. Sabia que queria ser advogada, mas sabia também que adoraria ensinar. Se nessa altura me tivessem pedido para escolher, ainda hoje não estou certa da resposta que teria dado. Felizmente, não precisei de o fazer. Quase em simultâneo, fui convidada pela direcção da Faculdade de Direito da UCP para leccionar a disciplina de Direito, no então existente Mestrado de Engenharia, e pela Morais Leitão, sociedade de advogados que ainda hoje integro, para fazer o estágio profissional de advocacia. Contra os receios que na altura me assolavam, a ideia de assumir estas duas vestes foi recebida com entusiasmo, quer pelo escritório, quer pela faculdade.

Contra os receios que na altura me assolavam, a ideia de assumir estas duas vestes foi recebida com entusiasmo, quer pelo escritório, quer pela faculdade.

Temia, como teme qualquer pessoa que acabe de iniciar a vida profissional, não estar à altura dos desafios a que me propunha. E não escondo que os primeiros tempos foram tempos de agitação e inquietação. Numa fase em que ainda não demos qualquer prova do nosso mérito profissional a insegurança ganha espaço e faz-nos questionar. Quantas vezes me questioneei se estaria a conseguir desempenhar suficientemente bem as duas funções ou se o facto de as tentar desempenhar em simultâneo votaria ao fracasso ambas. Nesses tempos, guiou-me a convicção que ainda hoje me acompanha: o ensino mais eficaz é aquele que é direccionado para a prática e a advocacia mais eficaz é aquela que é norteada por sólidos ensinamentos teóricos. A academia permite uma constante actualização e renovação dos conhecimentos científicos essenciais para a resolução dos casos concretos e a advocacia acrescenta o conhecimento empírico que neutraliza a tentação de um ensino desligado da realidade. Hoje, não tenho qualquer dúvida de que advogo melhor por ensinar e ensino melhor por advogar. Academia & Advocacia: sim, sem hesitar!

Hoje, não tenho qualquer dúvida de que advogo melhor por ensinar e ensino melhor por advogar.

Bruna Ribeiro de Sousa

ASSISTENTE CONVIDADA NA CATÓLICA EM LISBOA
ADVOGADA NA MLGTS

D.

Isabel Jonet

**A Personalidade em
Destaque em Lisboa.**

Nuno Brochado de Agarez
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.

D.

ISABEL JONET

Isabel Jonet, Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, concedeu ao Diurna., e a mim em particular, o privilégio de conversar sobre tudo. Mais do que aquilo que aqui fica escrito, admito, é intransponível para o papel o impacto do que vi. A dimensão do Banco Alimentar, em Lisboa. As Pessoas, todas tão diferentes, que nele passam tanto tempo das suas vidas. Os lugares repletos de produtos e bens que nunca imaginaria ser possível acumular para serem doados.

Andámos de carro e passeámos a pé, no seio de bairros onde achava que não brilhava a luz, mas que caminham na direção de um mundo melhor, precisamente, pelo papel de Isabel Jonet, do Banco Alimentar e da ENTREAJUDA. Vi, com os meus próprios olhos, toneladas e toneladas de bens, desperdiçados, mas que aqui ganham propósitos que mudarão a Vida de tantos. Confesso que desfiz preconceitos. E confesso também que cresci ao entender como uma gestão profissional pode ser o motor para uma missão tão importante e que se faz com mais do que mero voluntarismo. É preciso coragem e engenho. Foram esses atributos que deram uma esperança difícil de medir no pouco tempo em que ali estive.

Que valores é regem uma vida tão dedicada a uma causa? Quais são os valores mais importantes para si?

Cada pessoa deve pautar a sua vida por valores e há valores que são absolutos, não são relativos. Hoje em dia, tendemos a relativizar muitas coisas, mas acho que o valor da justiça, da verdade, da tolerância e da concórdia são talvez os valores que eu prezo mais.

D.

Quando estive no podcast do Dr. Pinto Balsemão com o *leitmotiv* “Deixar o Mundo Melhor” falei daquilo que se fez para deixar esse mundo melhor. A minha pergunta é: que sonho alimenta para um mundo melhor?

Muitas vezes perguntam-me o que eu gostava que acontecesse com o Banco Alimentar. A melhor coisa que podia acontecer ao Banco Alimentar era fechar. E isto significa que, por um lado, não havia excedentes de produção nem de distribuição. Não havia excedentes alimentares que teriam como destino provável o desperdício, a comida que é deitada para o lixo apenas porque não pode ser vendida. Por outro lado, significa que não haveria carências alimentares. O facto de pensar que poderíamos fechar o Banco Alimentar, porque ninguém precisava de nós era um sonho, que eu acho irrealizável, porque há uma pressão enorme da oferta, temos muitos alimentos que não seriam aproveitados, se não fossem os Bancos Alimentares. Ao mesmo tempo, temos muitas famílias que precisam de ajuda para se alimentarem. Eu gostava muito que todas as famílias tivessem capacidade de assegurar o seu próprio rendimento para satisfazer as suas necessidades, não só as mais básicas, mas também para poderem ter uma vida de uma alguma forma desafogada. Em Portugal, com salários muito baixos, entre a alimentação e a habitação, consome-se praticamente tudo e não sobra dinheiro para mais nada.

A melhor coisa que podia acontecer ao Banco Alimentar era fechar.

Trabalha como voluntária, sem receber um salário. Tem medo que isso constitua um entrave para quem a venha suceder? Isto é, só alguém numa posição financeiramente privilegiada pode dedicar o seu tempo à comunidade a título voluntário?

Não. Porque, uma coisa é a direção e os corpos sociais, outra coisa é a direção técnica. Portanto, não há qualquer tipo de incompatibilidade, pode haver colaboradores assalariados. No Banco Alimentar, temos 20 colaboradores assalariados, que trabalham lado a lado com 250 voluntários. Mas pode haver um colaborador assalariado que faça aquilo que eu tenho feito há 29 anos. Não tem sido esse o modelo. No entanto, não há aqui qualquer incompatibilidade em que haja uma pessoa assalariada que possa ser o gestor máximo do Banco Alimentar.

Como espectadora privilegiada, enquanto *alumnus* ou membro Conselho Superior da Universidade, como tem entendido a formação dada pela Católica?

A Universidade Católica é extraordinária — e aí voltamos, talvez, ao princípio — pelos valores que transmite. E as pessoas, os da Católica são da Católica. Eu sei que os das outras Universidades também são, os da NOVA, os do ISEG, os do ISCTE, mas esta identificação da Católica tem sobretudo a ver com valores e com exigência — portanto, os da Católica sabem que há um conjunto de fatores que os une, que são diferentes daquilo que une os outros. Posto isto, não sei se os da Católica são melhores ou se têm mais sucesso ou se ganham mais dinheiro, mas os da Católica recebem na sua formação um conjunto de valores que os diferencia na vida, e isso é muito importante para mim.

D.

Viveu como estudante no áureo período do 25 de abril. Que memórias é que tem desses tempos atribuladíssimos?

No dia 25 de abril, tinha um teste de física, um “ponto”, como se dizia. A minha mãe mandou-nos para as aulas e não avaliou a dimensão daquilo que se passava. Depois foram tempos muito conturbados, por causa da política, dos grupos políticos, sobretudo porque passávamos o tempo inteiro em RGA’s (Reuniões Gerais de Alunos), todos os dias. Havia muitas interrupções das aulas. Mas também porque foi contestada aquela que era a autoridade. No Liceu de Oeiras havia um reitor e havia ordem. A seguir ao 25 de abril, aquilo que houve mais no Liceu de Oeiras foi desordem, uma desordem total — fumávamos no pátio, inclusive. Ou seja, todas as pessoas (os alunos, os professores, os empregados, as senhoras do bar, conhecíamos toda a gente) estavam à procura daquilo que achava que era a sua liberdade individual e, portanto, deixou de haver um sentido do todo, de se estar ali numa construção para que o liceu fosse o melhor da linha

(...) foram tempos muito conturbados, por causa da política, dos grupos políticos, sobretudo porque passávamos o tempo inteiro em RGA’s (...)

Apesar dessa desordem e penalização óbvias, não acha que se cultivou uma cultura política nos estudantes que, nestes dias, a minha geração não tem (porque as RGA’s serviam, também, para discutir política)?

Tenho a certeza que sim. Nós sabíamos imensas coisas que os meus filhos deixaram de saber, mas, sobretudo, participávamos, tínhamos vontade de participar. Pertencíamos às juventudes partidárias (fossem elas da Juventude Comunista à Juventude do MRPP, à Juventude do CDS ou à Juventude do PPD) – toda a gente queria intervir, toda a gente queria colar cartazes,



D.

íamos sempre aos comícios (todos em grupo). Mas queríamos participar e aprender. Era impensável aquilo que acontece hoje, pagar para colar cartazes de um partido político! Como era impensável, nas mesas de voto (quando começou a haver eleições livres), as pessoas serem pagas para estar nas mesas de voto, hoje em dia toda a gente é paga. Antes era por amor ao partido, era um exercício cívico.

(...) as pessoas fugiram da política, os jovens fugiram da política, e há grupos completamente residuais que representam o pior.

Os partidos também eram mais jovens e, por isso, mais abertos, as pessoas queriam estar mais próximas.

Era muito diferente. Hoje em dia, as pessoas fugiram da política, os jovens fugiram da política, e há grupos completamente residuais que representam o pior. É como nas claques dos clubes de futebol, vai ali quem não tem outra coisa mais interessante.

As próprias listas das associações de estudantes eram muito mais políticas e com causas também elas mais políticas do que são atualmente.

Sim! Hoje, as pessoas conversam muito menos, falam só de futilidades e banalidades, perdem o tempo inteiro nas redes sociais a ver a vida dos outros, sem olhar para a sua própria vida, mas esta noção do debate que se cultivava e que nos constrói e, ao mesmo tempo, nos aproxima dos outros, perdeu-se completamente, porque as pessoas não debatem, discutem.

Além das pessoas não debaterem, só discutirem, acho eu (e quem sou eu para achar o que quer que seja), vivem num mundo não civilizado em que só podem discutir com aqueles que pensam exatamente o mesmo que elas. Não se cresce, muito menos nas ideias.

Um dos meus valores principais é a tolerância, que significa que eu não tenho necessariamente que estar certa, porque aquele que vê o mundo de cor diferente da minha também está certo, também pode estar certo no seu olhar. O olhar das pessoas para o mundo e a perceção do mundo vem muito daquilo que nós vivemos, da educação que recebemos e das oportunidades que tivemos. A questão das redes sociais é terrível! A inteligência artificial, com base nos nossos gostos, dá-nos *feeds* daquilo que nós já gostamos, somente.

Um dos meus valores principais é a tolerância, que significa que eu não tenho necessariamente que estar certa (...)

O *TikTok* é o exemplo máximo disso, por isso é viciante, porque nós não somos confrontados com nada que nos desagrade.

Nunca nos sentimos postos em causa. O tema das pessoas não debaterem e discutirem traz clivagens e radicalismos profundos na sociedade, também porque se deixou, em família, de ter

D.

tempo... para já, as famílias são muito mais pequenas e não comem juntas, porque quando as pessoas partilhavam uma refeição com tempo... As pessoas deixaram de ter paciência para conversar. Dantes, muitas vezes, os mais novos nem sequer podiam falar, mas podiam ouvir, e ao ouvir aprende-se imenso. Ao ouvir desenvolve-se um sentido crítico e uma apreciação de cada um dos outros.

O Banco Alimentar chega a Portugal, como já tinha dito, pela mão do Comandante José Vaz Pinto. Conhece a história de como lhe surge a ideia?

Em Portugal é facilimo, o Senhor Comandante Vaz Pinto estava a ler uma revista, *Le Figaro Magazine*, e viu esta designação “*Banque Alimentaire Contre La Faim*” e achou que era engraçado haver uma designação de banco aplicada à luta contra a fome. Então, decidiu telefonar para o número que lá estava, para saber mais sobre isto e, naquela altura, falou com o Bernard Dandrel, que era o fundador do Banco Alimentar Contra a Fome, em França, que lhe explicou a ideia e o conceito (que é ir buscar onde sobra para entregar onde falta, uma luta contra o desperdício – primeiro que tudo, atua do lado da oferta e a procura nasce porque há oferta, há comida para dar e vai-se à procura de onde distribuir, o que é muito diferente de outras entidades, que só recuperam excedentes, por exemplo, para os vender em plataformas na internet). Aqui, todos os alimentos que são excedentários e que são recuperados, são recuperados com um sentido: há pessoas que deles carecem, há famílias que têm carências alimentares. O conceito nasce nos Estados Unidos, no Arizona, quando um homem, que era de

uma Conferência de São Vicente de Paulo, chamado John Vane Angle, foi à janela de sua casa e viu uma mulher, que ele conhecia dali e que tinha 8 filhos, a mexer no caixote do lixo, a ver se encontrava alguma coisa para dar de comer aos filhos e ele pensou que era completamente injusto haver uma mulher que tinha que ir ao lixo para dar de comer aos filhos; telefonou a um amigo, que era produtor de batatas, e perguntou “tu não tens umas sobras de batatas para dar aqui a uma mulher?” e nessa tarde tinha dois camiões à porta de casa. Aquilo foi um problema!, porque ele não queria dois camiões quando ele queria apenas uma caixa de batatas para dar à mulher, para ela fazer sopa. Ele percebeu que na economia, na produção, há grandes excedentes, por um lado, e carências, por outro. O que ele fez foi desenvolver este modelo do Food Bank: hoje em dia há muitos bancos alimentares nos Estados Unidos, muitas vezes chamam-se de “Segunda Colheita”, um direito constitucional, consagrado na Constituição Americana, de os pobres poderem ir aos campos, depois de feita a colheita e guardarem o que sobrou na terra.

A partir desta ideia, nascida nos EUA, o modelo foi importado para França e, quase ao mesmo tempo, para Itália.

(...) viu esta designação “*Banque Alimentaire Contre La Faim*” e achou que era engraçado haver uma designação de banco (...)

D.



Vocês entregam esses excedentes apenas às instituições, que fazem a distribuição no terreno.

Sempre! Somos muito eficientes na angariação e angariamos com escala (somos grossistas de ir buscar o que sobra) e as instituições são muito eficientes na distribuição e muito próximas das famílias. A única forma de combater a pobreza é gerando autonomias e fazendo com que as famílias possam ter a responsabilidade pela sua própria vida. Quando se distribui gratuitamente, está-se a prolongar a pobreza.

É dar o peixe em vez de dar a cana de pesca.

É o momento de dar uma ajuda caritativa para que a pessoa possa levantar a cabeça e voar sozinha. Só assim se pode fazer com que as famílias queiram não viver dependentes. Hoje, temos um conjunto enorme de pessoas que dependem do Estado e que não vão mudar porque é mais vantajoso viver dos apoios que recebem. Há muitas pessoas que vivem de apoios sociais que ganham mais do que um trabalhador que receba o rendimento mínimo. Temos uma economia paralela fortíssima porque não há incentivos aos trabalhadores, que mesmo tendo rendimentos baixos, possam ser valorizados pelo cumprimento fiscal que têm de ter. Além disso, temos ainda muitas pessoas que vivem com baixas pensões de reforma. Estas temos mesmo que ajudar, para que possam ter um fim de vida digno.

D.

Até porque trabalharam e o seu tempo de produzir riqueza já passou. Não está mais nas suas mãos mudar de rumo.

Trabalharam imenso, desde muito cedo e não descontavam. Há 2 milhões de pessoas que vivem com menos de 400€ por mês. Será que estas pessoas são verdadeiramente livres? Um quinto da população portuguesa!

Nem acredito que quem ganha o salário mínimo seja livre, de forma alguma.

Estas pessoas não têm liberdade de escolha. Por isso, na hora de votar, ou não votam ou votam naqueles que lhes dão mais apoios. Então, o que é que o Estado tem de fazer? Todas as políticas que têm sido aplicadas são completamente paliativas.

Tal como se assiste com o novo programa da habitação.

Em Portugal, há um problema de habitação há anos. Não há consciência daquilo que é a realidade. O país que eu conheço não é o país de que eu ouço os políticos falarem na televisão. Há, até, um desconhecimento da realidade daquilo que se vive seja nas cidades *versus* nas zonas mais interiores.

Há 2 milhões de pessoas que vivem com menos de 400€ por mês. Será que estas pessoas são verdadeiramente livres?



D.

São realidades totalmente diferentes, nos problemas, nas causas e nas soluções.

Pessoas completamente diferentes também, mas pessoas que acreditam que Portugal é o país delas. E há municípios espetaculares que podiam ser usados como exemplo... mas não conseguem passar qualquer tipo de comunicação.

Isso também é um problema do jornalismo.

Não é só a política do jornalismo, porque aquilo que as pessoas querem ver é aquilo que a televisão passa.

Aí discute-se o papel da televisão: dar aquilo que a maioria quer ou ser construtiva para lá dessa efemeridade?

O jornalismo deve informar e deve formar. Atualmente, acho que o jornalismo não tem sido rigoroso. Uma das causas são os canais que transmitem 24 horas. Estão todo o dia a dar as mesmas notícias. E sempre muito rápidas, na feitura e na transmissão. Muitas vezes, vêm jornalistas aqui entrevistar-me e, claramente, não fizeram o trabalho de casa. Parece que a maior parte dos jornais vivem das peças que lhes chegam já feitas pelas agências de comunicação. Não há um jornalismo que é verdadeiro, que seja informativo, mas que seja também formativo.

O jornalismo deve informar e deve formar.

Voltando à governança do Banco Alimentar, esta implica uma ampla parceria com os produtores?

Claro que sim. E os produtores portugueses estão abertos a isso. Os retalhistas das grandes superfícies têm muitas vantagens. Ao longo destes anos, o Banco Alimentar foi influenciando políticas e conseguindo garantir benefícios fiscais para as empresas, incentivando as doações dos excessos. Por exemplo, conseguimos tirar o IVA na doação de excedentes alimentares. Isso não vem só beneficiar o banco alimentar, vem beneficiar todas as outras instituições que todos os dias estão a ir buscar os excedentes às cadeias de distribuição.

Todos os que contribuem recebem relatório anual de atividades (...)

Como é que o Banco Alimentar garante fundos para manter a luz acesa?

Só donativos. Quando o Banco Alimentar abre em qualquer cidade, tem que, primeiro, seguir um conjunto de documentos que o ensina a caminhar. A primeira coisa é ter um conjunto de pessoas que querem o Banco Alimentar na sua cidade e que está disposto a dar um donativo anual para o funcionamento do banco, para que este seja livre e independente do poder público, autárquico e até da Igreja. Todos os que contribuem recebem relatório anual de

D.

atividades para perceberem o que fizemos com esses donativos. E quando digo todas as pessoas que dão um donativo são mesmo todas: seja de 1€ ou de 20.000€. Com esses fundos, o Banco Alimentar ter feito coisas muito inovadoras durante os últimos anos. A partir da próxima semana vamos ter, aqui, uma central de compostagem para que 100% de tudo o que entra no banco alimentar seja aproveitado. Em 6 semanas, tudo o que entrar no banco alimentar vai ser reaproveitado.

Quer durante a crise de 2008, quer durante a pandemia, sentiram da parte dos doadores alguma retração?

Nunca! Pelo contrário, na altura da pandemia lançamos a Rede de Emergência Alimentar e conseguimos recolher um volume de donativos tão significativo que permitiu que muitos dos Bancos Alimentares não fechassem portas, mesmo com menos voluntários. Durante um ano e meio, não podíamos fazer campanhas de recolha em supermercados. Ora, há muitos bancos, sobretudo os bancos das cidades mais pequenas, que vivem das campanhas de recolha. Durante um ano e meio, recebemos 7.000.000€ de euros e esses foram todos transformados em alimentos.

(...) recebemos 7.000.000€ de euros e esses foram todos transformados em alimentos.

A ideia de comprar os alimentos ficou e vai continuar ou voltaram ao modelo original?

Nós temos de voltar ao modelo original porque o Banco Alimentar não existe para comprar alimentos. Só compramos alimentos porque não havia excedentes naquela altura, porque não podíamos fazer as campanhas de recolha. Portanto, logo que estes donativos sejam gastos, voltamos ao modelo original. É muito mais fácil comprar

do que todos os dias ir à procura dos excedentes das cadeias de distribuição. Mas queremos construir uma rede local de luta contra o desperdício, o que é muito mais difícil do que receber aquilo que se pagou com um cheque ou com dinheiro. Temos de voltar à nossa essência para não nos deixarmos amolecer.

O Banco Alimentar põe comida na mesa de quase 4% da população portuguesa. Ao longo dos 30 anos em aqui esteve, números redondos, esta percentagem melhorou ou piorou?

Aumentou, mas porque há mais bancos alimentares. Em Portugal, temos uma pobreza estrutural muito severa. Temos trabalhadores com crianças que estão nessa pobreza e que não vão sair. Temos também a pobreza conjuntural, relacionada com a situação económica e o emprego. Por exemplo, na altura da *Troika* havia uma grande pobreza conjuntural, porque houve muito desemprego, as pessoas não tinham onde ir ganhar o seu salário; na altura da pandemia muitas atividades fecharam, as pessoas de profissões liberais como as cabeleireiras, maquiadoras, etc., pessoas que tinham uma boa qualidade de vida, ficaram numa pobreza conjuntural. Mas depois, logo que a economia anima, essas pessoas recuperam.

D.

E como tem evoluído essa pobreza estrutural tão preocupante?

O maior problema, de que as pessoas não estão muito conscientes, é que a pobreza estrutural tem origem nas famílias que dantes estavam em pobreza conjuntural, ou seja, temos hoje trabalhadores pobres, pessoas que estão a trabalhar, sim, mas o rendimento que auferem não chega para as necessidades e, portanto, ficam estruturalmente em pobreza!

Acham que têm sido feitas as apostas certas na política nacional?

Não podemos generalizar. Há anos que venho a dizer que estão a ser criados os “novos pobres”, já em 2007. Temos uma pobreza estrutural tão grande em Portugal que há 43% da população que vive de apoios públicos. Há 2 anos eram 40%.

Esse aumento pode justificar-se com a pandemia. Acha que vamos regressar aos 40%?

Não, com esta crise na habitação é impossível que vá acontecer. Temos pessoas que recebem 2500€ e vão receber apoios para pagar a casa. É três vezes o salário mínimo.

E duas vezes o salário médio.

A suposta classe média recebe apoios do Estado. Onde está a liberdade em Portugal quando há esta dependência do Estado? Não é bom. Não só não há liberdade como as pessoas se acostumam a receber estes apoios. Assim, os jovens que querem ter uma melhor vida e têm boas ideias, têm de ir para fora de Portugal.

Os jovens são o produto da globalização ou foram forçados a isso para procurarem condições de vida melhores? Dois dos seus filhos, por exemplo, decidiram seguir rumo no estrangeiro.

Os meus filhos até conseguiam ter boas condições de vida cá, o que não conseguiriam era dar aos filhos deles aquilo que tinham recebido. Quando eles optam por sair, é porque vão ter melhores perspectivas de carreira e salários mais altos, o que em Portugal não é possível. Os jovens entre os 20-40 anos vivem praticamente todos piores do que os seus pais, embora tenham maior escolaridade. Muitos licenciados e nem assim conseguem ser autónomos. Se queremos que Portugal seja um país próspero, não é só pôr mais dinheiro nas mãos dos portugueses, é criar melhores condições de trabalho.

O maior problema, de que as pessoas não estão muito conscientes, é que a pobreza estrutural tem origem nas famílias que dantes estavam em pobreza conjuntural (...)

Qual a maior preocupação para os próximos 10 anos em Portugal?

Sem dúvida a habitação, mas sobretudo a falta de incentivos à produção de riqueza. Eu gostava que houvesse incentivos à produção de riqueza. Não se pode distribuir aquilo que não se produz. Eu preferia que em vez de se darem cheques de 125€ às famílias se investisse no SNS. Que o estado pudesse olhar para as PPP na saúde, para que todos tivessem acesso aos mesmos cuidados médicos.

D.

Acha que falta literacia financeira aos portugueses?

Acho que sim. Há um total desconhecimento do que significam determinadas palavras, mas sobretudo como podemos ser donos das decisões se estivermos informados. Atualmente, apesar de termos universidades bem cotadas, temos uma escola primária e secundária que não transmitem um ensino de qualidade. Atualmente, os alunos estão muito mais impreparados do que há 20 anos, apesar de terem acesso a muito mais informação.

Como católica, a posição da igreja após o relatório da Comissão Independente chocou-a?

Entristeceu-me. Achei que a posição foi pouco preparada. Num primeiro momento, fiquei triste e dececionada com a posição e espero que esteja a ser corrigida. Esta instituição assenta em valores e o principal valor é o da verdade. Portanto, o Papa Francisco tem defendido que a verdade, doa o quem doer, tem de vir ao de cima.

(...) os alunos estão muito mais impreparados do que há 20 anos, apesar de terem acesso a muito mais informação.



D.

O Papa Bento XVI dos meus alunos

Pe. José Nuno Silva



D.

Chamado a evocar o imenso Papa Bento XVI nas páginas do DIURNA., sendo o DIURNA quem é e porque o é, um projeto dos alunos da Universidade Católica Portuguesa, resisto ao caminho óbvio de partilhar o ‘meu’ papa Bento XVI e opto por outra via: revelar algo do seu impacto nos alunos da Dupla Licenciatura em Direito e Gestão, do Centro Regional do Porto. Conhecem-no na Unidade Curricular Cristianismos e Cultura. Espanta-me, como professor, a capacidade que os alunos demonstram de captar aspetos tão essenciais do magistério deste Papa tão essencial. Aliás – para mim – este poderia ser um modo de dizer este Papa: **um Papa essencial, cooperador da verdade**, como a si mesmo se define no lema que escolheu para expressar o seu modo de entender e exercer a sua condição e missão de pastor.

Chamadas por personagens significativos de discípulos de Cristo próximos no tempo, duas das suas três encíclicas são apresentadas aos alunos durante o itinerário que percorrem ao longo do semestre.

Giuseppe Toniolo, o académico italiano do âmbito do direito e da economia inspirador e grande concretizador do documento fundador da doutrina social da igreja – a encíclica de Leão XIII, *Rerum novarum*, de 1891 – introduz-os na encíclica *Deus caritas est*, publicada em 2005. Dou a palavra a B e M na apresentação que prepararam para a turma. Partem da inovadora “reflexão sobre o amor nas suas diversas dimensões: “eros”, “philia” e “ágape”” (DC 7), que integra a primeira parte do documento, mas centram a sua reflexão na articulação entre justiça e caridade que interpretam como “exercício concreto do mandamento do amor ao próximo”. Na encíclica aprendem que “a natureza íntima da Igreja se expressa numa tríplice tarefa: o anúncio da Palavra de Deus (keryhma-martyria), a celebração dos sacramentos (leiturgia) e o serviço da caridade (diakonia)” (DC 25). Disto se propõem “falar: a “diaconia”, como serviço de amor ao próximo, realizado comunitariamente e de forma ordenada – um serviço específico, mas ao mesmo tempo espiritual”.

Feita a distinção, avançam para uma reflexão necessária sobre o Estado, a doutrina social da Igreja e o sentido da atividade política: “A criação de uma ordem justa no âmbito da sociedade e do Estado é um dever fundamental da política, e sendo assim, não pode ser uma tarefa imediata da Igreja. A doutrina social católica não pretende conferir à Igreja um poder sobre o Estado, mas simplesmente purificar e iluminar a razão, oferecendo a sua contribuição à formação das consciências, de modo que as verdadeiras exigências da justiça sejam percebidas, reconhecidas e realizadas” (cf. DC 26-29). E, citando Bento XVI na sua alocução evocativa de Giuseppe Toniolo na 45ª Semana Social dos Católicos Italianos, em 2007, B e M concluem: “de acordo com a encíclica *Deus caritas est*, “agir por uma justa ordem na sociedade é tarefa imediata própria dos fiéis leigos ... A essa sua tarefa de maior importância, eles devem dedicar-se com generosidade e coragem, iluminados pela fé e pelo magistério da igreja e animados pela caridade de Cristo” (cf. DC 29)”.

D.

Simone Weil, a francesa de origem judia filósofa e mística que inscreveu nas quatro primeiras décadas do século XX uma das mais fascinantes aventuras espirituais daquele tempo da Modernidade em convulsão, conduz os alunos à encíclica de 2007 *Spe Salvi*, sobre a esperança cristã. São muitas e profundas as reflexões dos alunos da Dupla sobre a esperança inspiradas nas palavras de Bento XVI, que a instaura no quotidiano e no horizonte da história. A, F e M, no terceiro diapositivo da sua apresentação à turma, legendaram a fotografia de um Bento XVI ancião e sorridente, bengala na mão esquerda e a direita erguida em gesto de paz e saudação afável, com palavras emblemáticas e relevantes para aqueles a quem cabe serem jovens neste tempo duro da história: “O presente, ainda que custoso, pode ser vivido e aceite, se levar a uma meta e se pudermos estar seguros desta meta, se esta meta for tão grande que justifique a cansaça do caminho” (SS 1). E S conclui assim a sua síntese do itinerário percorrido ao longo do

semestre: “Os cristãos “têm um futuro: não é que conheçam em detalhe o que os espera, mas sabem em termos gerais que a sua vida não acaba no vazio” (SS 2). É desta esperança que se faz o ‘meu’ Divino. Já via - mas, agora, vejo ainda mais - o meu Deus como um Deus de amor, de esperança, de união. Quero que o meu Deus seja o Deus de Simone - que ilumina e confere sentido à vida. [...] A esperança cristã não é a vulgar esperança. Ser cristão é um privilégio, mas, também, uma enorme responsabilidade. A esperança cristã é uma esperança carregada de encargos: a entrega ao outro, os pensamentos e atitudes idóneas, o sofrimento, a crença desprendida de violência, julgamento ou outras coisas mundanas que nos desviam da verdadeira essência”. Também em síntese final, M professa: “Com a leitura desta encíclica, percebemos que a redenção é fruto da esperança, sendo esta última consequência da fé. [...]. Ou seja, chegar a conhecer o verdadeiro Deus significa receber esperança”.

A esperança cristã não é a vulgar esperança. Ser cristão é um privilégio, mas, também, uma enorme responsabilidade.

Afinal, o ‘meu’ Bento XVI, encontro muito dele no papa Bento XVI que os meus alunos encontram no itinerário de Cristianismo e Cultura da Dupla. E espero que a todos os alunos, na UCP, qualquer que seja o curso, seja dada a oportunidade de se encontrar com ele. Paradoxal em alguns aspetos, é certo, Bento XVI foi **um Papa essencial** em infinitamente mais aspetos, tão importantes no processo educativo dos alunos de uma universidade católica.

D.

Pensamentos junto ao mar...



por Nuno Brochado de Agarez

Durante 24 horas, recatado junto ao mar, confesso, fiz pouco mais do que ler — sob a forma de um livro que cuidadosamente mandei preparar na tipografia do costume — o Relatório da Comissão Independente Sobre os Abusos Sexuais na Igreja Católica. Sublinhada a última ideia importante sobre a qual detive os olhos, fechei a contracapa e comecei a escrever. Quiseram as circunstâncias que a reflexão se cruzasse com a leitura de um outro livro, de que falarei mais adiante, que me trouxe uma lente diferente de análise, tornando imperativa a segunda parte deste texto. Daí a uns dias, por terminar um outro livro de que falarei mais adiante, fui obrigado a criar uma segunda parte desta reflexão. A relevância de qualquer uma delas não me permite discernir de modo seguro os termos da ponderação e tomar partido. As minhas atribuições não me autorizam, pelo menos aos 23 anos, a fazer com toda a certeza essa ponderação... mas pelo menos fiquei mais convicto de que quem advoga por uma e uma só posição é mais sábio, mais drástico ou menos sério do que eu.

Do relatório, em pontos breves, o que me ficou gravado de modo indelével?

1. O detalhe e o cuidado da Comissão Independente. Qualquer leigo entende os métodos, os cuidados, as preocupações e não nota uma única réstia de preconceitos.
2. Das estatísticas avançadas salta à vista o seguinte: aqueles que deram voz ao silêncio situam-se em circunstâncias de Vida mais favoráveis do que as da média nacional. Pergunto-me quantos mais não estarão encobertos por uma vida sofrida, por exemplo, no interior onde, cito, “a figura do padre representava a única autoridade”?

D.

3. Uma impressionante linha do relatório aponta para a possibilidade de alguns dos relatos dizerem respeito a situações de abuso em curso!
4. Não raras vezes, ao longo dos testemunhos denota-se a intervenção de um terceiro facilitador, encobridor ou, simplesmente, “cego, surdo e mudo”.
5. Pelo tom e pela animosidade de alguns, citada no relatório e que por isso não é inferência (apenas) minha, reforça-se a capa do Expresso: “Os Bispos sabem que nós sabemos que eles sabem muita coisa”.
6. São Vidas que seguiram inalteradas e os relatos de um suicídio. Pelo meio, haverá Pessoas marcadas de diferentes modos.
7. Muitas foram as Vítimas — pela idade, ingenuidade ou choque — que não compreenderam, à data, o abuso. A moral sexual da Igreja, e a de outros tempos, a desinformação, são males em si mesmos e são cúmplices das atrocidades. O conhecimento é a única forma de liberdade e de autodeterminação.
8. Procuram um pedido de desculpas. Proteção para as novas gerações. É, aliás, por isso que a Comissão deixa a sugestão para um memorial evocativo! Para que essa mensagem perdure no tempo... Acordaram-no com Siza Vieira que o aceitou *pro bono*.
9. Este memorial será a moldura para uma fotografia. A escultura é o ato de emoldurar o perdão que é a fotografia, o momento em que se muda de rumo. A Conferência Episcopal Portuguesa, aparentemente, já encomendou a moldura... mas ainda não conseguiu juntar todos na posição adequada para o *click* da câmara.

Dito isto, o que publicamente se sucedeu é do conhecimento do leitor e escuso-me a ocupar mais linhas nesse recontar das manchetes. Porém, como ficou escrito, logo depois de terminar este volume parti para outro título: *Depender da Bondade de Estranhos*, de Rui Patrício. Citando o autor e sócio da Morais Leitão, num conjunto de “textos leves sobre a leveza do processo penal”, tornou-se difícil, para mim, não construir uma reflexão que unisse linhas entre estes dois grandes textos. A Democracia, a Liberdade e a Justiça!, mais do que princípios escritos na Lei, correspondem à própria ideia de Direito, e entram em conflito com os juízos que o impulso me suscitou em primeira linha, como um instinto, sobre como reagir perante os denunciados. Presunção de Inocência. Direito à Defesa. Direito a Conhecer o seu Acusador. Justiça realizada apenas pelos Tribunais, que não é feita pelas próprias mãos, a bem da civilidade e do, mais uma vez, verdadeiro sentido Justiça ou ideia de Direito — esse bem que todos queremos para benefício individual.

O trabalho da CI foi meritório, primeiramente, porque determinou tomar a Pessoa Vítima como ponto de análise. Porque lhes deu, assim, o conforto e a segurança de se exporem e contarem a sua história. Todavia, estão, de certa forma, a valorar a palavra destas — e de testemunhos indiretos — de uma forma diferente da ponderação com que abençoam os Acusados. Se essa mundividência faz sentido para dar o conforto necessário aos “feridos”, não

D.

pode ser esse o critério usado para julgar. Precisamente, porque o julgamento só é justo quando há contraditório. Quando se esgrimem defesas. Quando se pronunciam os dois lados. Quando há igualdade de armas, mesmo que um minta. Porque é o contraditório que abra a possibilidade à Verdade, ainda que na sua forma praticável ou mais aproximada.

Confesso que, quando pensei pela primeira vez no tema, julguei vital e indiscutível o pronto afastamento dos acusados. Para proteção de potenciais vítimas, mais do que qualquer outra coisa. Hoje, acredito que esse afastamento merece, pelo menos, um entendimento não tão precipitado e leviano, ainda que o resultado final seja o mesmo. Se assim não for, teremos, no mínimo, de estar conscientes do que estamos a comprometer. Senão vejamos, os princípios que a nossa civilização construiu como regras essenciais para que seja possível realizar a Justiça têm que estar sempre garantidos, independentemente do caso concreto, (e principalmente nele) se quisermos ser justos. Ao determinarmos a suspensão dos acusados, sem mais, estamos a permitir que uma equipa técnica de especialistas, não munida de legitimidade para exercício de tais poderes, tenha a aptidão de provocar uma decisão, ainda que cautelar e politicamente motivada, sobre a Vida de alguém que não se pôde defender. Queremos viver essa realidade? Depois, estamos a entregar este julgamento à Igreja - e bem sei que impende sobre a própria uma autonomia própria e necessária - pelo menos, numa primeira fase. Mas foi o corporativismo que permitiu, precisamente, o abuso de tantos menores. A raiz do problema mantém-se, ainda que as folhas sejam de outra cor. Até a existência de nomes que se tornaram públicos, uma vez mais, sem que primeiro tivessem os atingidos podido exercer a sua defesa - à qual, repito,

todos queremos ter direito, em qualquer circunstância, nem que seja para contestar uma decisão do condomínio quando nos é desfavorável - é uma total perversão da Vida em comunidade.

Promoveram-se julgamentos populares sumários, para um lado ou para o outro, porque se viu de tudo. Arruinaram-se Vidas. Ficaram destruídas reputações construídas ao longo de vidas... mas com que certezas? E se tudo isto se passasse com o leitor? Pior, e se estivermos errados? Eu cá para mim, idilicamente (?), continuo a preferir dez culpados livres a um inocente condenado.

O problema sistémico existe. É a propósito dessa condição que a Igreja Católica se deve pronunciar. Desculpar-se. Pelo padrão. Pela cultura, até. Pelo *modus operandi*. Pela mudança necessária, mas que parece tardar. Por ter criado a escuridão mental que aprisionou milhões.

Quanto aos casos concretos, esses, só devem ser tratados na Justiça dos Homens, nas jurisdições próprias... Deus, a julgar, não será agora, muito menos através dos seus representantes. Daí que não se possa confundir - por muito que a maioria ache natural - o (des)trato dado aos casos concretos (execução rápida e sumária) como a única solução *versus* as reformas realmente capazes de reparar o mal feito e prevenir futuros.

Tivessem os nossos Bispos lido a Carta Apostólica, escrita em 2010 pelo Papa Bento XVI, aos Católicos Irlandeses, e talvez se tivesse evitado tanta desorientação e ainda mais dissabores...

D.

A CULTURA QUE NOS DEFINE



Em 2005, no princípio do nosso século XXI, o sociólogo francês Alain Touraine, um dos grandes teorizadores da chamada sociedade pós-industrial, publicou um livro marcante, intitulado *Un nouveau paradigme. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. O seu argumento é conhecido, e fixou um novo modelo de leitura do presente e de prospetiva do futuro das sociedades ocidentais.

Un nouveau paradigme. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui.

Segundo o autor, a primeira grande narrativa de explicação do ocidente, que emergira desde finais do século XVIII e ocupara grande parte do século XIX, tentava acompanhar e decifrar os rumos da sociedade a partir de uma grelha política: da soberania monárquica para a soberania popular-nacional, da ordem de antigo regime para as revoluções liberais da contemporaneidade. A partir de finais do século XIX e ao longo do século XX, a chave de leitura passou do político para o económico e o social, à medida que o capitalismo industrial, financeiro e de serviços substituiu o liberalismo como matriz organizativa global, dividindo a existência humana em classes sociais, em ricos e pobres, e agregando os principais problemas das sociedades em torno da produção, da riqueza, da distribuição, da desigualdade e da justiça social (o século XX foi também tempo de grandes revoluções políticas, de Lenine a Mao e das descolonizações à “terceira vaga” de Huntington – mas a sua agenda foi sobretudo social, em particular quando influenciadas pelo marxismo). Finalmente, no século XXI, Touraine vislumbrou um novo e terceiro paradigma – o da cultura – como único ângulo de enfoque capaz de tornar compreensíveis as mudanças em curso ou previsíveis.

D.

As sociedades do século XXI, di-lo Touraine, são pós-modernas e pós-industriais. Vivem em tempos e modos de individualismo triunfante, de relativismo ético, de implosão de velhas categorias e rígidos estratos sociais, na mobilidade, em espaços transnacionais, com pertenças políticas voláteis, em macro escalas de economia e tecnologia globais. As antigas categorias – operariado, burguesia, patronato, classe social – perderam vigor, dada a essencial variabilidade das coisas. As relações entre a sociedade e o estado são hoje muito diferentes, há novos pobres nas margens do progresso, novos ricos nos microciclos expansivos de um capitalismo menos industrial e mais especulativo, e as próprias classes médias têm hoje infinitas segmentações.

(...) tempos e modos de individualismo triunfante, de relativismo ético, de implosão de velhas categorias e rígidos estratos sociais (...).

O esforço de Alain Touraine terá sido o de restaurar o potencial de uma grande narrativa federadora de inteligências na compreensão da mudança abrupta da pós-modernidade. De facto, as grandes interrogações da nossa época são culturais, no sentido de identitárias (nos coletivos possíveis e na multiplicidade infinda de construções do “eu”), filosóficas, éticas, religiosas ou artísticas (nas representações possíveis daquelas novas identidades): que discursos, esperanças, protestos, crenças, fés, línguas, sexualidades, géneros, afiliações cívicas, causas ativistas, etc., nos definem e movem, em diálogo e tolerância construtivos ou em tribalismos *woke* e conflitos divisivos?

Todas estas questões são do domínio da “cultura”, mais do “ser” do que do “ter” – ou do ter algo, no caso, direitos culturais, ou seja, educação, info-inclusão, liberdades de escolha, mecanismos de expressão e formas de auto-organização do sujeito individual. Deste modo, regimes políticos, modelos económicos, estatutos sociais, e até as questões clássicas da paz e da guerra, da ordem e da revolução, do progresso ou do atraso, são escolhas e temas culturais, e nenhuma agenda político-social presente ou futura o pode ignorar, neste nosso século que (a)parece mergulhado numa era de radical incerteza, de crescente contestação e de múltiplas divisões que são, na essência, culturais.

José Sardica

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO DA CATÓLICA EM LISBOA

D.



PORTUGAL EM ANÁLISE

por Francisco Assis

Portugal tem vindo a crescer lentamente, com insuficiências consideráveis em termos de produtividade, salários e endividamento. Contudo, com o aumento acentuado das qualificações e um crescimento das exportações, poderemos estar perante um ponto de viragem para a economia portuguesa.

Portugal tem vindo a crescer lentamente, com insuficiências consideráveis em termos de produtividade, salários e endividamento.

D.

Há várias formas de medir o desempenho económico de um país e, se é certo que nenhuma delas representa a realidade sem enviesamentos, há vários agregados para que podemos olhar que mostram uma realidade preocupante em Portugal. O PIB per capita (em paridade de poder de compra) entre 2000 e 2021 cresceu pouco mais de 50%, o quarto crescimento mais baixo da UE. Em termos de produtividade, a taxa de crescimento da produtividade real do trabalho por hora trabalhada foi de 5% entre 2010 e 2019 (entre 1980 e 1989 tinha sido de 20%). Este problema tem sido sentido em toda a UE, mas a situação portuguesa é preocupante porque o país se encontra estagnado a um nível de produtividade absoluto muito baixo. Isto tem consequências negativas para os salários, que são muito baixos e desadequados ao custo de vida. De facto, em 2021 mais de 11% dos e das trabalhadoras estava em situação de risco de pobreza, acima da média da UE.

Portugal tem vindo a crescer lentamente, com insuficiências consideráveis em termos de produtividade, salários e endividamento.

Consequentemente, Portugal apresenta níveis de endividamento público e privado muito preocupantes. O endividamento das famílias, das empresas (setor não financeiro) e do Estado foi em dezembro de 2022 de 794 mil milhões de euros. Se tivermos em conta que o PIB em 2022 foi de 239 mil milhões de euros, facilmente entendemos a magnitude do problema. Apesar de uma redução do peso da dívida pública no PIB nos últimos anos, esta foi em 2021 a 3ª mais alta da UE. O país apresenta igualmente problemas ao nível da poupança e da capitalização das empresas. Portugal apresentou em 2021 uma taxa de poupança negativa de 0,8% do rendimento familiar disponível, que contrasta com uma taxa de poupança média de 11,1% na Zona Euro.

Tudo isto torna Portugal pouco atrativo, o que é especialmente problemático quando considerando o envelhecimento acentuado na pirâmide etária da população residente nas últimas décadas.

Tudo isto torna Portugal pouco atrativo, o que é especialmente problemático quando considerando o envelhecimento acentuado na pirâmide etária da população residente nas últimas décadas.

Em termos de melhorias, o país tem vindo a ter um aumento significativo a nível das qualificações da população. Na camada da população com idades entre os 20 e 24 anos de idade, apenas 10,4% tinha um nível de educação inferior ao ensino básico, o que contrasta com uma média da UE de 15,4% e da Zona Euro de 15,9%. Trabalhadores/as altamente qualificados/as, assim como elevados níveis de digitalização e fortes níveis de inovação são tidos como características essenciais para as empresas atingirem o topo da produtividade. Assim, o investimento em educação e no sistema científico e tecnológico é de facto essencial.

D.

Outra melhoria tem sido sentida a nível da balança corrente portuguesa, com as exportações de bens e serviços a crescerem e tendo atingido 43,7% do PIB em 2019. O turismo tem um grande peso neste resultado, mas também a exportação de bens tem vindo a aumentar, com um crescimento real esperado de 14,2% em 2022.

Na camada da população com idades entre os 20 e 24 anos de idade, apenas 10,4% tinha um nível de educação inferior ao ensino básico, o que contrasta com uma média da UE de 15,4% e da Zona Euro de 15,9%.

Finalmente, no âmbito das boas notícias, num ranking publicado pela *The Economist* que mede o papel e influência das mulheres na força de trabalho nos países da OCDE, Portugal ficou em 2022 classificado em quinto lugar, abaixo apenas da Islândia, Suécia, Finlândia e Noruega. Apesar de ainda haver muito trabalho a ser feito nesta área (basta olhar para a diferença de 224€ no ganho médio dos e das trabalhadoras por conta de outrem), este poderá ser um caminho para a atratividade do mercado de trabalho português.

Francisco Assis

PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL



D.

A tua ousadia de escrever

O DIREITO AO ENSINO EM PORTUGUÊS, EM PORTUGAL



Vivemos na chamada "era da globalização" e, portanto, as fronteiras entre os países encontram-se cada vez mais esbatidas, sendo o mundo um lugar de todos. Assim, passou a considerar-se que o ensino, nomeadamente, da língua inglesa, constituiu um pilar fundamental na formação académica dos alunos.

O problema surge quando ocorre a valorização excessiva da língua inglesa e, conseqüentemente, a desvalorização da nossa língua oficial (11º, nº3 CRP). Este fenómeno tem se verificado, nomeadamente, no ensino superior. Existindo instituições que possuem cursos e unidades curriculares lecionados exclusivamente em inglês, sem possibilidade da sua realização em português.

A língua portuguesa é um elemento essencial do património cultural português, possuindo, o Estado, bem como todo nós o dever de preservar, defender e valorizar (9º e 78º CRP).

D.

Entendo que os direitos linguísticos assumem natureza de direitos humanos fundamentais. Logo, concluo que os cidadãos portugueses possuem o direito individual a usar a língua portuguesa no seio familiar e pessoal, bem como o direito coletivo à promoção, proteção e preservação da sua língua pelo Estado.

A língua portuguesa é um elemento essencial do património cultural português (...).

Esta vertente dos direitos linguísticos, no sentido da sua promoção cívica e pública, assume ligação direta com o direito ao ensino (74º CRP). Ora, a par da lei fundamental, a Lei de Bases do Sistema Educativo consagra, no artigo 11º, nº2, alínea h), que são objetivos do ensino superior a promoção e a valorização da língua portuguesa.

Assim, perfilho a opinião do Professor Jorge Miranda ao referir que a constituição tutela um direito a aprender e a ensinar em português, em Portugal, que deriva do direito à identidade pessoal (26º, nº1 CRP) e do direito à criação e fruição cultural (42º, nº1 e 78º, nº1, 1ª parte CRP)”. Tal como o Professor Jorge Miranda, entendo, também, que o ensino em língua estrangeira fará sentido nos cursos ministrados por professores estrangeiros no ensino superior (mas ressalvando sempre a possibilidade do ensino em português) e nas escolas pertencentes a Estado estrangeiro.”

(...) a constituição tutela um direito a aprender e a ensinar em português, em Portugal (...).

O artigo 9º, alínea f) da CRP impõe ao Estado a tarefa fundamental de promoção e difusão internacional da língua portuguesa. Como poderá o Estado português difundir e promover a sua língua além-fronteiras quando não a promove e difunde dentro do seu próprio território?

A nossa língua consiste num elemento essencial da construção da identidade portuguesa, sendo um dos requisitos para a concessão da nacionalidade o suficiente conhecimento da língua portuguesa. Ora, não será contraditório exigir conhecimentos suficientes da língua portuguesa a quem pretende adquirir nacionalidade, mas negar no ensino superior o direito a aprender em português, exigindo conhecimentos suficientes de línguas estrangeiras?

Se o Estado português não proteger e promover a sua língua oficial quem o fará?

Matilde Maio Veloso e Vasques

ALUNA NA CATÓLICA NO PORTO

D.

UM MUNDO ARBITRADO PELA CHINA

por Tiago Morgado



No quadro da reeleição do presidente chinês para um terceiro mandato presidencial, Xi Jinping reivindicou um papel para a China de maior preponderância na “reforma e construção do sistema de governação global”. Após ter mediado um acordo para o restabelecimento de relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irão, a China parece empenhada em contrabalançar o peso geopolítico tipicamente encimado pelos Estados Unidos. Viveremos num mundo mais próspero sob a aura desta pretensão chinesa?

(...) “reforma e construção do sistema de governação global”.

O declínio da hegemonia americana, que desde 2001 se tem revelado inevitável (embora a um ritmo variável ao longo dos anos), é para a ciência das Relações Internacionais uma causa e um efeito da recalibração geopolítica do globo que, a partir de uma configuração unipolar (vigente desde o termo da Guerra Fria e do colapso da União Soviética), se transformou numa outra multipolar (hediondamente inaugurada com o atentado terrorista no coração dos Estados Unidos em 2001).

D.

O surgimento de múltiplos polos interferiu visceralmente com o centro gravitacional do mundo até então sediado na América, concretamente nos utópicos projetos norte-americanos de democratização global, que mereceram fundada e indiretamente oposição académica, por exemplo, de Huntington através da sua teoria dos Choques das Civilizações.

O surgimento de múltiplos polos interferiu visceralmente com o centro gravitacional do mundo até então sediado na América (...)

Indagava-se se um mundo multipolar seria mais perigoso e menos estável, em virtude da maior concorrência internacional para ocupar uma posição hegemónica, aumentando assim os potenciais focos de conflitos. Hoje, volvidos estes anos e uma vez renovado o mandato do presidente chinês, este realçou que a “estabilidade é um pré-requisito da prosperidade”, uma relação paramétrica que nos parece na lógica já propugnada por Henry Kissinger acertada, mas cada vez mais improvável. Como certamente reparou Kissinger, a ordem mundial emergente da Paz de Vestefália durou 150 anos, o sistema composto a partir do Congresso de Viena resistiu 100 anos, a ordem internacional configurada pela guerra fria cessou ao fim de 40 anos. Esta cronologia parece, pois, realçar a decrescente durabilidade da pretensa estabilidade internacional. E, note-se, o amputado acordo de Versalhes nem deve ser considerado como um instrumento inaugurador de uma nova ordem, porquanto a ausência de grandes potências ditou a sua inoperância desde o início. (Para os mais otimistas, dir-se-á que potenciou um hiato temporal entre duas grandes guerras.)

Em face desta brevíssima revisitação às últimas configurações da ordem mundial, é irrealista relegar a China enquanto estado construtor dessa governação global. Todavia, o arauto de estabilidade que a China afirma pretender ser deverá funcionar tanto melhor quanto mais arbitral (e menos hegemónica) for a sua relevância internacional, não obstante a ténue fronteira que demarca estes dois tipos de atuações. Nos tempos hodiernos, um bom árbitro deverá ser melhor do que uma boa “superpotência”.

(...) é irrealista relegar a China enquanto estado construtor dessa governação global.

D.



A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS

no Quadro das Organizações

Consideradas como um dos principais pilares que sustentam a sociedade, as organizações têm, desde sempre, merecido a atenção de numerosos estudiosos que se foram debruçando sobre as suas estruturas e princípios internos, com vista a trazer melhorias e a inculcar eficiência no seu modo de funcionamento.

Face à evolução da sociedade e com o aumento das exigências e complexidade dos sistemas organizacionais, gerir pessoas, considerando os talentos, capacidades, aptidões, conhecimentos e competências de cada um, assume-se, hoje, como um dos maiores desafios das organizações, uma vez que se perspetiva posicionamento e estratégia competitiva organizacional. Assim, o trabalho em equipa, a responsabilidade individual e social, a ética, a mudança, a inovação e a partilha de conhecimentos constituem, no seu todo, a essência estratégica de qualquer organização.

(...) com o aumento das exigências e complexidade dos sistemas organizacionais, gerir pessoas, considerando os talentos, capacidades, aptidões, conhecimentos e competências de cada um, assume-se, hoje, como um dos maiores desafios das organizações (...).

Atualmente, para atingirem os seus objetivos, as organizações têm de saber atrair, conciliar e desenvolver recursos de forma ótima e eficiente. Neste sentido, a componente da Gestão Estratégica de Recursos Humanos passa a constituir-se uma linha de atuação das organizações atuais, que tentam motivar e transformar os colaboradores em parceiros, formando equipas competentes e talentosas, que consigam trabalhar de forma eficiente e eficaz, garantindo a justiça e o cumprimento dos objetivos da organização. Nesta linha de visão, as pessoas passam a ser consideradas não como um mero recurso organizacional, mas sim como o recurso diferencial na obtenção de posicionamento competitivo.

D.

Contudo, para que a GRH viesse a ter dimensão na componente estratégica da organização, foi necessário passar por uma nova consciencialização acerca do papel do trabalhador. No decorrer do século XX, foram usadas várias nomenclaturas para a categoria de trabalhador: primeiro “mão de obra”, depois “funcionários”, e atualmente “colaboradores/trabalhadores/parceiros”, sendo que o propósito atual da GRH, qualquer que seja a designação utilizada, é primordialmente alinhar o desenvolvimento das pessoas à estratégia da organização, dando aos RH uma dimensão de pessoas e não mais de simples recursos.

(...) o propósito atual da GRH, qualquer que seja a designação utilizada, é primordialmente alinhar o desenvolvimento das pessoas à estratégia da organização, dando aos RH uma dimensão de pessoas e não mais de simples recursos.

Com a finalidade de otimizar a *performance* das estruturas organizacionais, a GRH traça linhas de atuação, tendo em conta as várias fases que compõem o ciclo de vida de um colaborador, desde o seu recrutamento até à fase final da sua saída definitiva, assegurando o desenvolvimento das suas competências e a sua formação, com vista a transformá-lo num trabalhador autónomo, suficientemente apto e com capacidades para participar e interagir em contextos de projeto e de processos produtivos.

Em jeito de conclusão, consideramos que as organizações que privilegiarem um desenvolvimento sustentado dos colaboradores, otimizarem a sua *performance* e que, por sua vez, souberem definir e alinhar as práticas com vista ao alcance dos seus objetivos, constituir-se-ão futuras entidades de sucesso.

Célia Ribeiro

PROFESSORA AUXILIAR NA CATÓLICA EM VISEU

Elisabeth Figueiredo

BIBLIOTECÁRIA NA CATÓLICA EM VISEU

D.



Urgência na reforma do método de eleição aplicado às legislativas

Desde a revisão constitucional de 1997, a Constituição da República Portuguesa prevê a criação de círculos uninominais para a eleição do Parlamento. Porém, até ao momento, Portugal tem feito esta eleição recorrendo apenas a círculos plurinominais, isto é, a um sistema de representação proporcional.

Como referido, nas eleições legislativas, que visam a eleição de 230 deputados à Assembleia da República, recorre-se apenas aos círculos plurinominais. Estes caracterizam-se pela exclusiva apresentação de candidaturas por parte de partidos políticos, que podem integrar nas suas listas os “independentes”. Trata-se de círculos plurinominais, pois as listas levadas a escrutínio são plurinominais – incluem vários nomes –, fechadas – o boletim de voto apenas permite o voto em listas partidárias – e bloqueadas – os eleitores não podem escolher a ordem de eleição dos membros propostos nas listas em escrutínio.

Ora, é perante a crise das democracias ocidentais – dada a regressão dos níveis dos índices que avaliam a qualidade destas – que acredito ser crucial a constituição de círculos uninominais nas eleições legislativas, que acredito na instituição de um sistema de representação proporcional personalizada.

(...) acredito na instituição de um sistema de representação proporcional personalizada.

Com efeito, no ato eleitoral legislativo o eleitor teria no boletim de voto duas colunas: uma afeta à eleição no círculo uninominal, escolhendo o candidato que prefere para o representar, e a outra afeta à eleição no círculo plurinomial, no qual seleccionaria o partido da sua escolha.

D.

Assim, cada cidadão teria duas certezas na seguinte legislatura: a proporcional representação das várias ideologias políticas e a representação da sua região por um deputado que tenha construído laços efetivos com esta.

A representação proporcional personalizada é, a meu ver, uma estratégia de combate a um grave problema: a crescente descrença no sistema político vigente. Isto advém da pouca influência que os cidadãos têm na seleção dos seus representantes, o que representa um verdadeiro ataque à democracia, que se vê reduzida à mera validação dos “escolhidos” dos partidos.

A representação proporcional personalizada é, a meu ver, uma estratégia de combate a um grave problema: a crescente descrença no sistema político vigente.

Além disto, a criação destes círculos incitaria a um maior desenvolvimento de laços entre representantes e representados. É essencial à democracia que haja uma efetiva prestação de contas dos representantes e respetivos partidos perante os seus eleitores. Com estes círculos, seria possível personalizar a figura do deputado (atualmente indivisível do partido), escolhendo os eleitores quem será o representante da sua região e quem será o Primeiro-Ministro mais adequado ao país.

Além disto, a criação destes círculos incitaria a um maior desenvolvimento de laços entre representantes e representados.

Decorrente da maior focalização dos representantes nas suas regiões, tem-se o apropriado uso dos assessores parlamentares. Isto uma vez que com o atual sistema, em que os partidos exercem grande poder sobre os deputados, os seus assessores são muitas das vezes usados para tarefas partidárias, em detrimento das parlamentares.

Por fim, dado que os cidadãos passarão a influenciar a seleção dos deputados, a preocupação dos partidos com a qualidade dos candidatos aos círculos uninominais será forçosamente prioritária.

Em suma, é crucial que perante a morte anunciada da cidadania ativa, se valorize os seus instrumentos de ação. Portugal não pode assistir ao declínio da sua democracia com inércia. A longo prazo, a inação e irresolução na aplicação de reformas necessárias darão lugar ao imobilismo político, característico de regimes autoritários e não livres.

Francisco Arvins

ALUNO NA CATÓLICA NO PORTO

D.

PAULO RANGEL

**A Personalidade em
Destaque no Porto.**

Nuno Brochado de Agarez
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.



D.

PAULO RANGEL

Paulo Rangel, quadro histórico do PSD, e proeminente figura nos corredores do Parlamento Europeu, sabe que a sua viagem de sonho, neste momento, é improvável: uma ida de carro até Moscovo, partindo do Porto. A primeira coisa que faz ao acordar é ler a imprensa estrangeira em 6 línguas, não fosse esta Personalidade em Destaque uma referência pela sua visão sobre o Mundo.

Tem algum lema de vida?

Eu, sinceramente, um lema de vida, assim atual, não tenho... tenho um que usei muito tempo, quando era adolescente e jovem, mas que é um bocadinho comprido: "Tudo quanto penso, tudo quanto sou, é grande, é imenso, é tudo o que dou. Ao dar, eu recebo e fico maior".

Obrigado por ter dado tanto ao Diurna.!

Quando era muito novo, ainda, se não me engano, na Universidade Católica, esteve na Europa e recebeu um prémio internacional como um dos melhores oradores desse concurso. Era o início do despontar para um profundo interesse pela intervenção pública?

Não. A vontade da intervenção pública já era muito anterior a isso. Se falar com todos os meus colegas da primária, nenhum estranhou que eu tivesse uma carreira política. Inclusive, era uma coisa que na Universidade era menos notória do que era até entrar.

(...) nenhum estranhou que eu tivesse uma carreira política.

D.

A propósito da política. Ser político é uma profissão?

Não. Considero que é uma vocação.

Quando diz que “serve” como político, qual é o valor que encontra na distinção e porque é que há tão poucos a fazerem-na?

Eu nunca disse que “há tão poucos a fazerem-na”.

Essa parte é autoria minha.

Eu acho que muita gente está na política com um espírito de serviço.

Mas dizem que estão com espírito de serviço ou estão mesmo com esse espírito de serviço?

Há as duas coisas. Evidentemente, há pessoas que não estão nada, o espírito de serviço é aquilo que seria, em inglês, “*self-service*”. Também há, mas eu diria que, em geral, há muita gente com espírito de serviço, na política e fora da política. Basta olhar para a quantidade de organizações com intervenção social ou, até, com uma intervenção política, mas sectorial — no ambiente ou em determinadas causas. Há muita gente com vocação de serviço e com espírito, até, de sacrifício.

(...) há muita gente com espírito de serviço, na política e fora da política.

Num dos seus livros, para uma pergunta: “Quem foi/é Cristo?” – que implicações é

que procurar a resposta a esta pergunta tem para a sua mundividência?

É evidente que, para um cristão como eu, Cristo é, sem dúvida, a coisa mais importante, é a pessoa mais importante... isto é quase uma blasfémia... é a pessoa mais importante da vida de cada um, julgo eu. Mas, sinceramente, devo dizer que nisso não tenho grande mérito, porque a fé é um instinto... enfim, em termos teológicos dir-se-ia que é uma graça, um instinto, não é uma coisa, sinceramente, na qual eu tenha algum mérito. Até gostava de experimentar o que é não ter fé, mas essa coisa nunca me aconteceu, nem sequer dúvidas.

Esse instinto ou essa graça como é que se reflete na política e nos valores que defende?

Essa é uma questão muito complicada. “Como se reflete na política” e até em geral, diria eu.

Nas soluções que procura.

É sempre a ideia do humanismo; reconhecer o outro como igual e, portanto, como um ser digno. Diria que essa é a grande influência do Cristianismo no pensamento e na ação, na política também, seja na sua doutrinação, seja na sua prática. Reconhecer o outro, a pessoa como um ser digno, um ser igual e, portanto, como a razão de ser de toda a atividade política. Embora, isto já venha dos Romanos (“Para todos nós, os humanos, e para a nossa realização”).

D.

Até gostava de experimentar o que é não ter fé, mas essa coisa nunca me aconteceu, nem sequer dúvidas.

Diz, no seu livro, que em Jesus não se encontra um momento maquiavélico. E em si? Encontram-se momentos maquiavélicos?

Eu penso que é bastante humano... O momento maquiavélico, é preciso perceber, não é no sentido que, habitualmente, as pessoas dão (o da maldade) – isso é uma interpretação de Maquiavel muito limitada e redutora. É o momento, no fundo, do cálculo político. A dimensão do poder não é uma dimensão cristã, no sentido de ser uma dimensão de Jesus Cristo – isso não existe em Jesus.

Da interpretação que faz conclui que Jesus não tem uma visão de sociedade/um modelo de sociedade. Não encontra, na sua forma de estar, um projeto de sociedade, mesmo que subentendido?

O que é preciso perceber é o seguinte: na mensagem de Jesus não há um programa político. Jesus não é socialista ou liberal, não tem um programa político nem um projeto político. Evidentemente, há consequências políticas do pensamento... Jesus não é um filósofo, mas também não é só um prático. Talvez a palavra mestre “ensinamento” seja aquela que melhor conjuga essa profundidade espiritual e doutrinal com uma espécie de profecia do exemplo. O racismo, a escravatura, uma sociedade altamente desigual, uma sociedade em que as pessoas são oprimidas e não são livres – isto é incompatível com o ensinamento cristão e do cristianismo.

Considera justa a designação de que o seu nome é um dos mais influentes deputados do parlamento europeu?

Não sei fazer essa avaliação. Eu julgo que tenho cumprido um papel útil ao país, útil à Europa e, portanto, obviamente, seria falsa modéstia achar que não tenho nenhum papel, mas também



D.

seria desajustado dizer que é um papel determinante. Penso só uma pessoa megalómana diria uma coisa dessas.

E esse papel útil que tem tido... em que projetos tem trabalhado, ultimamente? Quais é que têm sido os dossiês?

Eu trabalhei, em termos europeus, em muitas questões que são de organização que, não raras vezes, nem sequer são visíveis. Orquestrar e organizar o grupo. No meu primeiro mandato houve uma preocupação muito grande na articulação do parlamento europeu com os parlamentos nacionais — aí tive um papel bastante relevante. Isso é uma coisa muito importante em termos das dinâmicas, até, de aceitação da União Europeia, porque os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu vivem numa espécie de ciúmes constitucionais. Trabalho noutras tantas áreas muito intensamente, mas também na reflexão mais geral, a nível de PPE, sobre qual deve ser o programa político para o século XXI.

(...) privilegiar das soluções privadas e sociais (...)

Qual é que acha que deve ser?

Eu acho que aqui, como sabe, no caso do PPE, basicamente, existe um programa que tem que ser um programa, por um lado, favorável à subsidiariedade da sociedade civil (nesse sentido, é uma questão muito cristã — a subsidiariedade é um conceito, também, ele próprio, da doutrina social da Igreja). A ideia da autonomia da sociedade civil, do privilegiar das soluções privadas e sociais, relativamente às respostas públicas, o que não quer dizer que estas não sejam necessárias. É uma forte carga social, que é uma coisa que é muito esquecida, mas a Democracia Cristã e a Social Democracia Portuguesa, por exemplo, muito influenciada pelo catolicismo progressista de Sá Carneiro, ainda revelado nos finais dos anos 60, logo com a questão do Bispo do Porto — foi talvez a sua primeira grande batalha, digamos, cívica.

Mas muito pouco conhecida...

Sim, já escrevi sobre isso. Já escrevi sobre muita coisa, por exemplo, agora, toda a gente fala nesta ideia de que as doutrinas — supostamente — inclusivas do Ministro João Costa, e de outros, ampliam e reproduzem as desigualdades sociais! Mas uma escola não exigente, é uma escola que amplia as diferenças sociais e favorece as classes instaladas. Eu diria que há uma certa burguesia socialista e socialista caviar de esquerda que tem interesse numa escola pública que seja supostamente inclusiva, mas que, na prática, não dá conhecimentos às classes mais desfavorecidas e permite que os seus filhos se perpetuem nos tais casos e casinhos que vemos por aí. Há uma espécie de conservadorismo educativo que é altamente lesivo das classes mais desfavorecidas em Portugal. As universidades alimentam muito isso com o tratamento por Doutor e por Engenheiro e Professor Doutor, isso devia ser banido porque, em primeiro lugar, é um fator de diferenciação social inaceitável e depois é um estigma de uma sociedade aristocrática, não de uma sociedade democrática. As pessoas são tratadas pelo nome ou por

D.

senhora ou senhor. Mas porque é que uma pessoa há de ter direito a um tratamento só porque concluiu uma licenciatura ou porque fez um doutoramento?

Mas porque é que uma pessoa há de ter direito a um tratamento só porque concluiu uma licenciatura ou porque fez um doutoramento?

São os novos títulos nobiliárquicos?

Já existiam na altura. Havia aquela nobreza com proveniência de que para além de hereditária, estava muito ligada à guerra e a um serviço militar, mas havia também uma nobreza de toga, que era aquela que tinha estudos e que também fazia parte da corte e, em Portugal, como noutros países, ficou esta fixação nos títulos. É responsável por ser ter matado em Portugal (entretanto foi ressuscitado, mas eu julgo que nunca foi bem desenvolvido) o ensino técnico. Este ensino foi um dos maiores veículos de mobilidade social que nós temos no sistema educativo. Evidentemente que os pais, como queriam que os filhos fossem doutores e engenheiros, canalizam tudo para uma via mais académica que, obviamente, é altamente prejudicial. Ao valorizarmos socialmente e ao darmos um tratamento discriminatório às pessoas que têm um grau académico – qualquer que ele seja – o que acontece é que estamos

objetivamente a dizer às pessoas que as outras vias não têm o mesmo reconhecimento social. Do ponto de vista da consciência é uma coisa que é inaceitável. Assim como, por exemplo, era muito bom que a Igreja Católica desse esse exemplo, o facto de os bispos serem tratados por “Dom”. O Papa não é Dom, porque é que os bispos hão de ser. Esse é um título que um bispo, na sua humildade, devia deixar cair. Não é deixar de ser tratado por bispo, até porque não estou a dizer que o Reitor da Universidade não deve ser tratado por Senhor Reitor. Eu estou a dizer que não deve ser é Senhor Professor Doutor. Isto é um mal muito português.

Não é um mal europeu?

Não. Há outros países com estas características, Itália, por exemplo, mas não é um mal europeu. Há países que fizeram esse caminho e têm-no feito bem.

Há países que fizeram esse caminho e têm-no feito bem.

Voltando um bocadinho a essa Europa, porque é que o trabalho da mesma é tão pouco mediático?

Sinceramente, não estou de acordo com essa asserção. A propósito do tema Europa e UE, depois da intervenção da Troika, notei em Portugal uma diferença muito grande na importância que o espaço mediático dá à Europa. Portanto, é exatamente o contrário. Não há um noticiário onde não se fale da UE e da Europa. Com a pandemia isso ainda foi mais reforçado. Com a Guerra na Ucrânia, igual. Ou seja, hoje a dimensão europeia é uma dimensão

D.



sobre a qual qualquer cidadão tem conhecimento. Por exemplo, no caso da pandemia e das vacinas, as pessoas compreenderam perfeitamente que, sem a UE, teria sido impossível ter-se feito o que se fez. Sob esse ponto de vista, a consciência da importância da UE é muito maior do que o que era antes.

Quais são os problemas que se identificam a Portugal, mas não são próprios de Portugal, ou seja, que são partilhados com os restantes países europeus?

O principal problema, que é a raiz de muitos outros, é a questão demográfica. É um problema comum à UE. Em Portugal é mais grave do que na generalidade dos outros países da UE. Isso implica duas coisas: no curto e médio prazo, uma política de imigração aberta. Eu vejo até com grande preconceito as pessoas que defendem uma imigração regulada e controlada. Eu acho que temos margem para acolher bastante mais gente do que aquela que temos acolhido: temos é que fazer de uma forma ordenada. Aliás, a Igreja devia avançar nesta causa da dignidade dos migrantes. Ao mesmo tempo, apostar em políticas altamente incentivadoras da natalidade. Há boas condições para a conciliação da vida familiar com a vida laboral como nunca houve no passado. Quer porque muitos já falam na questão da semana dos 4 dias, quer porque, depois da pandemia, já consideramos o trabalho a partir de casa, o teletrabalho.

D.

E estes problemas que identifica como sendo comuns, em particular o problema da pirâmide demográfica, podem ser resolvidos com soluções comuns ou está na esfera de cada um dos Estados resolvê-los?

Tem claramente de ser uma solução a nível europeu, mas os Estados têm de estar igualmente empenhados. Na UE sobrevivem 4 atitudes diferentes no que diz respeito à migração. Temos a atitude típica dos Estados que já têm muitos migrantes, como a Suécia, Holanda, Alemanha e Áustria. Depois temos os países recetores como a Grécia, a Itália, a Espanha. Depois temos alguns países de leste em que há verdadeiramente uma lógica de não querer migrantes nenhuns por questão de preconceito, caso da Hungria, ou caso da Polónia — até à crise ucraniana. Depois temos países como a Irlanda, como Portugal, como a Bélgica, como Luxemburgo, que mostram uma maior abertura que todos os outros.

Na UE sobrevivem 4 atitudes diferentes no que diz respeito à migração.

Acha que é possível encontrar uma solução convergente?

Eu acho que falta vontade política para encontrar uma solução convergente. Quando acolhemos um refugiado ou um migrante, por exemplo em Portugal. Ele pode querer sair.

Mas também se ele quiser ficar na Alemanha não podemos depois tirar da Alemanha e pô-lo noutra sítio qualquer.

O que estou a dizer é mesmo isso. Como é que havemos de lidar com isso? Corremos o risco de as pessoas virem para a Europa e depois se concentrarem todas no mesmo sítio e isto causar um problema. Por mais humanistas e generosos que queiramos ser, há problemas práticos que são precisos resolver. Uma coisa é nós termos os princípios, outra coisa é nós resolvermos os problemas. Nós temos de resolver os problemas de acordo com os princípios, mas os problemas têm dimensões práticas que se têm mesmo de enfrentar. E, muitas vezes, o ótimo é inimigo do bom, ou seja, soluções que não são as melhores, mas são as segundas melhores, porque o fundamental é mesmo nós conseguirmos preservar a dignidade de toda a gente.

(...) o fundamental é mesmo nós conseguirmos preservar a dignidade de toda a gente.

Qual é que foi, ao longo do discurso de Zelensky, a frase que mais o marcou?

Há uma expressão que me marcou muito e que foi repetida umas 20 vezes: o *European Way of Life*, o modo de vida europeu. É curioso que a esquerda parlamentar — socialistas, verdes e mesmo esquerda comunista e bloquista portuguesa — foram todos contra a existência de um comissário que tivesse como pelouro o *European Way of Life*, a defesa do modo de vida europeu. Pelos vistos, aqueles que estão fora da UE, acham mesmo que o *European Way of Life* é um modelo a seguir. E eu acho que é, mais até do que o *American Way of Life*, porque tem a

D.

ideia de liberdade sempre presente e de dignidade, mas com uma preocupação social e ambiental. É um modelo extremamente equilibrado. Nós não temos de ter vergonha de ser europeus, isso não faz de nós superiores a ninguém, mas é uma identidade. É como a questão de ser cristão, as pessoas têm vergonha de dizer que são cristãs ou não se poder dizer, quase que é proibido agora. Isso é um disparate total. Primeiro porque há muitos europeus que não têm etnia europeia nesse sentido do Homem caucasiano, depois porque, evidentemente, isso não é em nenhum caso uma menor consideração por qualquer outra forma de estar na vida ou por qualquer outra origem cultural.

(...) *European Way of Life* (...)

Antes de começarmos a nossa entrevista estava-me a dizer que já tinha antecipado a Guerra. A possibilidade. Quais eram os fatores e elementos que levaram a tal conclusão?

Em primeiro lugar, é um conhecimento da história e dos momentos da história. Houve também uma série de países, nomeadamente países nórdicos, países bálticos, a própria Moldávia, a Geórgia, sendo evidente para eles que acompanhavam a saga de Putin. Como conheciam bem os precedentes soviéticos, viam num conjunto de medidas, atitudes e até de discurso as sementes de uma guerra próxima. Todos alertavam para isto. Se, no início, parecia tudo exagerado e inflacionado, à medida que o tempo foi passando, verifiquei que pessoas muito razoáveis e com visão de complexidade alertavam para este risco constante. Tivemos um alerta primeiro, em 2008, com a invasão da Geórgia. Temos o exemplo de 2014, da anexação da Crimeia. A UE, muito por causa da liderança alemã, estava numa lógica mais geoeconómica do que geopolítica. Outro elemento de ponderação, ligado à Católica do Porto, tem que ver com uma reflexão do Cardeal Ratzinger. Ainda Cardeal, veio aqui ao Porto fazer uma conferência sobre a Europa e escreveu muito sobre as raízes da Europa. Já Papa foi publicada essa reflexão sobre a forma de um livro escrito enquanto Cardeal : “A Europa de Bento”. Dizia-se que a Europa do séc. XXI tinha muitas parecenças com a Europa de 2014. Aliás, em parte a escolha do nome Bento foi muito em homenagem do Papa Bento XV, Papa na Primeira Guerra e que teve um papel determinante na pacificação. Tal como em 1914, há um ano: ninguém queria criar a guerra mas, infelizmente, ninguém foi capaz de a parar.

O que tem a dizer sobre um potencial desfecho da guerra?

Não podemos dizer neste momento que a guerra é apenas com a Ucrânia. A guerra é feita na Ucrânia. Não temos alternativa senão apoiar a Ucrânia. Os ucranianos estão a morrer por nós. Estão a morrer por esse “*european way of life*”. Se a Rússia ganhar esta guerra, Putin e a Rússia não vão parar de maneira nenhuma na Ucrânia. Por isso é que eu digo que não há alternativa. Claro, poderia haver uma mudança de poder no Kremlin e criar aqui uma janela para uma outra solução. Se houvesse uma mudança palaciana no Kremlin, quem viesse iria querer algumas garantias, mas também que iria procurar uma paz sem uma humilhação russa. É uma coisa fundamental, mas parece que não é politicamente correto dizer: é fundamental não

D.

humilhar a Rússia. Relembrando a humilhação alemã. É inaceitável esta coisa de cancelamento dos russos! Não se pode ouvir concertos de Tchaikovski ou Stravinsky... não se pode ter uma aula sobre Tolstoi...

Tal como em 1914, há um ano: ninguém queria criar a guerra mas, infelizmente, ninguém foi capaz de a parar.

Acha que há condições para entrar na União Europeia?

Sim, depois de guerra. A Ucrânia está a responder a todas as solicitações da UE de forma rápida e de alta qualidade. É impressionante a qualidade da preparação que estão a fazer, como me tem atestado, pessoalmente, a Senhora Ursula von der Leyen. Portugal, infelizmente, foi sempre muito anti-Ucrânia. Hoje o critério de adesão vai ser geopolítico. Numa Europa de paz, a Ucrânia tem de ser da UE. Ganhou esse direito! Vamos ter que redesenhar a Europa. A Europa não vai ser igual. Como nós queremos e necessitamos que a Ucrânia ganhe ou que a Rússia desista para que sobreviva o nosso modelo de vida, é evidente que o mapa não vai ser igual.

Acha que com esse redesenhar na Europa ficamos mais longe ou mais perto de um modelo federalista?

Ao contrário do que as pessoas pensam, o federalismo protege os Estados pequenos: o

federalismo exige uma clara repartição de competências entre os estados federados e a federação. Na situação atual europeia existe uma espécie de amalgama em que se dá uma maior predominância aos Estados mais fortes. Num federalismo verdadeiro seria mais claro o que competiria a Bruxelas e o que competiria às capitais. Conseguindo uma paz na Europa, vai haver uma aceleração do processo de integração da Ucrânia e de outros países. Isso implica uma aceleração do modelo de funcionamento das instituições europeias. Exigir-se-á um tom mais federal à UE. Uma Europa a duas velocidades não é uma ideia necessariamente má. Só será má se os que estão no segundo círculo, não possam alcançar o primeiro. A UE é extremamente complexa. Valia a pena uma simplificação: um círculo mais integrado, onde estariam Schengen, Euro, etc. E um segundo. Seriam dois clubes: um com mais exigências e outro com menos. Seja como for se, depois da Ucrânia ganhar, esta não tiver uma entrada garantida na Europa, então, estamos a deixar a Ucrânia nas mãos da Rússia.

Não há um desígnio para o país, não temos um líder que seja capaz de inspirar os portugueses para um projeto.

D.

Há mais de uma década escreveu que Portugal tinha dois caminhos: o da transição ou o da convulsão. Qual é que acha que ganhou?

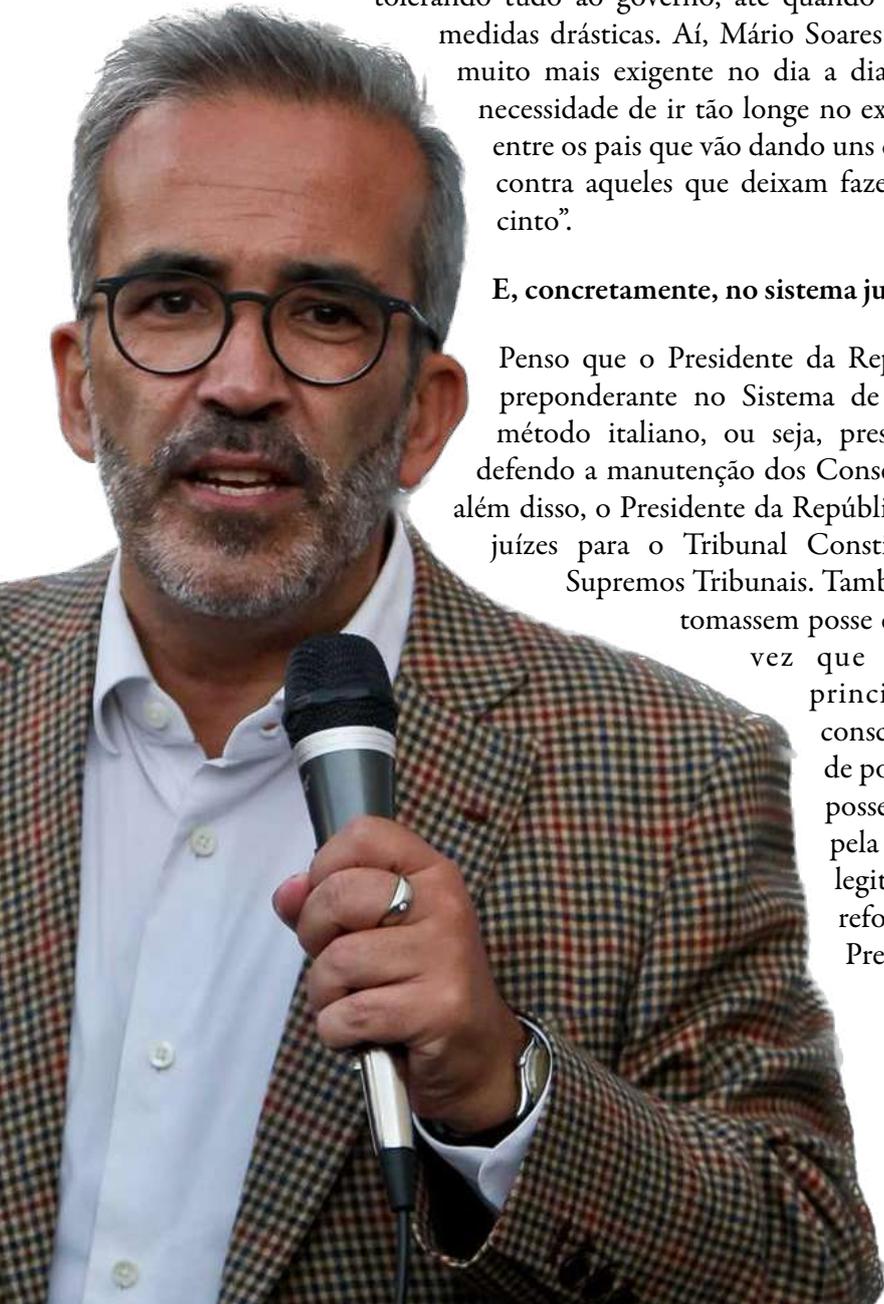
Acho que Portugal continua numa transição. Não sabemos para quê, mas não acho que tenha havido uma rutura. O que me parece é que estamos num impasse. Não há um desígnio para o país, não temos um líder que seja capaz de inspirar os portugueses para um projeto. É uma espécie de existência habitual.

O que implicaria o reforço do poder do presidente, nomeadamente nas áreas da política judicial e europeia, como escreveu tantas vezes?

Acho que a constituição como está tem tido uma leitura muito “parlamentarizante”, uma interpretação muito minimalista dos poderes presidenciais. Isso deve-se quer à postura de Jorge Sampaio quer de Cavaco Silva. Ambos arrogavam uma espécie de contenção e descrição judicial e ambos tiveram que exercer o poder de uma forma muito mais ostensiva. Vão tolerando tudo ao governo, até quando o descalabro é total e têm que tomar medidas drásticas. Aí, Mário Soares percebeu muito melhor o sistema: era muito mais exigente no dia a dia, vocalizava muito mais, e não teve a necessidade de ir tão longe no exercício de certos poderes. É a diferença entre os pais que vão dando uns castigos para ir modelando os seus filhos contra aqueles que deixam fazer tudo até terem de dar uma “coça de cinto”.

E, concretamente, no sistema judicial e na política europeia?

Penso que o Presidente da República deveria possuir um papel mais preponderante no Sistema de Justiça. Uma solução seria utilizar o método italiano, ou seja, presidir aos Conselhos Superiores. Aliás, defendo a manutenção dos Conselhos Superiores e não a sua fusão. Para além disso, o Presidente da República deveria ter o poder de indicação dos juízes para o Tribunal Constitucional, bem como alguns para os Supremos Tribunais. Também seria importante que todos os juízes tomassem posse diante do Presidente da República, uma vez que é fundamental que estes juízes, principalmente os de carreira, tenham consciência de que possuem uma delegação de poder popular, e, por isso, a sua tomada de posse e o acesso a novas funções é marcado pela presença de alguém que possui uma legitimidade popular direta, no sentido de reforçar esses laços. Na Constituição, o Presidente da República possui apenas



D.

poderes verdadeiramente extraordinários nas medidas de graça e clemência. Assim, na justiça, existe um défice claro da presença do Presidente da República. Não é por acaso que utilizamos a expressão: o Presidente da República é o mais alto magistrado da nação. No caso das Forças Armadas, o Presidente da República deveria ter um papel mais ativo na indicação das chefias militares. O Presidente da República deveria ter uma maior responsabilidade na nomeação do Governador do Banco de Portugal. Relativamente ao Procurador Geral da República, o Presidente da República deveria poder nomeá-lo sem precisar de indicação do Governo, passando assim a ser uma competência exclusiva. A escolha dos presidentes, ou até dos conselhos em geral das entidades reguladoras, deveria passar pelo Presidente da República. No que se refere à política europeia, foi decidido, desde o início, que compete ao Primeiro-Ministro representar Portugal nos Conselhos Europeus. No entanto, não é isto que acontece com a França, Roménia e Lituânia, isto é, países que possuem sistemas semipresidenciais, onde a política externa é um domínio próprio do Presidente da República. Em Portugal, admito que não é assim e que não deva ser, mas o Presidente da República poderia ser ouvido sempre que fosse realizado um Conselho Europeu, tal como é o Parlamento, visto que as políticas europeias são políticas decisivas para o país.

A propósito da mudança das características da Presidência da República, no âmbito de uma revisão constitucional, suscita-se a alteração para um só mandato, com um período mais longo. É uma ideia que o agrada ou prefere o modelo atual?

O PSD propôs o mandato único de sete anos. Isto dá mais intencção ao Presidente da República.

O PSD propôs o mandato único de sete anos.

Deixa o primeiro mandato de ser condicionado pela ideia da eleição de um segundo?

Sim. O que nós vimos em todos os Presidentes da República, isto aplica-se a Mário Soares, a Jorge Sampaio, a Cavaco Silva e a Marcelo Rebelo de Sousa, é que o primeiro mandato é mais cordato que o segundo, já que tem a expectativa da reeleição. Penso que, no caso português, não existiria nenhum problema nesta mudança. Dadas as competências e a tradição do Presidente da República, o septanato poderia funcionar perfeitamente. Para mim, “esta questão não é de vida ou de morte”. É mais importante reforçar as competências do Presidente da República naqueles sentidos que eu referi do que propriamente alterar a duração do mandato. Mas acho que não se perdia nada em mudar, talvez até se ganhasse com isso.

Acha que terá apoio da parte do PS para avançar com essa mudança?

Não. No caso do septanato, penso que não haverá grande margem para apoiar. E, mesmo no caso do reforço dos poderes presidenciais, também penso que não, porque o PS está fora da Presidência da República há imenso tempo. Deixou de ser apoiante do Presidente da República e dos seus poderes, porque, obviamente, perdeu esse cargo. São raciocínios curtos: existirá um

D.

dia em que o Presidente da República virá de outro espectro. Espero que não seja o caso na próxima vez mas, com certeza vai acontecer, é próprio das democracias. Por isso, nós não devemos alterar a Constituição, nem sequer legislar a pensar quem agora está no poder ou quem vai estar a seguir, porque a verdade é que a alternância faz com que essas medidas depois possam ter efeitos diferentes daqueles que as pessoas esperavam.

Hipoteticamente, alguma vez consideraria servir como Primeiro-Ministro ou Presidente da República?

Está fora do horizonte, mas como Primeiro-Ministro não posso dizer que já não pensei nisso, porque fui candidato à liderança do PSD duas vezes. Portanto, uma pessoa que foi candidata à liderança do PSD duas vezes, tinha que se ver como Primeiro-Ministro. Mas, hoje em dia, é uma questão que está fora do horizonte.

Vou usar uma expressão sua, onde quero acima de tudo aferir a visão que tem da sociedade: acha que a sua orientação sexual alguma vez gozaria do “direito à indiferença” no exercício de qualquer um destes cargos? Ou ainda não chegámos a esse ponto?

Ainda não chegámos a esse ponto. Acho que, em Portugal, isso não seria determinante, mas não deixaria de ter algum peso. Portugal é um país “tolerante”, quer dizer que não veta. Mesmo no passado, isso já poderia ter acontecido. Nestes casos, é sempre mais difícil, existe uma desvantagem.

Portugal é um país “tolerante” (...)



D.

Acha que serviu como exemplo para alguns jovens que possam ter medo?

Com toda a sinceridade, acho que servi de exemplo para jovens, para pessoas da minha idade e para pessoas mais velhas. Por vezes, quando se fala na orientação sexual existe o estereótipo de um jovem que foi oprimido nas suas famílias e que teve de lutar contra tudo e contra todos. Com certeza, existem muitas pessoas nesta situação, mas também existem pessoas que não. Por exemplo, há muita gente, como eu, que é cristão. Ser cristão e ser homossexual é um exemplo, do meu ponto de vista, porque somos muitos assim e é preciso que se diga isso. Por exemplo, eu posso ter esta orientação sexual e ser contra a eutanásia: sobrevive o dogma de que uma pessoa, porque tem uma determinada orientação sexual, tem que possuir uma determinada visão do mundo. Não tem. A diversidade é justamente isso. Não pode existir uma tribalização: uma pessoa não pode ser prisioneira de uma qualquer identidade, porque a identidade é individual.

Ser homossexual é equivalente a ser de esquerda?

Na Europa, os primeiros líderes mais conhecidos de fações de direita radical eram homossexuais: estou a pensar no Pim Fortuyn da Holanda e no Jörg Haider da Áustria, nos anos 2000. Este assunto nos Países Escandinavos não é uma questão. Ninguém acha que uma pessoa por ser homossexual é de esquerda ou de direita, uma situação não está relacionada com a outra. Aqui, em Portugal, precisamos disto. Quando fiz essa declaração pública, recebi imensas cartas e e-mails de mães a agradecerem o gesto que eu tinha tido, porque tinham filhos que estavam naquela situação, elas próprias não conseguiam falar com eles e esta declaração teria ajudado. Um facto curioso e interessante foi a quantidade de pessoas de idade avançada, ou seja, com mais de oitenta anos, que saudaram o meu gesto e até muitas no meu círculo, que é um círculo mais conservador, de famílias católicas. Para mim, isto são sinais de otimismo.

Ser cristão e ser homossexual é um exemplo, do meu ponto de vista, porque somos muitos assim e é preciso que se diga isso.

Framework for income taxation for businesses in Europe (BEFIT) without DEBRA

by Christoph Spengel

The economic crisis following the COVID-19 pandemic has increased the debt levels of corporations and reduced the level of investments. From a tax perspective, interest payments on debt are generally deductible from the corporate tax base, while costs related to equity are not. This debt-equity bias is a deep-rooted issue in today's tax system and inhibits equity-financed investments. From a microeconomic perspective, the bias leads to socially undesirable inefficiencies in capital markets, resulting in welfare losses. From a macroeconomic point of view, high debt levels hinder economic growth.

The economic crisis following the COVID-19 pandemic has increased the debt levels of corporations and reduced the level of investments.

To provide a stable and supportive tax environment for a sustainable recovery after the corona crisis, the European Commission has published a framework on “Income Taxation for Businesses in Europe for the 21st Century” (BEFIT) in May 2021. BEFIT is desirable to harmonize the corporate tax base across EU member states. However, in addition, a debt equity bias reduction allowance (DEBRA) should be developed within BEFIT to address the tax-induced distortions of debt financing.

BEFIT is desirable to harmonize the corporate tax base across EU member states. However, in addition, a debt equity bias reduction allowance (DEBRA) should be developed within BEFIT to address the tax-induced distortions of debt financing.

The European Commission intends to lower the debt-to-equity ratio by mitigating the tax-induced debt-bias. If the debt-to-equity ratio amounts to 100%, a corporation is equally financed by debt and equity. According to recent OECD statistics, the average debt-to-equity ratio of non-financial corporations in the EU amounts to 90% in 2019, which indicates, on average, a financially stable financing structure. Compared to the US, however, EU resident companies have on average a 30% to 70% higher debt-to-equity ratio. In addition, substantial differences across industrial sectors and firm sizes exist.

Even if recent statistics on average do not reveal exceptionally high debt-to-equity ratios, the structural tax-induced distortion of financing decisions is undesirable and leads to adverse economic effects. Depending on how corporate investments are financed, different tax burdens arise. To address the bias, the overall treatment of financing costs and capital income has to be considered – hence, corporate and shareholder taxation.

(...) the structural tax-induced distortion of financing decisions is undesirable and leads to adverse economic effects.

DEBRA should not be introduced in an EU-wide harmonised way, as DEBRA and comparable concepts aiming to reduce the debt equity bias at company level require subsequent adjustments in the personal income tax. These adjustments are not only relevant for taxing transparent businesses, they interfere to personal income tax regarding the treatment of savings. The personal income tax lies according to the European Treaties, however, in the sole competence of the member states.

DEBRA should not be introduced in an EU-wide harmonised way (...).

D.

As an effective measure to address the debt equity bias on a national level, the dual income tax can be considered. Under dual income tax, which prevails for instance in Norway, business income is taxed at the corporate level, and any interest payments are deductible. At the personal income level, labour income is subject to progressive income taxation while a flat tax rate, equal to the corporate tax rate, is applied on capital income. Profit distributions that have already been subject to corporate tax and do not exceed a predefined standard rate of return are tax-exempt at the personal level. Distributions exceeding the standard rate of return shall be taxed at a flat tax rate leading to an overall tax burden similar to the progressive income tax rate. Such a dual income tax system establishes not only financing neutrality but also neutrality concerning profit distributions and legal forms. Consequently, a dual income tax system is well suited to fulfil the objectives stated by the European Commission.

As an effective measure to address the debt equity bias on a national level, the dual income tax can be considered.

Christoph Spengel

**CHAIR OF BUSINESS ADMINISTRATION AND
TAXATION II AT THE UNIVERSITY OF MANNHEIM**



D.



ARE CENTRAL BANK DIGITAL CURRENCIES A GOOD IDEA?

Central Bank Digital Currencies (CBDCs) are deposit certificates that allow firms and individuals to open accounts in central banks (CBs). There are two ways in which CBDCs can be developed. One is simply the addition of the certificate to the current payment system, and the other, the one I will focus on in the text, relies on a complete transformation of the payment system through blockchain.

One is simply the addition of the certificate to the current payment system, and the other, the one I will focus on in the text, relies on a complete transformation of the payment system through blockchain.

The token would be an electronic version of cash accessed through digital wallets. Through them, consumers could use it to invest and spend using nothing more than a phone. However, a critical remark made by the Bank of England is that the token would not replace cash. According to the institution, as long as consumers are willing to use physical money, the "Digital pound" will not change that.

D.

Nevertheless, such a structural change would involve a massive initial investment to change the clearing and settlement process from staff specialization to hardware and software. What guarantees that the cost will not exceed the benefit? CBs do not have a clear answer to this matter and may never do, as the judgement includes many qualitative variables. Still, a mechanism to save on the process could be contracting with private entities already acquainted with crypto tech, as China did with the help of 4 leading banks to start the test of their CBDC in April 2020.

Another argument favouring the token is to improve the efficiency of monetary policy. Assuming that the token would yield interest, the interest rates could improve monetary policy transmission into the economy, especially if bank notes are no longer an option. However, reputational risks may arise from such power, as governments could not only destroy money with a negative interest rate but also have access to all the transactions of the population.

A third argument favouring CBDCs is the "stability" they would bring to the crypto market by introducing a regulated token competing with stablecoins. Stablecoins are a crucial element to ensure liquidity within the crypto market as they smooth trading by reducing the time of transactions. The significant advantage of CBDCs against them would be the insurance of the pegging condition, something violated in the last year, even by the most traded token, Tether USD. Still, is this enough to reduce the risks in the crypto market? Or will the CB expose the entire economy to technology that is still very far from adequately regulated, as the FTX fall showed?

(...) will the CB expose the entire economy to technology that is still very far from adequately regulated, as the FTX fall showed?

All the previous points lead me to conclude that introducing such a transformation in the payment system should take more time and effort in the design. CBs must carefully run the efficiency gains calculations as the current system does not seem inefficient from the consumers' point of view. Furthermore, putting such an essential piece of the economy in a very unregulated and volatile technology may provoke unpredictable outcomes and expose depositors to unnecessary risks.

Rúben Pimentel

DOUBLE MASTER STUDENT AT CPBS AND LANCASTER MANAGEMENT SCHOOL

D.

O DIURNA. EM BRAGA

Sinodalidade Universitária

Há dias, no encontro nacional de docentes organizado pela Pastoral do Ensino Superior, refletiu-se sobre a aplicação do princípio da sinodalidade ao contexto universitário. Constituiu uma excelente oportunidade para refletir sobre o *caminho* – ou os caminhos – que percorremos *juntos/as*, no dia a dia da vida universitária, não como uma multidão massificada e uniforme, mas em interação dinâmica, plural e responsável.

É nesse horizonte que saúdo com especial alegria a adesão da comunidade académica do Campus de Braga ao projeto “Diurna”, enquanto fórum que, na forma de uma revista, promove e recolhe os resultados da interação dos diversos membros da comunidade “Católica” em todos os Campi. Trata-se, de facto, de um importante impulso para a promoção da sinodalidade académica na UCP.

É nesse horizonte que saúdo com especial alegria a adesão da comunidade académica do Campus de Braga (...). Trata-se, de facto, de um importante impulso para a promoção da sinodalidade académica na UCP.

Por um lado, dá corpo a uma dinâmica de aproximação entres as comunidades dos quatro locais onde a universidade articula o seu trabalho. Ainda há muitas dimensões em que somos puros desconhecidos, apesar de pertencermos à mesma universidade. A vantagem da nossa plurilocalização pode pagar o preço desse alheamento e de uma focagem quase tribal no nosso local de trabalho. O conhecimento daquilo que vai acontecendo nos outros locais e dos seus principais atores permitirá, certamente, a superação progressiva dessa tradicional miopia.

D.

Ao mesmo tempo, mesmo em cada Campus, a tendência para o isolamento em áreas científicas ou de ensino, em escolas ou faculdades, pode muitas vezes acentuar esse tribalismo, não favorecendo a abertura à diferença de contextos e à interação dialogante entre esses contextos. Também aqui se espera que a Diurna ajude à promoção da transdisciplinaridade científica e institucional, a ser aplicada no quotidiano do nosso trabalho.

Por outro lado, uma comunidade universitária é constituída por sub-comunidades que às vezes se fecham em compartimentos estanques: alunos, docentes, colaboradores... Uma das minhas maiores expectativas é que a Diurna ajude a eliminar as barreiras entre esses diferentes grupos, dando corpo a um espírito universitário verdadeiramente sinodal. O fato de a iniciativa partir dos alunos e envolver membros de todos os outros grupos é um extraordinário sinal de futuro. Devo confessar o meu orgulho por pertencer a uma universidade cujos alunos possuem sensibilidade e capacidade para semelhante iniciativa – contrariando a ideia comum de que a atual geração é marcada pela falta de iniciativa e compromisso.

Uma das minhas maiores expectativas é que a Diurna ajude a eliminar as barreiras entre esses diferentes grupos, dando corpo a um espírito universitário verdadeiramente sinodal.

Desde o seu aparecimento na alta Idade Média, a universidade tem conhecido enormes transformações, sendo muitas vezes usada e abusada por instâncias e grupos apenas para satisfazer os respetivos interesses. Mas é importante que nunca esqueça completamente o espírito original; segundo esse espírito, a comunidade académica, na diversidade dos seus atores – dos quais os alunos são, sem dúvida, os mais importantes – percorre e abre caminhos em permanente interação, procurando apenas dar um significativo contributo para toda a humanidade. E esse contributo não se pauta simplesmente pelos resultados da sua pesquisa, ou pela preparação de futuros quadros das diversas sociedades – o que já é muito significativo – mas também e talvez sobretudo pelo modo como se faz o caminho universitário: precisamente na interação conjunta dos diversos atores envolvidos, sem privilégios e sem relações unidirecionais de poder. Isso é precisamente sinodalidade; e isso é o quotidiano da vida universitária; e é ao serviço desse quotidiano que se coloca a Diurna, a quem desejo longa e fértil existência.

João Manuel Duque

PRÓ-REITOR DA CATÓLICA EM BRAGA

D.

O DIURNA. EM VISEU

O desafio da interioridade

Portugal é um país com uma forte tradição centralizadora, em que grande parte das instituições de ensino superior estão localizadas nas grandes cidades, especialmente em Lisboa e Porto. A interioridade de Portugal apresenta uma série de desafios para universidades que localizam os seus campi no interior do país.

A interioridade de Portugal apresenta uma série de desafios para universidades que localizam os seus campi no interior do país.

São disto exemplo: a Demografia da população, com menor densidade (no Centro diminui 5% e na região de Dão-Lafões diminui 8% em 20 anos) e mais envelhecida (com um índice de envelhecimento de 229 no Centro e de 246 na região de Dão-Lafões que comparam com 182 em Portugal) do que nas grandes cidades, afeta a procura por programas de graduação e pós-graduação, bem como a capacidade de atrair e reter talentos; a assimetria da remuneração das famílias, em que o salário é de 87% no Centro e de 86% na região de Dão-Lafões, relativamente à média nacional, dificulta o financiamento do ingresso dos jovens no ensino superior, o que depois limita as suas oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal; as infraestruturas limitadas, concretamente as dificuldades de acesso ferroviário e rodoviário; e a significativa concorrência das universidades estabelecidas nas grandes cidades, pois atraem estudantes e professores com mais facilidade.

O IGOS - Instituto de Gestão e das Organizações da Saúde é uma Unidade Básica da Universidade Católica no campus de Viseu, sucedânea de unidades anteriores que oferecem desde 1985, quase há 40 anos, formação graduada e pós-graduada na área da Gestão, e que vai

D.

promover no próximo ano letivo várias ofertas inovadoras na área da Gestão em Saúde, em parceria com a Católica Porto Business School. O IGOS contribui para contrariar os desafios enunciados e para a formação de milhares de quadros superiores com o propósito de desenvolver a região em que o IGOS atua, mas também organizações nacionais e internacionais.

A colaboração com a comunidade local tem sido, também, essencial para o sucesso da Universidade nesta região do interior, trabalhando em estreita ligação com as empresas e organizações locais e as autoridades municipais e supramunicipais para entender as necessidades da região e adaptar seus programas a essas necessidades.

Em resumo, a interioridade de Portugal apresenta vários desafios para universidades que se localizam em áreas menos desenvolvidas do país. No entanto, com um planeamento cuidadoso e uma abordagem colaborativa, esses desafios podem ser superados, permitindo que a educação superior seja oferecida a todos, independentemente de onde vivem.

(...) esses desafios podem ser superados, permitindo que a educação superior seja oferecida a todos, independentemente de onde vivem.

O IGOS é um dos contributos da Católica para o combate das assimetrias regionais existentes em Portugal, contribuindo para que a região de Viseu seja, ainda assim, um reconhecido foco de progresso no interior do país. O IGOS tem por missão corresponder às necessidades da região em que se integra, contribuindo para o seu desenvolvimento, promovendo a formação de profissionais competentes, facultando aos seus estudantes uma formação integral, capaz de lhes proporcionar as mais amplas perspetivas de realização pessoal, a par de um ensino de excelência, promovendo uma formação alicerçada em princípios e valores éticos, que caracteriza e distingue a Universidade Católica.

Paulo Almeida Pereira

DIRETOR DO IGOS DA CATÓLICA EM VISEU

D.

MANUEL LUÍS GOUCHA

O PAPEL DA
COM O SR. **TELEVISÃO**

D.

Nuno Brochado de Agarez
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.

MANUEL LUÍS GOUCHA

Manuel Luís Goucha é uma figura incontornável para qualquer português que tenha ligado a televisão nas últimas décadas. Com uma forma de estar muitíssimo própria, confesso, aprendi com o próprio, através da distância imposta a qualquer telespectador, mais que muito. Nesta conversa, nos estúdios do programa com nome próprio que protagoniza, trocou o lugar de entrevistador pelo de entrevistado para uma conversa entre um principiante e um veterano.

A Televisão também é pedagógica?

Contrariando até algumas opiniões que eu já ouvi nesta casa, a televisão tem de manter essa função pedagógica. Não de forma aborrecida, pode ser de forma lúdica. Até pode ser através do entretenimento, o meu programa é de entretenimento.

Foi a expectativa de encontrar no Sr. Televisão esta posição de princípio que mais motivou o Diurna. para esta conversa.

Tem alguma viagem de sonho, feita ou por fazer?

Por fazer, tenho uma, adiada há 20 anos, que eu espero fazer quando deixar de fazer programas diários: ir à Lapónia, à aldeia do Pai Natal, para estar com o próprio.

Tem um lema de vida?

Tenho. É o *carpe diem*. É viver intensamente o dia como se fosse o último.

D.

O que é que o apaixonou na televisão desde tão novo?

Quando eu era novo, a televisão era a única janela, antes de 1974, em Coimbra. Sou lisboeta, mas vivi em Coimbra até aos meus 17, durante 13 anos. Portanto, a televisão era a janela aberta para o mundo. Era a televisão que me dava a conhecer o teatro, que me dava a conhecer o Alentejo, que me dava a conhecer os artistas populares, que me dava o prazer de ouvir alguém com carisma. Por exemplo, eu ficava fascinado a ouvir o Vitorino Nemésio, escritor, açoriano, com um sotaque cerrado e que usava palavras inspiradoras, palavras caras que me obrigavam a ir ao dicionário para tentar percebê-lo melhor. O que é certo é que eu ficava agarrado a esses grandes comunicadores da televisão. Portanto, a televisão deu-me esse mundo, um mundo novo para uma criança que na cidade de Coimbra e nos anos 60 não teria muitas hipóteses de alimentar a sua sede de conhecimento, a não ser os livros que lia e que devorava.

Se tivesse recursos ilimitados, que programa de televisão conceberia do zero?

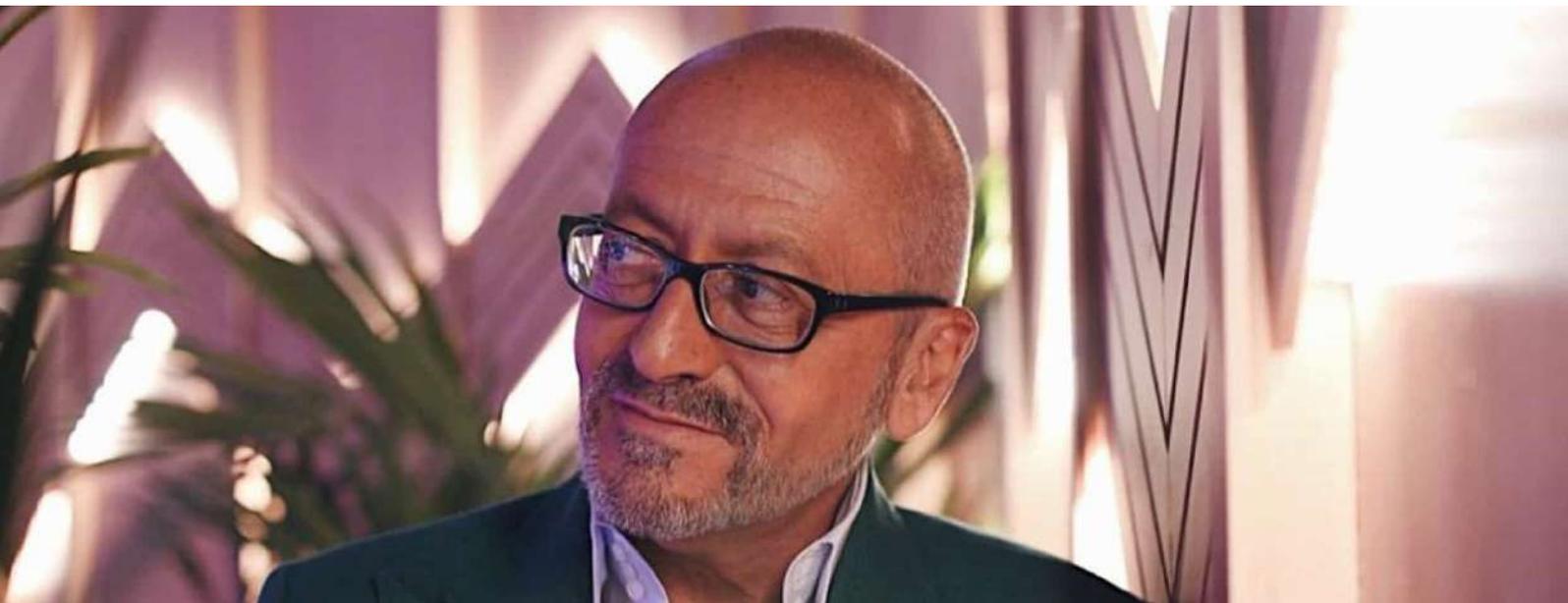
Neste momento, acho que estou a fazer o programa pelo qual, mesmo que inconscientemente, lutei sempre. O prazer de conversar com tempo durante 45/50 minutos:

às vezes, acaba uma conversa e ainda ficou tudo por dizer. Esse é o programa que, neste momento, me assenta que nem uma luva, ainda por cima, nesta fase da minha vida. É um programa básico, é sentar-me à frente de uma pessoa e conversar com ela. É um programa barato. Agora podia-me dizer: “Se tivesse muito dinheiro, melhoraria o programa?”. Talvez embrulhasse as VT’s de apresentação de forma diferente. Mas um programa destes também não necessita de muito mais, porque aquilo que conta é a conversa pura e dura e a qualidade do entrevistado.

Eu costumo sempre dizer que não faço uma entrevista, faço conversas.

E do entrevistador?

Mais do entrevistado. Eu costumo sempre dizer que não faço uma entrevista, faço conversas. O que é uma entrevista? Uma entrevista é um enunciado, é um elenco, é uma agenda de perguntas. Há entrevistas em que as perguntas se sucedem e não se explora a resposta. Porque há um elenco, há uma agenda de perguntas. Eu pergunto “mas porquê?”. Eu quero saber, eu quero esmiuçar uma resposta se ela me despertar curiosidade, isto é uma conversa. Portanto, a conversa segue ao ritmo do entrevistado, da pessoa que está do outro lado.



D.

E se lhe surgir a maior barbaridade que, inclusive, fere o seu conceito de justiça, como é que se lida com isso?

Lida-se, manifestando que não estou de acordo, uma conversa também é isso. Nós conversamos com amigos e não estamos de acordo com eles e esgrimimos argumentos. Eu já entrevistei o André Ventura, por exemplo, em plena campanha para as eleições presidenciais, e houve muitas coisas que ele disse que contrapôs, usando os meus argumentos.

Falando sobre a televisão em geral. Que papel é que a televisão (ainda) tem na sociedade portuguesa?

Há muito tempo que a televisão, com as privadas, mas sobretudo com a TV por cabo — que possibilita que cada pessoa possa ter 200 ou 300 canais, para além das plataformas onde as pessoas vão buscar aquilo que querem ver — se permite que cada pessoa faça a sua própria televisão. Independentemente de toda essa oferta, até porque uma boa parte dos portugueses, possivelmente, não tem essa possibilidade — como no interior do país ou perante os mais velhos — restam os 4 canais generalistas: RTP1, RTP2, SIC e TVI. A televisão não é apenas uma forma de entretenimento e pode convocar, fazer refletir e informar. Para mim, a televisão não é só entretenimento.

Também é pedagógica?

Contrariando até algumas opiniões que eu já ouvi nesta casa, a televisão tem de manter essa função pedagógica. Não de forma aborrecida, pode ser de forma lúdica. Até pode ser através do entretenimento, o meu programa é de entretenimento. Contudo, tenho conversas que eu acredito serem enriquecedoras. Outras nem tanto.

Acha que é justo dizer — tendo em conta que no interior, nomeadamente nas populações mais envelhecidas, ainda se vive essa realidade dos 4 canais — que as televisões generalistas se dedicaram a fazer televisão para velhos?

Não, porque, por exemplo, durante anos e anos, os programas da manhã eram tidos como programas para reformados, a televisão com uma certa função social cuja matriz é muito idêntica, seja na RTP, seja na SIC, seja na TVI, mas o que é certo é que hoje em dia quem vê a televisão de manhã não são apenas os reformados, ou os mais velhos. Há muitos jovens que a acompanham. Eu acho que essa ideia de que em certos horários só os velhos é que veem também já há muito se esbateu, há muito que caiu por terra.

Contrariando até algumas opiniões que eu já ouvi nesta casa, a televisão tem de manter essa função pedagógica.

D.

A televisão perpetua os piores lados da sociedade?

A televisão pode potenciar o pior, como também pode potenciar o melhor e valorizar o melhor. Eu tento, através do meu trabalho, valorizar o melhor das pessoas e não o pior.

Dá-se demasiado destaque à desgraça?

Dá-se demasiado destaque à desgraça. Há uma tendência em todos os canais, mas eu acho que isso tem a ver com o *voyeurismo* português. Vê-se a televisão, como quem vê um acidente de viação, indo na faixa contrária. No meu trabalho, e sobretudo nestas conversas que tenho à tarde desde há 2 anos, eu não escarafuncho a dor. Eu tenho “linhas vermelhas” como profissional de televisão. Claro que lido com histórias dramáticas, de vidas muito complicadas, de vidas sofridas, de doenças, mas procuro sempre os exemplos de superação, quem deu a volta, quem ultrapassou, como é que ultrapassou e demoro pouco tempo no episódio mais desgraçado. A desgraça e as lágrimas causam-me pudor, tenho muito pudor em explorar a dor alheia e, por isso, tento sempre o outro lado, o da superação, tento sempre que aquela conversa acabe por encerrar uma mensagem positiva de exemplo para outras pessoas que possam estar a passar pelo mesmo. Explorar a desgraça, forçar a lágrima, explorar essas lágrimas e colocar a voz num tom mais baixo para fingir que estou muito sofrido e muito solidário, isso, não faço.

Não acha que as crónicas criminais são uma boa forma de acicatar o populismo político?

Essa foi uma questão que eu muitas vezes verbalizei no ar. Até que ponto, ao falarmos todos os dias de casos de violência doméstica, não estamos a conceder mediatismo aos criminosos, aos agressores? Mas também temos o outro lado. Pode ter uma função pedagógica, se acompanhada de várias mensagens para as pessoas agredidas para que não se deixem agredir mais, no caso da violência doméstica.

Até que ponto, ao falarmos todos os dias de casos de violência doméstica, não estamos a conceder mediatismo aos criminosos, aos agressores?

Mas isso é no caso da violência doméstica. Uma facada no vizinho. Um roubo de um carro. Tudo feito na hora. Notícias que aconteceram naquela madrugada, acompanhadas pela equipa mais próxima, sem quaisquer diligências ou reflexões prévias.

É uma televisão *voyeurista* que eu não aprecio.

E que cativa o populismo político?

Cativa o populismo político e cativa a necessidade *voyeurista* do público. Acredito que é uma fase.

D.



Acha que já foi diferente?

Já foi diferente. A Praça da Alegria não a faz. Eu nunca fiz na Praça da Alegria. Nos primeiros tempos, eu não fiz no Você na TV. Nunca fiz no Olá Portugal, antes do Você na TV. Isto são fases, são ciclos. E eu acredito que esse ciclo se venha a esbater, eu espero que sim. Depois há também, dentro da crónica criminal, assuntos que podem ter dois prismas para serem abordados e que talvez tenham uma função pedagógica.

Voltando até à pedagogia e àquilo que já tínhamos falado antes. A televisão, particularmente o entretenimento, seja um programa como o seu ou até um *reality show* é pedagógico ou é só para passar o tempo?

Um programa como o meu não acredito que seja só pedagógico, pelas razões que já lhe disse. Um *reality show*, e eu já fui preconceituoso em relação aos mesmos, é essencialmente entretenimento. Mas há aqui uma viragem com a Edição apresentada pelo Cláudio Ramos. O de 2020 trouxe para a discussão dentro da casa temas sociais, alguns deles fraturantes.

E também a Casa dos Segredos 7.

A Casa dos Segredos 7 traz, para a discussão e para um país ainda fechado em relação a muitas coisas, a questão do casamento entre dois homens. Este programa foi feito com muita dignidade, não foi feito de forma a querer chocar ou querer impor o que quer que seja. A Casa

D.

dos Segredos apresenta um casal de dois homens a um país que se rende ao casal e que dá vitória a um dos elementos. E isso é muito curioso. As coisas estão a ir muito velocemente: o *BigBrother* teve uma função de mero entretenimento, depois foi um laboratório social, porque se vê e analisa o comportamento das pessoas. Depois entramos numa outra fase, que me parece interessante: a discussão de certas questões daquela “micro-sociedade” são extrapoladas, nomeadamente, para programas como o da manhã ou o da tarde. É essencialmente entretenimento, mas que pode não ser um entretenimento bacoco e absolutamente nulo. Os *reality shows* acabaram, nesta última fase, por trazer para a discussão em praça pública temas muito interessantes.

Há vários caminhos para chegar lá, o meu é pelo trabalho, porque me dá gozo.

Os *reality shows* são a melhor forma de ir captar talento para a televisão?

Não. Também é uma coisa curiosa, talvez porque comecei a ficar mais atento aos *reality shows* a partir do momento em que os fiz, porque, tal como lhe disse, tinha esse preconceito. É um preconceito idiota porque as pessoas são muito mais do que mostram ali enquanto concorrentes. Ainda muitas pessoas consideram os *reality shows* como uma entrada automática para o mundo da televisão. O que é certo é que já não sei quantas centenas de concorrentes passaram e contam-se pelos dedos de uma mão (e sobram dedos) pessoas que tenham ficado. A Fanny é um caso deles. Acho que ela é a pessoa certa para o tipo de programa que faz. Mais, é preciso ir ver a reação do público das terras por onde passa o “Somos Portugal”: as pessoas gritam o nome da Fanny, e faz

sentido. A Fanny é uma daquelas pessoas que é povo, que é emigrante, é autêntica. Temos a Marta Cardoso também, fez-se uma belíssima apresentadora, profissional, trabalhou, investiu na formação.

Por falar em formação, vale a pena fazer um curso para se trabalhar na televisão?

Hoje em dia, eu acho que vale. Eu faço televisão há 45 anos, 30 dos quais diariamente, claro que naquele tempo não havia curso algum. Tinha-se esse talento (ou não) e depois trabalhava-se. Eu sei para onde é que vou, eu sei qual é o meu caminho. Eu sei que marco pelo trabalho, aliás, muitos convidados elogiam o modo como o Manuel Luís se prepara, mesmo colegas meus que dizem que sou quem melhor se prepara. Há vários caminhos para chegar lá, o meu é pelo trabalho, porque me dá gozo.

Os *reality shows* acabaram, nesta última fase, por trazer para a discussão em praça pública temas muito interessantes.

D.

Sente que através da televisão mudou alguma coisa na sociedade em temas como a violência doméstica, a homossexualidade, a sexualidade em geral? Lembro-me de que não eram temas muito falados na televisão. Foi com a onda ou provocou a onda?

Eu acho que todos os assuntos têm que ser discutidos, se não for num programa de entretenimento, há outro tipo de programas: os da informação. Há conversas que talvez não caibam no alinhamento da manhã porque acabam por se esboroar no contexto de um programa de entretenimento. Por exemplo, uma conversa com um homem de extrema-direita, o Mário Machado, não se pode ter no contexto de um programa “magazinesco”, como é o caso do programa da manhã. Num programa da tarde (50 minutos ali, olhos nos olhos, a esgrimir), talvez já pudesse. Mas mais eficaz é, por exemplo, num debate, à noite. Ou numa conversa com outro peso num horário noturno. Eu acho que todos os temas devem

ser abordados, provocando nas pessoas a reflexão, e se convocarem para a discussão em família, tanto melhor. Portanto, não há temas tabu. Em relação à sexualidade, eu acho que, mais do que os temas, é a atitude das pessoas, que, nomeadamente, em televisão, podem fazer muito pela normalização de um assunto, que não tem que ser assunto (e eu terei sido dos primeiros).

Sem tentar chocar.

Com certeza, o choque não leva a lado nenhum. Eu acho que o choque, em tudo, é contraproducente e, volto a repetir: por muito que desagrade à comunidade LGBT, mais não sei quantas letras, quando eu digo “Não gosto de paradas gay”, não quer dizer que não as haja, cada um faz da sua vida o que quiser, eu acho é que, por vezes, parada gay pode ser contraproducente, como algumas atitudes, tão radicais no seu revolucionarismo (não sei se a palavra existe), que podem ter um efeito contraproducente.



D.

Estão a reabrir-se temas que pareciam estar perfeitamente estabilizados... nos Estados Unidos, por exemplo.

Não nos faz falta um programa como o do José Hermano Saraiva?

Faz. E cabe numa televisão privada? Não! Mas sabe uma coisa? Isto é muito curioso, porque, às vezes, há dúvidas em relação aos convidados que eu tenho, nomeadamente, no “Conta-me”. Eu sugeri o Luís Osório para um “Conta-me” e houve uma certa estranheza. E eu digo assim: “*Meus amigos, nós temos que trazer qualidade, porque se nós damos sempre bitoque e não damos um bife de lombo, a pessoa não sabe a que sabe um bife de lombo e vai continuar a comer o bitoque*” (sem ofensa para o bitoque, eu costumo dizer que é um pedaço de carne sem estatuto, porque não chegou a bife). O que é certo é que o Luís Osório ganhou audiência, no “Conta-me”; trouxe-o aqui, esta semana, e ganhou também. Pacheco Pereira: eu sempre quis conversar com Pacheco Pereira. Fiz um “Conta-me” com Pacheco Pereira, que suscitou o medo de algumas pessoas (“*Ai, Pacheco Pereira, porquê Pacheco Pereira?*”) – ganhou as audiências!

Consegue eleger a melhor entrevista que já fez?

Não consigo. Acho que está por fazer, não é?

Mas das que estão para trás, alguma de que tenha particular orgulho.

Tenho muito orgulho na conversa que tive com a Cristina, muito recentemente, foi uma conversa que deu muito que falar. Que é uma conversa difícil, porque é uma conversa de um amigo e de um profissional. Depois orgulho-me de conversas muito difíceis, porque as tratei com pinças e com grande dignidade, como, por exemplo, a do Tony Carreira, seis meses após a morte, naquela tragédia que se abateu sobre a família, da Sara. Nessa noite, nem sequer dormi, porque eu sabia que tinha que tratar aquilo de um modo que não ferisse a pessoa que estava à minha frente e, sobretudo, para não escarafunchar a dor.

E essa conversa foi *voyeurismo* ou foi um exemplo para outros pais que tinham perdido os filhos?

Eu acho que não é *voyeurismo*, porque foi o próprio Tony Carreira que quis conversar. Aliás, tal como a conversa com a Cristina, foi a Cristina que quis vir ao programa. Eu nunca me atreveria a pedir a um pai para vir a um programa de televisão falar da dor maior, que é perder uma filha. É a tal questão de pudor.

Qual foi a pior conversa? Aquela de que menos se orgulha? Aquela que acha que correu pior, que devia ter sido diferente?

D.

Não tenho uma conversa que tenha corrido pior, mas acredito que a conversa do Mário Machado foi no local errado e, portanto, sem o tempo ideal... é uma conversa que me persegue há anos, explorada politicamente.

Quem é que nunca entrevistaria?

Por ser impossível em Portugal, entrevistar um pedófilo (um pedófilo, para mim, é um doente), o que é que vai na cabeça de um pedófilo. Não para branquear a atitude... não para procurar uma justificação... porque não há! É um crime. A Oprah faz isto: vai às cadeias entrevistar os piores assassinos e é a maior. Por que é que um de nós não pode fazer isso em Portugal, que é logo arrasado? Com abordagem certa, neste caso, dura, crua e assertiva, posso dizer que não há ninguém com quem eu não gostasse de conversar.

Se tivesse que mentorar um jovem para — um dia — este se vir a sentar na sua cadeira, o que é que lhe diria para fazer?

Para trabalhar muito! Para pesquisar, para ser culto. Este conceito de cultura não está encerrado. Eu posso saber muito de uma coisa e depois não saber de futebol... Que fosse autêntico! Não procurasse copiar ninguém. E que se preparasse muito bem para o lugar que desempenha. Isso implica trabalho, estudo. Para se conversar em televisão tem que se ter vida, mundo e tem que se ter sempre conhecimento daquilo sobre que se fala.

Para se conversar em televisão tem que se ter vida, mundo e tem que se ter sempre conhecimento daquilo sobre que se fala.

Que vida imagina depois da televisão?

Quando acabar este contrato será 31 de dezembro de 2024. Falta um ano e 10 meses. Eu terei 70 anos. É natural que não me apeteça fazer diários. Eu estou há 30 anos saindo todos os dias. E ainda gravo programas, se for de férias deixo gravado... não faço questão de fazer mais televisão... se houver um programa semanal que me dê muito gosto fazer... cultura, tradições, falar com os velhos, história... até posso ser eu a fazer a minha própria produção. Mas quero ter tempo para ler os livros que não li, que são pilhas... quero ter tempo para fazer nada se me apetecer... quero ter tempo para usufruir do Alentejo... quero ter tempo para fazer as coisas para as quais não tenho tempo há 30 anos. Há 30 anos que a minha vida é esta, com muitos programas diários. Eu não tenho um trabalho, eu vivo-o.

Quando é que vou poder comprar o livro de histórias sobre a televisão de que há tanto fala?

Está um bocadinho parado... mas para o ano talvez me dedique a isso, no outro Natal. Faz sentido quando acabar o contrato e os programas diários. Aí, posso contar tudo!

D.

**PROXIMIDADE,
FLEXIBILIDADE E
RELEVÂNCIA NA
ADVERSIDADE**



**A PERMANENTE
ATUALIDADE
DA RÁDIO**

POR RITA CURVELO

Desde o seu aparecimento até à atualidade, a rádio foi o meio de comunicação que mais se reinventou face ao aparecimento de novos media, e o que mais tem sabido ajustar-se às constantes e diferentes necessidades dos seus públicos.

Com efeito, o surgimento do pequeno ecrã forçou a sua adaptação a um novo cenário mediático. De pesada peça de mobiliário, tornou-se portátil, através da sua miniaturização num pequeno aparelho sem fios - o transístor - provando a sua maior flexibilidade face à televisão. De forma a alargar a sua visibilidade diante de um forte concorrente que seduzia pela magia da imagem, especializou-se, e passou a oferecer conteúdos específicos para públicos segmentados. É mais tarde introduzida nos automóveis, passando a ser presença assídua nas deslocações dos seus ouvintes até aos dias de hoje.

É mais tarde introduzida nos automóveis, passando a ser presença assídua nas deslocações dos seus ouvintes até aos dias de hoje.

D.

Meio originalmente “cego” e analógico, a rádio torna-se, com a chegada da internet, também digital, ganhando uma imagem. O ouvinte passa a conhecer os rostos por detrás das vozes que escuta diariamente, e começa a ler as principais notícias da atualidade no site da estação que anteriormente só ouvia. A rádio opta, assim, por incorporar este novo meio, revelando-se a web como uma extensão da sua comunicação, e um meio de distribuição de conteúdos, alcançando uma audiência mais alargada, a qualquer hora do dia e em qualquer lugar do mundo.

O ouvinte passa a conhecer os rostos por detrás das vozes que escuta diariamente, e começa a ler as principais notícias da atualidade no site da estação que anteriormente só ouvia.

O streaming, os blogues, o podcasting e as redes sociais vieram também ampliar a sua oferta. Muitos dos espaços emitidos nas diferentes estações passam a poder ouvir-se de modo assíncrono e sob demanda, assistindo-se a uma expansão da oferta radiofónica noutros canais.

Se é verdade que esta maior oferta no digital decretou uma perda de audiência no analógico, não poderá, todavia, esquecer-se o papel fundamental que ainda hoje desempenha em várias regiões do continente africano ou asiático onde, quer a televisão, quer a internet não chegaram, ou em situações de crise, como a que vivemos aquando da chegada do Corona vírus ou, mais recentemente, o papel que tem assumido enquanto canal de informação na guerra que opõe russos e ucranianos.

Se é verdade que esta maior oferta no digital decretou uma perda de audiência no analógico, não poderá, todavia, esquecer-se o papel fundamental que ainda hoje desempenha (...).

Em pleno período de distanciamento social, recorde-se, a rádio provou ser, uma vez mais, o elo entre ouvintes isolados e dispersos geograficamente, ajustando a sua oferta às novas necessidades de informação e companhia do auditório: aumentou espaços noticiosos, updates sobre os números da pandemia e as medidas de prevenção da doença, desdobrou-se em entrevistas a especialistas de saúde e retomou emissões especiais com a participação de ouvintes.

Em pleno período de distanciamento social, recorde-se, a rádio provou ser, uma vez mais, o elo entre ouvintes isolados e dispersos geograficamente, ajustando a sua oferta às novas necessidades de informação e companhia do auditório (...).

D.

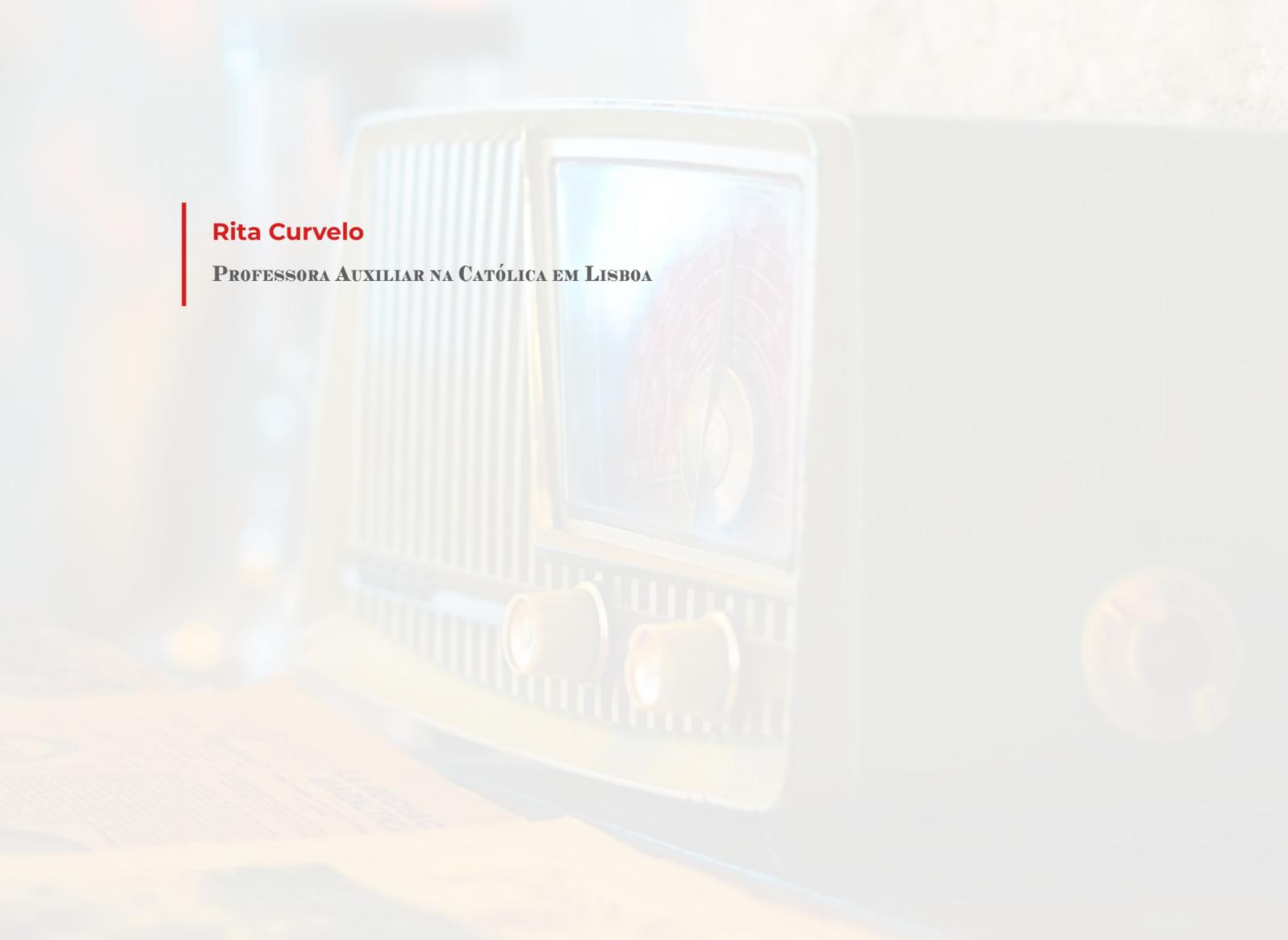
Atualmente, o papel da rádio tem sido também ele determinante na propagação de informação sobre a invasão russa da Ucrânia. Com a maioria das rádios ucranianas a enfrentar dificuldades de transmissão, estações de outros países mobilizaram-se para se assumir como polo noticioso: a BBC, por exemplo, voltou a emitir sinal em onda curta, tornando-se um veículo de informação para as populações ucraniana e russa, tal como a REE espanhola, com o seu centro emissor de Noblejas. Em Praga, a Radio Ukrajina começou a apresentar uma programação informativa e musical adaptadas às necessidades dos refugiados que chegam à República Checa; e, em Portugal, a Rádio Comercial Ucrânia (Україна), surgiu como um veículo de apoio à integração da comunidade ucraniana que começava a chegar ao nosso país.

Com a maioria das rádios ucranianas a enfrentar dificuldades de transmissão, estações de outros países mobilizaram-se para se assumir como polo noticioso (...).

Resistência, reação e reinvenção assumem-se como palavras de ordem de um meio com mais de um século, que continuará a abraçar a mudança e a adotar estratégias para permanecer relevante na sociedade do futuro.

Rita Curvelo

PROFESSORA AUXILIAR NA CATÓLICA EM LISBOA



D.

ARTE EM DESTAQUE

CONVERSAS COM O DIURNA.



Filipe La Féria

D.

FILIPPE LA FÉRIA

Sentados nos bastidores do Teatro Politeama, conversei com o homem que anunciam de temperamento muito difícil (pessoalmente, terei que desmentir o rumor). Com a rouquidão na voz que o caracteriza, disse-me que o teatro é a sua casa, que tudo deve ao público, e que lamenta a forma como a política nacional não olha a cultura nos olhos. Invariavelmente, na história do teatro português e o melhor da sua geração: Filipe La Féria.

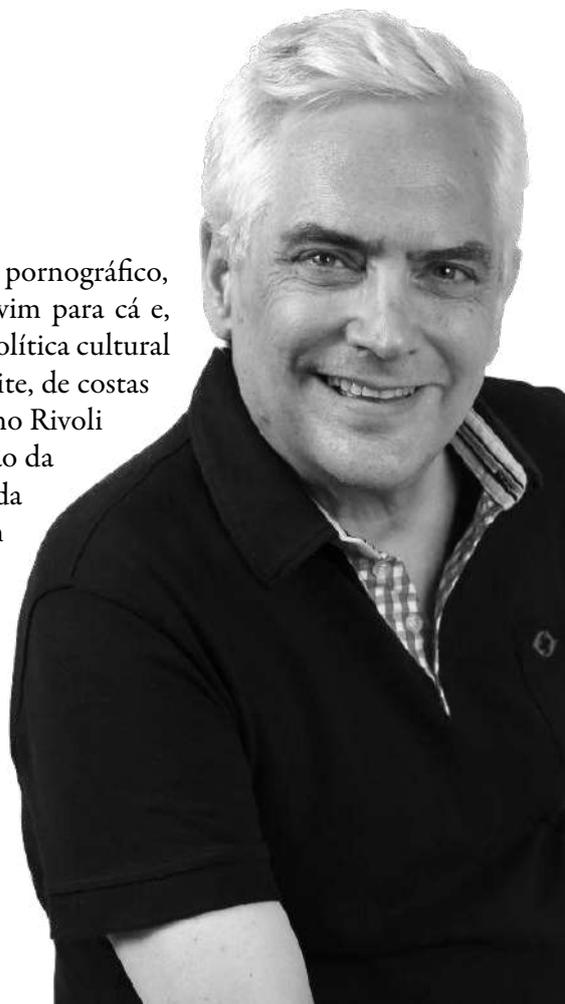
por Maria Luís Gaspar

Editor in Chief da Equipa Editorial do Porto

Que significado tem este lugar para si?

Tem todo o significado. O Politeama era um cinema pornográfico, estava completamente ao abandono e em ruínas. Eu vim para cá e, com muito sacrifício e sem apoio do Estado, pu-lo a funcionar (a política cultural em Lisboa é igual à do Porto – é uma política cultural para uma elite, de costas completamente voltadas para o público). Veja isto, percebe-se que no Rivoli seja só bailado? Tudo tem o seu lugar, mas não é o teatro do coração da cidade, que foi construído para isso mesmo (para ser o teatro da cidade), que tem que ter bailado contemporâneo – isto é um contrassenso, um absurdo. Está tudo errado.

O Politeama era um cinema pornográfico, estava completamente ao abandono e em ruínas.



D.

Disse que o “teatro é o palco da liberdade”, ainda se revê nesta frase?

Sim, é mesmo o palco da liberdade e é isso que eu faço. Mas essa liberdade paga-se: a não ter subsídios, a não ter ajudas, a ter impostos caríssimos (nós temos impostos pornográficos, não era só o cinema que era pornográfico). Vivemos na terceira cidade mais cara da Europa, eu não sei como é que o povo português consegue ir a um supermercado. Eu sou um homem que sempre acreditou no 25 de abril, mas 50 anos depois devo confessar que estou muito amargurado.

Toda a gente dizia “ai não, um musical não, o português só gosta de revista”, mas o que é certo é que eu fiz os maiores êxitos (...)

Sei que teve uma infância de muitíssimo contacto com o teatro S. Carlos. Essa circunstância moldou a sua sensibilidade artística, de alguma forma?

A minha avó Dolores, que era uma mulher cultíssima, uma senhora do seu tempo, mas com uma mentalidade aberta (olhe, daquela geração da Fernanda de Castro, sabe?), tinha uma biblioteca extraordinária, que fez quase toda a minha formação. Eu lia os livros todos, sobretudo os que não eram próprios para a minha idade (dos que eram próprios e eu não gostava nada).

Era uma mulher que gostava muito de ópera e, então, levava-me ao S. Carlos, ela tinha assinatura e, enfim, levava-me sempre lá. Daí a minha paixão pela música e, claro, a minha sensibilidade artística foi moldada aí: a ver tanta ópera, tanto teatro, aliás, de gostar tanto de teatro. Acredite, a primeira vez que entrei num teatro eu soube que tinha na minha casa.

Estudou encenação em Londres, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Acha que, quando regressa, Portugal estava disposto a receber um produto fruto do que lá tinha aprendido?

Eu acho que sim, aliás, essa foi a minha aposta. Toda a gente dizia “ai não, um musical não, o português só gosta de revista”, mas o que é certo é que eu fiz os maiores êxitos com os musicais (My Fair Lady; O Violino no Telhado; Música no Coração). Aliás, eu estive agora em Nova Iorque e há várias escolas que dão a minha My Fair Lady aos alunos, isso é o maior prémio que eu posso receber, vale mais do que ser comendador ou ter as medalhas todas. Saber que em Nova Iorque há escolas que dão a minha encenação da My Fair Lady como outro caminho de apresentar? Não há melhor do que isto. Ah, sim, porque eu não copieie a encenação dos ingleses [Risos].

Quando um povo não é muito desenvolvido, há sempre uma elite que se julga muito demais.

D.

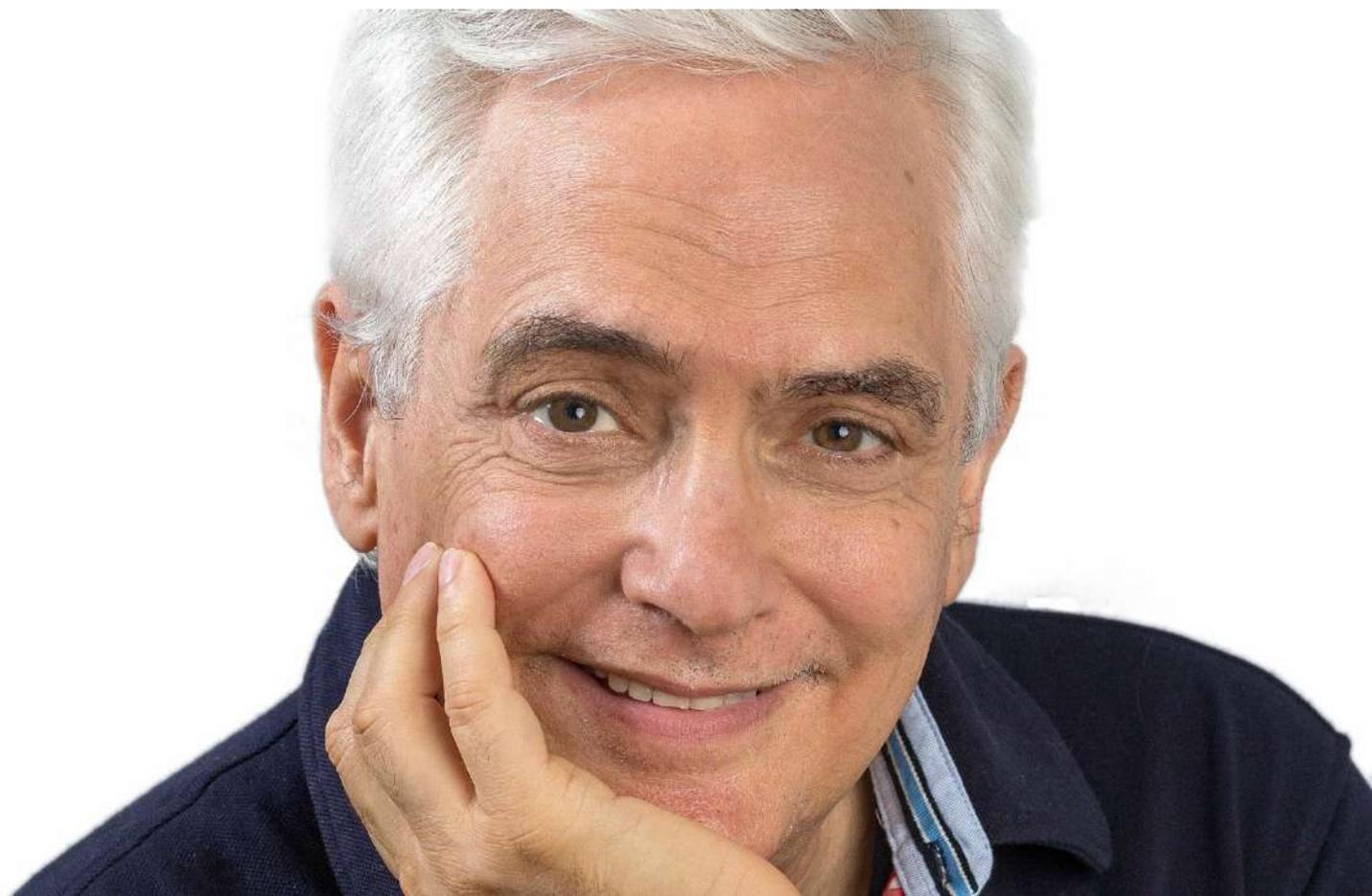
De onde é que acha que surge o estigma elitista do teatro?

Há um preconceito tenaz. Quando um povo não é muito desenvolvido, há sempre uma elite que se julga muito demais. É uma sobrançeria, quase como se fosse uma distinção de classe e isso acompanhou-nos sempre, desde o século XIX – já dizia o Eça de Queiroz, que sempre criticou a mentalidade do povo português; aliás, no Norte, se ler a Agustina Bessa-Luís, tem tudo isto que lhe digo, ela analisou como ninguém o povo do Norte (eu trabalhei com ela, uma mulher extraordinária e uma escritora de génio).

Neste sentido há uma grande contrariedade: se há quem acredite que o teatro é elitista, há quem condene a ideia de comercialidade da revista. Ofende-o?

Nada, vozes de burros não chegam ao céu. Mas eu acho que esse preconceito já se vira um bocadinho, porque você veja: eu encho o teatro com 1500 pessoas por dia (este teatro esgota durante o ano com 1500 pessoas, que sabem perfeitamente que é com o dinheiro da bilheteira que isto funciona). Eu não tenho absolutamente nenhum, mas mesmo nenhum, apoio do Estado e os patrocínios quase não existem, porque os nossos empresários não são nada sensíveis à cultura (com exceções raríssimas e quase inexistentes). Talvez, tudo isto exatamente por falta de cultura, é uma bola de neve.

Os teatros do Estado são bastante subsidiados, mas, ainda por cima, esses teatros concorrem com as empresas na hora de pedir dinheiro, que vai todo para lá. Mas o que é certo é que depois só apresentam porcaria. Eu posso dizer estas coisas, porque não dependo deles, é uma questão de liberdade. Eu tive que tomar uma grande opção na vida: ou era um escrivão do Estado ou era um livre pensador, mas eu sou profundamente anarquista, não há nada a fazer.



D.

Os teatros do Estado são bastante subsidiados, mas, ainda por cima, esses teatros concorrem com as empresas na hora de pedir dinheiro, que vai todo para lá (...).

O que é que significa um projeto correr muito bem ou muito mal?

É dar dinheiro ou não dar dinheiro. Eu tenho que sustentar isto, sou obrigado a olhar para a parte comercial. Fiz agora um espetáculo maravilhoso do Pedro Almodôvar, “Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos”, que correu muito mal (era um grande espetáculo, mas não deu dinheiro nenhum). A Revista É Sempre Revista está a correr muitíssimo bem; a Cinderela é um espetáculo maravilhoso, muito giro de ver com os miúdos, temos 3 sessões por dia. No fundo, isto tem que ser produtivo, porque tenho cento e tal colaboradores.

Qual é a quota de culpa de um encenador, no processo?

Não há culpas, não há mesmo. Isso lembra-me a civilização judaico-cristã; nós somos educados numa cultura de culpa, de pecado, quando uma pessoa não tem que ter culpa. A gente tem que se aventurar à vida, abrir os braços e receber este milagre que é a vida. Não há culpas nenhuma.

Tantos anos depois, ainda há paixão e espontaneidade?

Há muita paixão. Eu faço um espetáculo como se fosse sempre o primeiro. Para mim não conta nada aquilo que já passou, eu sou um homem do futuro, tenho saudades do futuro (com essa frase pessoana). Mas, não é? O passado passou, não interessa nada. A vida

para mim é um bocado como o teatro, o teatro é uma arte maravilhosa, mas efémera, dura um momento. E a vida também é isso, um pequeno momento.

Como é um dia de estreia?

“Ainda bem que chegamos a este dia”. Eu gosto das estreias, é sempre um dia em que há uns certos nervos, umas borboletas na barriga. Quanto mais nós temos responsabilidade, mais sentimos essa espécie de medo, que não é mais do que o prazer da aventura. É um risco, mas eu acho que para viver é preciso arriscarmos, não termos medo de o fazer, no teatro ou noutra coisa qualquer.

Eu gosto das estreias, é sempre um dia em que há uns certos nervos, umas borboletas na barriga.

E na altura de arriscar, o nome “La Féria” prejudica ou só ajuda?

Só me ajuda, eu adoro ser quem sou, não gostava de ser mais ninguém. Eu sinto que ainda posso dar muito, eu não tenho esses medos, não tenho mesmo.

A vida tende para o trágico ou para o cómico?

Ah, trágico-cómico. É por isso que eu gosto de fazer teatro onde o público se ri e onde se emociona. A vida nunca é demasiadamente trágica, nem demasiadamente cómica.

D.

Dois dias no passado ou dois dias no futuro?

Ah, dois dias no futuro! Mas num futuro longínquo. Eu acho que a humanidade passa agora uma crise de grande retrocesso, de grande estupidez. Estamos, novamente, quase que com um pensamento de Idade Média. Você veja: com outros valores; com outros símbolos. Já tudo é proibido: dizer negro é mau, dizer não sei o quê é péssimo. Portanto, já se inventou uma nova censura. E eu sou um homem da liberdade, não sou um homem de censura.

Venho de uma família onde metade era toda maçónica e a outra metade era toda muito religiosa (...)

É supersticioso?

Não, não sou. Eu sou um homem da fantasia, mas também depende dos dias [Risos]. Venho de uma família onde metade era toda maçónica e a outra metade era toda muito religiosa, portanto tenho essas duas vertentes: a vertente do raciocínio e a vertente da fé. Eu rezo todos os dias. Sou um homem de fé, mas não sou um homem da igreja – eu tive uma educação muito religiosa e isso fica sempre connosco, por exemplo, se for muçulmana, é muito difícil deixar de ser. Eu acredito que nos nossos genes temos todos os nossos antepassados connosco (eu tenho a minha mãe, o meu pai, a minha avó, o meu avô); nós carregamos todos esses ensinamentos, todas essas palavras, o sangue e a alma, portanto, acaba por ser sempre difícil negar. Eu acho que um ateu, ao ser ateu, já é religioso, porque já põe que não acredita em alguma coisa que, pelo menos, para as outras pessoas existe.

Eu acredito que nos nossos genes temos todos os nossos antepassados connosco (...).

A idade amacia-nos?



D.

Sim, eu antes era insuportável, um mau feitio... Eu comecei muito cedo, aos 16 anos (aos 17 foi a minha primeira encenação, mas, como encenador, foi para aí aos 28 anos), eu sentia que tinha que dominar e tinha muita impaciência (de envelhecer, até de fazer as minhas coisas). Tinha, de facto, um feitio intransigível. Eu acho que a idade e o facto de ser avô melhorou as coisas. O facto de já ter vivido muito, sabe? E perceber que, no fundo, tudo é relativo. Mas repare, também é autodefesa, porque eu não posso andar sempre para aí aos gritos e aos berros, senão caio para o lado [Risos].

O que é que, um dia mais tarde, dirão sobre si?

Olhe, não vou estar cá para saber, mas eu acho que ficarei na história do teatro português. Se há alguém a quem eu devo alguma coisa é ao público, que gosta dos meus espetáculos; andam quilómetros e quilómetros em excursões, diariamente! Você não calcula a quantidade de pessoas que vêm do Porto, de Amarante, do Algarve, do Alentejo, de Trás-os-Montes. O La Féria tornou-se um bocado um mito para essas pessoas, portanto eu nunca posso desiludir, é uma grande responsabilidade. Cada espetáculo tem sempre de as surpreender, para que elas queiram voltar. Se saírem daqui a pensar “coitado do homem, já foi quem era, já está velho”, o que é que adianta? Eu quero sempre fazer coisas novas, tem que ser.

Cada espetáculo tem sempre de as surpreender, para que elas queiram voltar.

Será que a palavra “génio” se vai aplicar?

Mau génio sim [Risos]. Há pessoas que vão, certamente, dizer “tinha um mau feitio desgraçado” ou “esse homem que não me apareça à frente”. Não me incomodo com isso, eu não sou inimigo de ninguém, nem tenho ódios. Ao fim ao cabo, sendo um homem de liberdade, também sou um homem de tolerância, porque a liberdade também passa por tolerar os outros (olhe, isto é uma grande verdade), os que são contra nós, os que pensam de maneira diferente.

Ter essa capacidade de diálogo e de compreender o outro é importante, porque, aliás, a vida só vale a pena com o outro e olhando para o outro, se só olharmos para nós, a vida é um vazio. Ninguém faz nada sozinho: tudo o que eu fiz é fruto de uma grande equipa que eu tenho (se reparar, há muitos La Fériazinhos neste teatro).

D.

O Dr. Ernesto da Silva é a inutilidade que enigmáticamente não deixa de ser passada despercebida. É uma inutilidade activa - infértil na capacidade de trazer algo de bom para cima da mesa e prejudicial ao que de bom existe. O Dr. Ernesto da Silva é uma maçã podre no meio de um cesto de fruta fresca que, lentamente, passo a passo, bolor a bolor, vai-se alastrando e contaminando tudo o que o rodeia.

Nos restaurantes do seu Bairro, devido à sua falta de modos, à boca aberta, aos cotovelos na mesa, mas com seu olhar recheado de afectação, alcançou o estatuto de Monsieur Errnestô da Silváá – um homem tão rude, mas tão altivo que só pode ter uma costela francesa.

O Dr. Ernesto da Silva critica o que não compreende e muito gosta de criticar. Decidiu abrigar-se sob uma capa de pedantismo e elitismo de forma a que as suas opiniões (ocas e protegidas por uma fina camada de areia) não sejam postas em causa. Compreendeu, como muitos Drs. que partilham muitas destas características, que a causa mais fácil de defender é a do dedo indicador, isto é, a crítica cega como forma de protecção.

Assim surge este Dr. como um homem de tal forma aluado de si que se torna capaz de moralizar tudo e todos. Um homem que vê tudo menos o seu reflexo, capaz de apontar um dedo sem que outros três apontem para si mesmo. O que escrevo aqui não é uma crítica, mas um louvor apaixonante à capacidade de se ser de tal forma pouco consciente que se possa apontar tantos defeitos.

Com tudo o que aqui foi dito, motivado por uma raiva enorme que roça a inveja, deixo-me a mim mesmo uma única forma de conclusão. Nós todos, individualmente, se alguma vez submetidos ao julgamento da vida, não poderemos deixar de espelhar as palavras de Flaubert, “Je suis Madame Bovary”. Isto é, “Eu (de alguma forma e maneira) sou Dr. Ernesto da Silva”. Verdadeiramente assino este texto com o que apenas posso dizer que seja o meu pseudónimo “João Magalhães da Cunha”.

Atenciosamente,

Dr. Ernesto da Silva.

João Magalhães da Cunha

ALUNO DA CATÓLICA EM LISBOA

D.



Festival de Berlim

Pelo Vencedor do Urso de Prata na Edição 2023

A produção de cinema em Portugal não é nem nunca será sustentável enquanto indústria. Os custos de produção de um filme são muito altos e o mercado nacional é muito pequeno. Como exemplo basta ver que o filme que fez mais espectadores em Portugal foi o *Avatar* de James Cameron, em 2009, com 1.258.000 bilhetes vendidos e uma receita de 7.297.000,00€, o filme português mais visto foi o *Pátio das Cantigas* de Leonel Vieira, de 2015, com 608.000 bilhetes vendidos e uma receita de 3.100.000,00€. Ao produtor toca cerca de 20% da receita de bilheteira e as contas são fáceis de fazer, a produção do *Pátio das Cantigas* faturou na bilheteira cerca de 620.000,00€ e os custos de produção devem ter sido pelo menos o dobro.

Os dois casos citados são dois casos excepcionais: no caso nacional nunca mais se repetiu uma receita sequer aproximada; no caso internacional a média de espectadores por filme (numa estimativa superficial e exagerada) deverá rondar os 60.000 bilhetes vendidos.

Com certeza que a produção de cinema em Portugal é um negócio rentável, mas só para as empresas de distribuição e exibição cujas receitas brutas são muito parecidas às receitas líquidas porque as suas despesas são quase nulas, o produto é-lhes entregue sem qualquer despesa de investimento.

A única indústria audiovisual rentável em Portugal é a indústria da telenovela com retorno imediato quando da exibição televisiva do produto, receitas da publicidade paga associada à exibição como a publicidade colocada no próprio produto, mas com custos de produção muito reduzidos e um esforço de produção sobre-humano. Com a gravação de mais de um episódio por dia e com os actores protagonistas a serem obrigados a gravar quase 20 cenas por dia, o que evidentemente se reflecte num nivelamento por baixo da qualidade.

D.

A única indústria audiovisual rentável em Portugal é a indústria da telenovela com retorno imediato quando da exibição televisiva do produto (...).

Sendo assim o cinema em Portugal só pode ser viabilizado como forma de expressão artística, como aliás na maioria do cinema europeu. A aposta sensata é num nicho de mercado de qualidade global, num produto muito particular dirigido a um público especial. Um pouco como os produtos gourmet ou de produção orgânica, como os produtos promovidos pelo projecto Matéria do chef João Rodrigues. Filmes particulares com qualidade artística especial podem ter como público alvo um nicho residual do

mercado, mas que sendo multiplicado pelo mesmo tipo de público a nível global se torna num mercado muito importante. Não serão com certeza comédias populares de feitura televisiva, com a intenção do riso fácil, que podem concorrer com o mesmo tipo de comédias internacionais. E são sempre estes tipos de comédia que alcançam os maiores sucessos de bilheteira nos países de origem, mas também são estes tipos de comédia que quase nunca ultrapassam as fronteiras nacionais.

Sendo assim o cinema em Portugal só pode ser viabilizado como forma de expressão artística, como aliás na maioria do cinema europeu.

Nestas circunstâncias os festivais internacionais de cinema de maior importância, Cannes, Veneza e Berlim, são fundamentais para a valorização internacional de um filme. Não só pelo selo de prestígio que concedem, mas também pela visibilidade que dão ao filme. Essa visibilidade não tem só a ver com o público, também tem a ver com os vários tipos de agentes que frequentam esses festivais: programadores, distribuidores e exibidores, que podem assegurar a circulação internacional do filme.

E se uma selecção oficial num desses três festivais de cinema já é um prémio em si, com a garantia implícita da continuidade do trabalho do realizador e do produtor do filme. Um prémio do palmarés de Cannes, Veneza ou Berlim é quase um seguro de vida de alguns anos para o realizador.

João Canijo

DOCENTE NA CATÓLICA NO PORTO

D.

OS PREFERIDOS

Nuno Sousa e Silva

Livro favorito? **Só consigo dizer uns quantos, escolher um é como escolher um filho, um dia do ano, ou um vinho, não faz sentido. Navegador Solitário (João Aguiar), Vida e Destino (Vassily Grossman), Ressureição (Tolstoy), o quarteto Bandini (John Fante), Gente Independente (Haldor Laxness), Growth of the Soil (Knut Hamsun), Espuma dos Dias (Boris Vian), Report to Greco (Nikos Kazantzakis) O Fio da Navalha (Somerset Maugham), Memória de Elefante (António Lobo Antunes), quase tudo do Shusaku Endo. Há ainda poesia, não ficção e banda desenhada...**

Viagem de sonho? **Volta ao mundo em 80 dias... Algumas ideias: Ilhas do pacífico, Egipto, Amazónia, atravessar o Canadá de comboio, a costa Oeste dos EUA e do México de carro, Japão, voltar à Mongólia, Nigéria e Niger, Colômbia.**

Memória? **Até hoje a minha vida tem sido uma sucessão de aventuras. Escolho tudo, sem reservas.**

Na secretária, o que é que nunca falta? **Caneta de tinta permanente e papel para notas.**

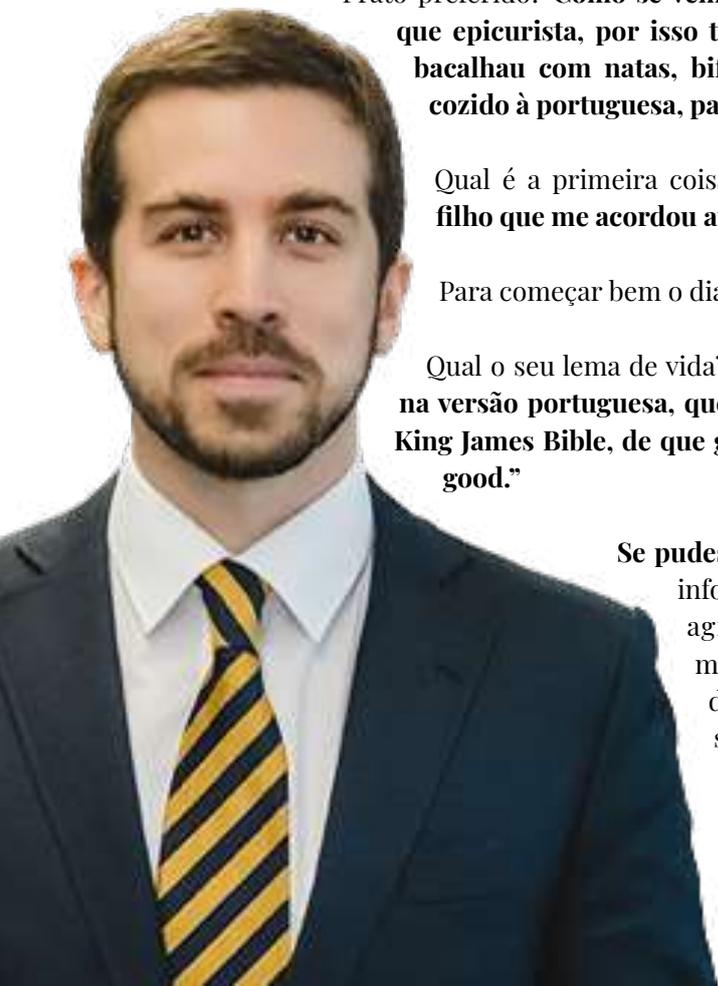
Prato preferido? **Como se vem revelando nestas respostas sou mais hedonista do que epicurista, por isso também tenho de indicar vários: arroz de cabidela, bacalhau com natas, bife tártaro, ostras ou cracas, gyozas, palak paneer, cozido à portuguesa, papas de sarrabulho, lampreia, polvo à lagareiro.**

Qual é a primeira coisa que faz ao acordar? **Ultimamente, abraçar o meu filho que me acordou atirando-se para cima de mim.**

Para começar bem o dia, o que não pode faltar? **Uma boa noite de sono.**

Qual o seu lema de vida? **“Examinem tudo: e assim guardem o que é bom” - na versão portuguesa, que vem de Tessalocinesses 5, 21. Na versão inglesa da King James Bible, de que gosto mais: “Prove all things; hold fast that which is good.”**

Se pudesse escolher outra profissão, qual seria? **Engenheiro informático (mas temia a falta de contacto humano), agricultor (mas aparentemente é uma profissão mentalmente muito desgastante), padeiro (mas as horas de trabalho não são as mais simpáticas), nadador-salvador (num sítio em que haja praia todo o ano).**



D.

DIURNA.

Vamos Conversar Sobre o Futuro!

Com o mesmo mote que o título deste artigo, *As Conferências do Diurna.*, organizadas pelo Jornal, no *campus* do Porto, são o ponto de partida para esta reflexão.

A Inteligência Artificial e o *ChatGPT* estiveram sempre no meu imaginário, guardados sem grande destaque, até às reflexões do painel “Lei e Humanismo nas Sociedades Tecnológicas”, com Rita Lobo Xavier e Henrique Sousa Antunes, duas mentes brilhantes que se alicerçam em metodologias de pensamento muito diferentes.

Desde então, na busca obsessiva de *food for thought*, por mero acaso, encontrei pelo menos dois artigos no *The Economist* e entretive-me também com umas publicações recentes da *Microsoft*. O resultado: fiquei ainda mais atrapalhado nas conclusões que, adianto desde já, não tirarei neste artigo.

Uma breve nota a esta análise em quatro prismas: desde o último semestre de 2022, estas tecnologias ocupam ideário fértil dos *venture capitalists*, descrentes que ficaram dos metaversos, como o do *Facebook* (agora, *Meta*), tendo-se tornado na principal aposta para os seus cofres.

1. A ideologia da Inteligência Artificial.
A programação é para muitos a língua do futuro — e recordo que Tim Cook já o dizia nas apresentações anuais da última década. Como com qualquer outro dialeto, esta é uma produção humana. Os indivíduos, por sua vez, são criaturas naturalmente preconceituosas, criadas sob os alicerces das suas experiências individuais, sociais, culturais, religiosas e políticas. Óbvio, não é? Pois bem, não sei... é que esta tautologia parece ter que ser lembrada aos mais

incautos com frequência e sempre que esgrimem a “*so called*” imparcialidade da inteligência artificial. Essa imparcialidade com que sonham é absolutamente inatingível enquanto a construção dos algoritmos — “cérebro” destas maravilhas do século XXI — depender de um qualquer de nós — incapazes de atingir essa neutralidade inodora, incolor e insípida que nos impediria de sermos Humanos. Enquanto uns acusam o atual *ChatGPT* de ser demasiado “*woke*” outros, como Elon Musk, já prometeram —

D.

e logo veremos quanto vale essa promessa — desenvolver um concorrente capaz de escapar ao tique teimoso, moderno e indefinível do politicamente correto. Quer uma versão, quer outra, simplesmente por serem ponderadas, comprovam o que escrevi antes: a raiz destes instrumentos, de modo consciente ou inconsciente, é engendrada por quem não se poderá nunca desprender da sua própria mundividência e que neles a verte. Se temos esta consciência, afinal, para que fins queremos usar a IA? Atribuir-lhe-emos responsabilidade(s), no sentido lato e no sentido jurídico? A modelação fica a cargo dos criadores, dos financiadores ou, em qualquer caso, merece ser regulada?

2. A economia (in)justa dos conteúdos. *Google* e *Meta*, dois gigantes *players*, já antes se haviam confrontado com problemas jurídicos a propósito dos conteúdos que enchem as suas páginas. O *ChatGPT* elevou o problema a um patamar superlativo. A queixa é simples: criadores de conteúdos dependem de acessos aos seus sites para que, por via da publicidade, se possam financiar e daí sustentar-se, sustentando a criação de mais conteúdos, num ciclo interminável que (é) alimenta(do) a nossa sagacidade pelo digital. Acontece que estas plataformas, com o intuito de criar uma performance mais *user friendly*, atalham caminhos. Colocada a questão, a resposta surge em janelas simples. Por exemplo: se quisermos saber a idade do primeiro-ministro português chegaremos à conclusão de que este tem 61 anos sem nunca chegarmos à fonte. Esta inércia representa inevitável perda de ganhos para a *Wikipédia* que, por sua vez, não os poderá investir. Se é verdade que este modelo poderá aguentar-se

durante algum tempo, é também verdade que - inexoravelmente - a falta de retorno ditará uma diminuição da corrente de informação profissional disponível, a médio e longo prazo. Com aplicações como o *ChatGPT*, o cenário dramatiza-se: não só a informação avançada não identifica as fontes como, segundo relata a mesma centenária publicação britânica, é capaz de aceder a conteúdos de subscrição. Exemplo, uma qualquer receita deliciosa para os subscritores do *The New York Times* pode ser fornecida pelo famoso ajudante virtual, sem custos. Resta saber se vamos avançar para um novo modelo de negócio em que as próprias plataformas pagarão pelo uso dos conteúdos, ou não...

3. A produtividade nas ferramentas mais básicas.

Porque a minha visão sobre o tema, para os leitores, assume-se quase dantesca, então, é imperioso gerar algum otimismo ou, até, fascínio. A *Microsoft* anunciou a integração da IA no quadro dos seus programas essenciais de ferramentas trabalho (*Office 365*). As potencialidades demonstradas pelo vídeo de apresentação deste produto são ímpares e permitirão, entre outras coisas, poupar tempo aos utilizadores e conseguir análises técnicas de maior complexidade sem que para isso seja necessário mais do que fazer as perguntas certas. É inevitável imaginar como pode ser a vida à secretária perante auxiliares dessa competência... tornar-nos-emos intelectualmente mais preguiçosos ou ganharemos tempo para estimular redobrados ganhos?

D.

4. A IA como fonte, para ontem. Finalmente, e porque não podia deixar de refletir sobre o entusiasmo dos meus colegas universitários que ganharam uma nova muleta para todos os trabalhos de casa, impõem-se sublinhar o seguinte: como em demais óticas, os EUA são uma enorme potência digital cuja produção de conteúdo, desde logo pelo volume, até pode permitir uma certa fiabilidade dos dados oferecidos pelo *ChatGPT*. Porém, em Portugal, isso não é assim - ainda. São vários os exemplos flagrantes de erros crassos cometidos pelo programa, por exemplo, a propósito de dados biográficos de figuras nacionais.

Procurem pelo nome “António Lobo Xavier” e descobrirão um sem fim de factos que espantariam o próprio. Dito isto, aos mais aventureiros, receito uma dose q.b. de prudência e ponderação na adoção desta ferramenta, principalmente, quando não dominamos a matéria e não somos capazes de fazer um rápido *fact-check*... Será que alguns professores não estão a ser demasiado otimistas e ingénuos quando são os primeiros a sugerir este diamante em bruto sem o terem examinado à lupa? Como se pode - se é que se pode - proteger do erro o utilizador incauto?

É dar tempo ao tempo... O *iPhone* sempre foi espetacular, mas não nasceu com a *Siri*, nem com três câmeras e telas que antes diríamos serem televisões... As revoluções fascinantes, *eye-catcher* e de uso imediato pelas massas mudam o Mundo, deixam-nos entusiasmados mas devem matenter-nos irresistivelmente apreensivos sobre o que virá depois.

A Carta Aberta de uns Quantos Indeléveis

Nas vésperas da publicação desta Edição, foi anunciada uma carta aberta subscrita por alguns dos nomes que deixarão marca indelével na História da Tecnologia. Suscitam a urgência de abrandar o desenvolvimento destas maravilhas computacionais, em nome da prevenção de riscos face a um cenário de putativo “fim do mundo”. Se os seus alertas tiverem razão de ser e nada for feito, tudo o que escrevi, será um mero detalhe nas décadas vindouras.

Março de 2023



Nuno Brochado de Agarez,

Diretor Nacional do Jornal Diurna.



D.

AS CONFERÊNCIAS
DO DIURNA.



**A GRAVAÇÃO E OS REGISTOS FOTOGRÁFICOS D' AS CONFERÊNCIAS
DO DIURNA. PODEM SER ENCONTRADOS NO NOSSO SITE.**

D.



**Conferência Internacional: Património,
Sucessão e Autonomia - Novos Bens e
Tendências & 5º Congresso
Internacional da ADFAS**

**13 e 14 de abril
CATÓLICA NO PORTO**

Inscrições no site da UCP

D.

Março de 2023 é um momento absolutamente marcante para a história do Diurna., por diferentes motivos.

Expandimo-nos para os *campus* de Braga e Viseu, concretizando a nossa vocação enquanto Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Organizámos a 1ª Edição d' As Conferências do Diurna., na Católica no Porto, onde reunimos Autores e Personalidades que marcaram o nosso percurso para Conversar Sobre o Futuro!

E, hoje, lançamos a décima, a maior e mais completa Edição, que explora mares nunca antes navegados, procurando afirmar-se plural e interessante para ainda mais leitores.

Dito isto, resta-nos ambicionar a continuação desta ousadia, qualquer que seja a Equipa que dá Vida ao Diurna.

D i u r n a .

D.



A Equipa do Diurna. deseja-vos uma ótima leitura.

Diurna.



jornaldiurna.com

D.

DIREÇÃO NACIONAL

DIRETOR NACIONAL

NUNO BROCHADO DE AGAREZ

EDITOR IN CHIEF - PORTO

MARIA LUÍS GASPAR

EDITOR IN CHIEF - LISBOA

CATARINA ANDRADE

EQUIPA EDITORIAL

PORTO

LÚCIA CATARINA FERREIRA

GUILHERME SANTOS

LISBOA

MARIA PIA SILVA

PEDRO ALMEIDA E BRITO

JOANA YEE

BRAGA

DAVID GOMES VAZ

VISEU

FRANCISCA SANTOS

MARKETING E DIGITAL

JOANA TORRES

O JORNAL NACIONAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PORTO | LISBOA | BRAGA | VISEU